

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS –
DOUTORADO

HELOISA MARQUES GIMENEZ

DEFESA NACIONAL, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UMA ANÁLISE SOBRE A FRONTEIRA BOLÍVIA-BRASIL (2005-2014)

v.2

BRASÍLIA

2015

HELOISA MARQUES GIMENEZ

**DEFESA NACIONAL, SEGURANÇA PÚBLICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
UMA ANÁLISE SOBRE A FRONTEIRA BOLÍVIA-BRASIL (2005-2014)**

v.2

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, Área de Concentração “História das Relações Internacionais”, Instituto de Relações Internacionais, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha

BRASÍLIA

2015

LISTA DE SIGLAS

ABSP - Anuário Brasileiro de Segurança Pública
ABM - Associação Brasileira de Municípios
Ademaf – Agência para o Desenvolvimento das Macrorregiões e Zonas Fronteiriças
Alba - Aliança Bolivariana para as Américas
ALC - Áreas de Livre Comércio
Alcsa - Área de Livre Comércio Sul-americana
ANH - Agência Nacional de Hidrocarbonetos
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Brics - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BPR - Batalhão de Pronto Resposta
CAF/SRI - Comitê de Articulação Federativa/Secretaria de Relações Institucionais
CDIF - Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira
CDN - Conselho de Defesa Nacional
Celac - Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe
Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF - Comitê de Fronteira
CF - Constituição da República Federativa do Brasil
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
CNJ - Conselho Nacional de Justiça
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
CNP - Conselho Nacional do Petróleo
CPE - Constituição Política do Estado
COC - Centro de Operações Conjuntas
Conasp - Conselho Nacional de Segurança Pública
Conseg - Conferência Nacional de Segurança Pública
Cosdep - Conselho Supremo de Defesa do Estado Plurinacional
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPRF - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
DSDEP - Doutrina de Segurança e Defesa do Estado Plurinacional da Bolívia

EMCFA - Estado Maior Conjunto das Forças Armadas
Enafron - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
Enasp - Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
EUA - Estados Unidos da América
FED - Federal Reserve System (Banco Central do EUA)
FHC - Fernando Henrique Cardoso
Fifa - Federação Internacional de Futebol
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNP - Frente Nacional de Prefeitos
Gasbol - Gasoduto Bolívia Brasil
GGIF - Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira
GLO - Garantia da Lei e da Ordem
GTI - Grupo de Trabalho Interdisciplinar
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Imposto Direto sobre os Hidrocarbonetos
IIDH - Instituto Interamericano de Direitos Humanos
IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-americana
INE - Instituto Nacional de Estadística
IREL - Instituto de Relações Internacionais
LBDN - Livro Branco da Defesa Nacional
MD - Ministério da Defesa
Mercosul - Mercado Comum do Sul
MF - Ministério da Fazenda
MI - Ministério da Integração Nacional
MJ - Ministério da Justiça
MRE - Ministério das Relações Exteriores
OEA - Organização dos Estados Americanos
ONSC - Observatório Nacional de Segurança Cidadã
ONU - Organização das Nações Unidas
Otca - Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica
PDFF - Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
Pefron - Plano Estratégico de Fronteiras

Petrobras - Petróleo Brasileiro S.A.

PND - Política Nacional de Defesa

Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

RFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

Senasp - Secretaria Nacional de Segurança Pública

Seplanseg - Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública

SIN - Serviço de Impostos Nacionais

Sinesp - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública

Sisfron - Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

SPR/MI- Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração

TGN - Tesouro Geral da Nação

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Unasul - União das Nações Sul-americanas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZIF - Zona de Integração Fronteiriça

YPFB - Yacimientos Petroliferos Fiscales de Bolivia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 FRONTEIRA, SEGURANÇA E DEFESA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: ABORDAGEM CONCEITUAL	32
1.1 FRONTEIRA E ESTADO NAÇÃO: ENTRE O CONCRETO E O CONCEITUAL	34
1.1.1 Fronteira: aspectos históricos	34
1.1.2 Considerações sobre o território e suas dinâmicas	38
1.2 ESTADO E SOCIEDADE: DA SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA NACIONAL À SEGURANÇA PÚBLICA.....	48
1.3 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: TEORIA E AÇÃO.....	54
1.3.1 Regimes e instituições no debate tradicional de relações internacionais	55
1.3.2 A dimensão social dos regimes sob o construtivismo	61
1.3.3 Regimes, cooperação e segurança: possibilidades e limites na América do Sul	65
2 FRONTEIRA BOLÍVIA-BRASIL: A RELAÇÃO BILATERAL NO TERRITÓRIO	71
2.1 DEFINIÇÃO DE LIMITES E INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA: ASPECTOS ESTRUTURAIS DA RELAÇÃO BILATERAL BOLÍVIA-BRASIL NOS SÉCULOS XX E XXI.....	73
2.1.1 Definição de limites: a diplomacia na fronteira	74
2.1.2 Cooperação energética de hidrocarbonetos: o petróleo e o gás como vetores da integração territorial	81
2.1.2.1 Apontamentos sobre política externa e relações internacionais.....	89
2.1.2.1.1 <i>O "acumulado histórico da diplomacia brasileira" e os princípios fundamentais das relações internacionais da Constituição Federal de 1988</i>	94
2.2 A FRONTEIRA PARA O ESTADO BRASILEIRO (2005-2014): MARCO LEGAL, COMPETÊNCIAS E CONCEITOS.....	98
2.2.1 Marco legal e competências	100
2.2.2 Políticas e conceitos	103
2.3 A FRONTEIRA PARA O ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA (2005-2014): MARCO LEGAL, COMPETÊNCIAS E CONCEITOS.....	114

2.3.1 A fronteira na Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia de 2009.....	115
2.3.2 A Lei de Desenvolvimento e Segurança das Fronteiras	116
2.3.3 A Agência para o Desenvolvimento das Macrorregiões e Zonas Fronteiriças	121
2.4 A ZONA DE FRONTEIRA BOLÍVIA-BRASIL.....	123
3 DEFESA NACIONAL E FRONTEIRA: AS POLÍTICAS BOLIVIANAS E BRASILEIRAS (2005-2014)	126
3.1 DEFESA NACIONAL E FRONTEIRA NO BRASIL (2005-2014)	126
3.1.1 Marco legal e competências	129
3.1.2 As implicações do pacto federativo brasileiro	132
3.1.3 Políticas e conceitos	135
3.1.3.1 A Política Nacional de Defesa	137
3.1.3.2 A Estratégia Nacional de Defesa	140
3.1.3.3 O Livro Branco da Defesa Nacional	144
3.1.3.4 A defesa na fronteira	149
3.2 DEFESA NACIONAL E FRONTEIRA NA BOLÍVIA (2005-2014)	151
3.2.1 Marco legal e competências	152
3.2.2 Políticas e conceitos: Livro Branco e Doutrina de Segurança e Defesa do Estado Plurinacional da Bolívia	153
4 SEGURANÇA PÚBLICA E FRONTEIRA: AS POLÍTICAS BOLIVIANAS E BRASILEIRAS (2005-2014)	169
4.1. SEGURANÇA PÚBLICA E FRONTEIRA NO BRASIL.....	169
4.1.1 Marco legal e competências	172
4.1.2 Políticas e conceitos	175
4.2 SEGURANÇA CIDADÃ E FRONTEIRA NA BOLÍVIA (2005-2014)	178
4.2.1 Marco legal e competências.....	178
4.2.2 Políticas e conceitos	181
5 DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA NA ZONA DE FRONTEIRA BOLÍVIA-BRASIL (2005-2014): EVOLUÇÃO ARTICULADA?.....	186
5.1 AS POLÍTICAS DE DEFESA BOLIVIANAS E BRASILEIRAS EM PERSPECTIVA COMPARADA (2005-2014): CONCEITOS CENTRAIS	188
5.1.1 Defesa nacional: conceitos brasileiros atuais	190
5.1.2 Defesa nacional: conceitos bolivianos atuais	192

5.1.3 Defesa, Bolívia e Brasil: convergências e divergências.....	196
5.2 AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA BOLIVIANAS E BRASILEIRAS EM PERSPECTIVA COMPARADA (2005-2014): CONCEITOS CENTRAIS.....	199
5.2.1 Segurança pública: conceitos brasileiros atuais.....	200
5.2.2 Segurança cidadã: conceitos bolivianos atuais.....	201
5.2.3 Segurança pública, Bolívia e Brasil: convergências e divergências	201
5.3 FRONTEIRA, SEGURANÇA E DEFESA NA RELAÇÃO BILATERAL BOLÍVIA-BRASIL (2005-2014)	204
5.3.1 Modelo de execução das políticas e desenvolvimento observado.....	204
5.3.1.1 Zona de fronteira e cidades gêmeas: considerações histórico-geográficas sobre Corumbá e Puerto Quijarro	206
5.3.1.2 Defesa nacional e segurança pública nas cidades gêmeas de Corumbá e Puerto Quijarro	211
5.3.1.3 Demais aspectos levantados sobre defesa nacional e segurança pública em toda a zona de fronteira Bolívia-Brasil	222
5.3.2 A incidência na relação bilateral formal	235
CONCLUSÕES.....	245
REFERÊNCIAS.....	262

APÊNDICES

Apêndice A – Lista de instrumentos bilaterais formalizados.....	278
Apêndice B – Classificação das correspondências entre o MRE e a embaixada em La Paz analisadas (2005-2014)	284
Apêndice C – Projetos de Cooperação Técnica da Agência Brasileira de Cooperação com a Bolívia, concluídos entre 2005 e 2014.....	318
Apêndice D – Projetos de Cooperação Técnica da Agência Brasileira de Cooperação com a Bolívia vigentes.....	330
Apêndice E – Tratados internacionais em segurança subscritos pela Bolívia e pelo Brasil	334
Apêndice F – Quadro de entrevistas realizadas	336
Apêndice G – Roteiro semiestruturado de entrevista.....	340
Apêndice H – Entrevista com Embaixador Celso Amorim.....	342
Apêndice I – Entrevista com Coordenador da CDIF.....	356

Apêndice J – Entrevista com Gerente de Projetos da Coordenação-geral de América do Sul, Central e Caribe da ABC	371
Apêndice K – Entrevista com Chefe de Gabinete do EMCFA	380
Apêndice L – Entrevista com Supervisor do Sisfron	386
Apêndice M – Entrevista com Diretor da Divisão de Investigação e Combate ao Crime Organizado Transnacional da Polícia Federal	406
Apêndice N – Entrevista com vice-prefeita de Corumbá	425
Apêndice O – Entrevista com Delegado-chefe da Polícia Federal em Corumbá.....	430
Apêndice P - Entrevista com delegada da Polícia Civil do Mato Grosso do Sul em Corumbá.....	438
Apêndice Q – Entrevista com Tenente Coronel Velásques, da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul em Corumbá.....	444
Apêndice R – Entrevista com Embaixador e Primeiro Secretário bolivianos em Brasília.....	455
Apêndice S – Entrevista com Diretor-geral de Segurança Cidadã e Prevenção de Delitos do Ministério de Governo da Bolívia	468
Apêndice T – Entrevista com Diretor-geral de Zonas de Segurança Fronteiriça do Ministério da Defesa da Bolívia	483

APÊNDICE A

LISTA DE INSTRUMENTOS BILATERAIS FORMALIZADOS

INSTRUMENTOS FORMALIZADOS ENTRE BOLÍVIA E BRASIL (2005-2013)				
(Defesa nacional, segurança pública, território e fronteira e hidrocarbonetos)				
	Tipo de Documento	Tema	Data	Descrição/Situação
1	Ata de Reunião	1ª Reunião da Comissão Mista Bolívia-Brasil do Sistema Tamengo	23 e 24 de maio de 2005	Navegação Fluvial
2	Ata de Reunião	3ª Reunião do Comitê de Fronteira Cobija-Brasiléia-Epitaciolândia	15 e 16 de agosto de 2005	Migração, Transporte, Saúde, Educação, Florestal, Comércio, Território, Turismo, Meio Ambiente, Polícia, Segurança (Vigente)
3	Ata de Reunião	3ª Reunião do Comitê de Fronteira Guayaramerin- Guajará-Mirim	18 e 19 de agosto de 2005	Migração, Transporte, Saúde, Educação, Florestal, Comércio, Território, Turismo, Meio Ambiente, Polícia, Segurança
4	Acordo	Acordo de Cooperação Mútua entre os governos do Brasil e da Bolívia para combater o tráfico de aeronaves comprometidas em atividades ilícitas transnacionais	09 de dezembro de 2005	Aeronaves
5	Ata de Reunião	Reunião de Autoridades Executivas da luta contra as drogas de Bolívia e Brasil	06 de setembro de 2006	Narcotráfico
6	Acordo	Acordo entre os governos da Bolívia e do Brasil sobre cooperação no domínio da Defesa	14 de fevereiro de 2007	Defesa (Em tramitação)
7	Protocolo	De intenção entre os governos da Bolívia e do Brasil sobre cooperação técnica em transporte terrestre no âmbito do projeto “Hacia el Norte”	14 de fevereiro de 2007	Transporte Terrestre (Vigente)
8	Acordo	Complemento ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre os governos da Bolívia e do	14 de fevereiro de 2007	Alerta e monitoramento de incêndios florestais (Vigente)

		Brasil, para implementação do projeto “Sistema de Alerta e Monitoramento de Incêndios Florestais”		
9	Acordo	Acordo entre os governos da Bolívia e do Brasil para construção de uma ponte sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin	14 de fevereiro de 2007	Construção de uma ponte (Vigente)
10	Acordo	Acordo entre os governos da Bolívia e do Brasil sobre cooperação no domínio da Defesa	14 de fevereiro de 2007	Defesa (Em tramitação)
11	Comunicado Conjunto	Bolívia – Brasil, bases para uma associação estratégica	14 de fevereiro de 2007	Integração
12	Ata de Reunião	Ata da Reunião Ministerial sobre o preço do gás para a termelétrica de Cuiabá	14 de fevereiro de 2007	Hidrocarbonetos
13	Ata de Reunião	Ata de Brasília	14 de fevereiro de 2007	Hidrocarbonetos
14	Ata de Reunião	5ª Reunião da Comissão Mista sobre Drogas e Temas Conexos Bolívia - Brasil	06 e 07 de dezembro de 2007	Drogas
15	Memorando	Entendimento em matéria energética entre os ministérios de Hidrocarbonetos e Energia da Bolívia e de Minas e Energia do Brasil	17 de dezembro de 2007	Hidrocarbonetos
16	Comunicado Conjunto	Entre a YPF e a PETROBRAS	17 de dezembro de 2007	Hidrocarbonetos
17	Memorando	Entre a YPF e o Brasil	17 de dezembro de 2007	Hidrocarbonetos
18	Acordo	Marco sobre áreas reservadas da YPF em matéria de hidrocarbonetos	17 de dezembro de 2007	Hidrocarbonetos

19	Acordo	Marco sobre capacitação	17 de dezembro de 2007	Hidrocarbonetos
20	Acordo	Entre a Administradora Boliviana de Estradas e a Empresa Queiroz Galvão	17 de dezembro de 2007	Construção de estradas
21	Declaração de La Paz	Construindo a integração de infraestrutura para nossos povos: Corredor Interoceânico Bolívia, Brasil e Chile	16 de dezembro de 2007	Corredor interoceânico
22	Acordo	Acordo entre os governos da Bolívia e do Brasil para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Rapirrã, entre as cidades de Plácido Castro e Montevideo	17 de dezembro de 2007	Construção de ponte (Em tramitação)
23	Ata de Reunião	Reunião binacional de temas inerentes ao Plano de Trabalho entre os ministérios de Defesa da Bolívia e do Brasil	17 de dezembro de 2007	Defesa
24	Notas Reversais	Relacionada ao estabelecimento de Regulamento da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana para a construção de uma ponte internacional sobre o Rio Mamoré	12 de março de 2009	Construção de ponte (Vigente)
25	Protocolo	De intenções entre a Bolívia e o Brasil sobre financiamento do Projeto Rodoviário “Hacia el Norte”	18 de julho de 2008	Construção de estrada (Vigente)
26	Ata de Reunião	Iª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana para a construção da uma ponte sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin	29 de novembro de 2008	Construção de ponte
27	Ata de Reunião	IIª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana para a construção da uma ponte sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin	18 de março de 2009	Construção de ponte
28	Ata de Reunião	IIIª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana para a construção da uma ponte sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin	10 de setembro de 2009	Construção de ponte

29	Ata de Reunião	IVª Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana para a construção da uma ponte sobre o Rio Mamoré, entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerin	8 de abril de 2010	Construção de ponte
30	Ata de Reunião	Do IIIº Encontro da Mesa Setorial de Transporte Terrestre e Infraestrutura do Corredor Interoceânico Bolívia-Brasil-Chile	21 de outubro de 2010	Estradas
31	Ata de Reunião	Do IVº Encontro da Mesa Setorial de Transporte Terrestre e Infraestrutura do Corredor Interoceânico Bolívia-Brasil-Chile	17 e 18 de março de 2011	Estradas
32	Notas reversais	Relacionadas a reforçar a cooperação fronteiriça bilateral e de impulsionar o tratamento coordenado de interesse comum das populações que vivem na região de fronteira entre a Bolívia e o Brasil	25 de março de 2011	Fronteiras
33	Ata de Reunião	Da Iª Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Corumbá-Puerto Suárez	28 de setembro de 2008	Integração
34	Ata de Reunião	Da IIª Reunião do Grupo de Trabalho Trilateral do Corredor Interoceânico Bolívia-Brasil-Chile	03 e 04 de novembro de 2011	Integração/Transporte Internacional Terrestre
35	Memorando	De entendimento sobre o apoio al projeto piloto “Sistema de Controle Integrado da Redução do Cultivo de Excedente da Coca”	20 de janeiro de 2012	Redução do cultivo de excedentes da coca
36	Memorando	Cooperação militar entre a Bolívia e o Brasil	31 de outubro de 2011	Militar
37	Termos de Doação	Termos de doação de material aeronáutico efetuado pelo ministério da Defesa do Brasil e a Força Aérea Boliviana	03 de outubro de 2012	Militar

38	Ata de Reunião	Iª Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Cobija-Brasileia-Epitaciolândia e Iª Reunião da Comissão Mista para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Rapirã	17 e 18 de outubro de 2012	Construção
39	Ata de Reunião	Da Iª Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Cáceres-San Matias entre o Brasil e a Bolívia	25 de abril de 2013	Integração
40	Ata de Reunião	Da Iª Reunião Bilateral entre os governos do Brasil e da Bolívia em matéria de luta contra o narcotráfico e delitos correlacionados	08 de fevereiro de 2013	Cooperação
41	Ata de Reunião	Do Iº Encontro Fronteiriço Bolívia-Brasil de Autoridades de Segurança Pública	15 de maio de 2013	Luta contra o narcotráfico

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo de Tratados do Ministério das Relações Exteriores da Bolívia e Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

APÊNDICE B
CLASSIFICAÇÃO DAS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE O MRE E A EMBAIXADA
EM LA PAZ ANALISADAS (2005-2014)

Maço temático: Assuntos de segurança (ASEG)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Denúncias de CPI: Tráfico de armas. Informação sobre lojas de armas e condições de compra na Bolívia.	Defesa Nacional/Segurança Pública	SAPS-ASEG	7/3/2006	2
Proposta de data e tentativa de agenda da Reunião da V Comissão Mista Antidrogas Brasil-Bolívia.	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG-BRAS-BOLI	19/07/2006; 31/07/2006; 03/08/2006; 04/08/2006; 26/11/2007;	5
Proposta de data e tentativa de agenda da VI Comista sobre Drogas. Brasil-Bolívia	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG-BRAS-BOLI	11/11/2008; 07/01/2009; 09/01/2009(2) ; 13/01/2009 (2); 22/01/2009; 23/01/2009; 26/01/2009; 27/01/2009(2) ; 28/01/2009; 29/01/2009	13
Consulta ao Governo local sobre Adidância policial na Bolívia.	Defesa Nacional	ASEG	08/08/2006; 14/08/2006; 25/10/2006; 30/01/2007	4
Adidância policial na Bolívia. Nomes dos Adido e Adjunto de Adido. Envio de currículos e Posse	Defesa Nacional	ASEG	17/06/2008; 01/08/2008	2
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Armas	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG-MSUL	11/09/2006; 20/09/2006;	4

do Mercosul em Brasília.			22/11/2006; 24/10/2008	
Solicitação de Informação. Tráfico de armas. Carta do Ministro da Defesa	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG-BOLI	24/10/2006	1
42º Período Ordinário de Sessões CICAD/OEA. Proposta de reunião bilateral de coordenação Brasil-Bolívia	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG-BRAS-BOLI	13/11/2007; 23/11/2007; 23/11/2007	3
Oferecimento de vagas. Centro de Coordenação e Capacitação Policial do Mercosul.	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG	14/02/2008	1
Divulgação do Relatório anual de monitoramento dos cultivos de coca.	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG-BOLI	24/06/2010	1
Solicitação de Aumento de efetivo de Fuzileiros Navais. Segurança da Embaixada. Sen. Roger Pinto	Defesa Nacional	ASEG-PFUG	13/08/2012	1
Cooperação no combate a Entorpecentes Brasil-Bolívia. Visita da missão ministerial boliviana a Brasília	Defesa Nacional/Segurança Pública	ASEG-BRAS-BOLI	17/11/2008	1
Reunião de Estratégia de Cooperação Policial. Campo Grande. Convite à Chancelaria boliviana.	Segurança Pública	ASEG-BRAS-BOLI	06/02/2009; 10/02/2009; 11/02/2009	3
Reunião do Conselho de Defesa da UNASUL. Declarações do Ministro Wálker San	Defesa Nacional	ASEG-AMSU	09/09/2009	1

Miguel sobre modernização militar brasileira.				
Curso oferecido pelo Brasil de Formação policial em Transporte transfronteiriço. Plano de Ação Brasil-Bolívia.	Território e fronteira/ Segurança Pública	ASEG	08/12/2011	1
Relato de participação. VII Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Cuiabá, 17-19/07/13).	Segurança Pública	ASEG- BRAS-BOLI	23/07/2013	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty

Maço temático: Atos internacionais (PAIN)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Tramitação congressional de Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios Brasil-Bolívia.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PAIN	11/07/2005; 19/09/2005; 20/09/2005;	3
Aprovação no Congresso de Atos internacionais. Brasil/Bolívia	Defesa Nacional/Segurança Pública	PAIN-BRAS-BOLI	17/04/2006; 24/04/2006; 02/05/2006; 20/06/2006;	4
Publicação no Diário Oficial da União de acordo sobre Regularização Migratória. Brasil-Bolívia.	Não considerar	PAIN-BRAS-BOLI	20/09/2006	1
Informações sobre acordo bilateral Brasil-Bolívia sobre transferência de nacionais condenados.	Segurança Pública	PAIN-CASC	31/01/2007; 02/02/2007; 26/03/2007	3
Consulta sobre procedimentos para devolução de veículos roubados no Brasil, Localizados na Bolívia.	Segurança Pública	PAIN-PEXT-CASC	04/04/2008; 14/04/2008	2
Ratificação de Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos. Brasil-Bolívia.	Território e Fronteira	PAIN - BRAS-BOLI	15/07/2008; 04/08/2008; 17/09/2008; 01/10/2008; 05/12/2008	5

Aprovação no Senado Federal de acordo para Construção de Ponte sobre o Rio Mamoré. Assuntos parlamentares. Brasil-Bolívia. Atos internacionais.	Território e Fronteira	PARL - PAIN	10/09/2008; 26/09/2008; 03/03/2009; 05/03/2009; 09/03/2009;	5
Aprovação de Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves(Ilícitos). Assuntos parlamentares. Brasil-Bolívia. Atos internacionais.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PARL - PAIN	10/09/2008; 26/09/2008; 13/10/2008;	3
Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa. Nota boliviana. Brasil-Bolívia.	Defesa Nacional	PAIN - BRAS-BOLI	29/10/2008; 10/08/2010; 19/08/2010;	3
Aprovação no Congresso de Acordo para Construção de Ponte Internacional.	Território e Fronteira	PAIN - BRAS-BOLI	21/07/2009; 27/07/2009;	2
Situação do Protocolo Adicional sobre Tráfego Ilícito de Drogas. Convênio de Produção Animal. Brasil-Bolívia.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PAIN - BRAS-BOLI	07/01/2011;	1
Acordo de cooperação jurídica em matéria penal. Brasil-Bolívia.	Segurança Pública	PAIN	24/03/2011	1
Estado atual de Atos internacionais em tramitação no Congresso Nacional. Bolívia.	Defesa Nacional	PAIN - PARL - BOLI	27/01/2012; 21/08/2013; 09/05/2014; 16/05/2014;	4

Vigência de Acordo sobre Regulamentação Básica Unificada do Trânsito.	Território e fronteira/Segurança Pública	PAIN	13/08/2013; 09/09/2013;	2
VIII Comista sobre Drogas e Temas Conexos. Acordo bilateral em Matéria Civil. Brasil-Bolívia.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PAIN - BRAS-BOLI	10/02/2014(2)17/03/2014; 19/03/2014;	4

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty.

Maço temático: Política de armamento, desarmamento e defesa no plano interno e bilateral (PDEF)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Administração. Privilégios e Imunidades. Auxiliar do Adido de Exército. Designação. Envio de currículo do Subtenente Hardi Brands	Defesa Nacional	PDEF - BRAS-BOLI	28/05/2007;	1
Brasil-Bolívia. Carta do Min. San Miguel. Convite para oficiais brasileiras participarem de seminário sobre defesa.	Defesa Nacional	PDEF	10/06/2009;	1
IX Conferência de Ministros da Defesa das Américas. Participação brasileira.	Defesa Nacional	PDEF	18/11/2010 (2);	2
Defesa. III Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil-Bolívia. Adiamento.	Defesa Nacional	PDEF-BRAS-BOLI	24/10/2012;	1
Defesa. Exercícios na área de fronteira 2013. Informações.	Território e fronteira/Defesa Nacional	PDEF-BRAS-BOLI	15/02/2013;	1
Defesa. Plano Estratégico de Fronteiras. Operação Ágata 8	Território e fronteira/Defesa Nacional	PDEF-AMSU	19/03/2014;	1

(10-21/5/13). Informações. Comunicação às autoridades locais.				
Defesa. UNASUL. Conselho de Defesa. Correspondência do Ministro da Defesa da Bolívia.	Defesa Nacional	PDEF-BRAS- UNASUL	19/05/2014;	1
Defesa. Carta do Ministro da Defesa, interino, ao Ministro da Defesa da Bolívia. Encaminhamento.	Defesa Nacional	PDEF-BRAS- BOLI	13/06/2014;	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty

Maço temático: Política internacional e política externa bilateral (PEXT)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação o MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Convite Seminário internacional organizado pelo Governo de Mato Grosso. Relações Brasil-Bolívia.	Território e Fronteira	PEXT-PREF-BOLI	18/02/2005; 25/02/2005;	2
América do Sul. Declarações conjuntas e programas de trabalho. Implementação de compromissos.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	01/03/2005;	1
Acordos em tramitação no Congresso Nacional. Brasil-Bolívia	Defesa Nacional/Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	10/03/2005;	1
Brasil-Bolívia. Visita do Ministro de Estado a La Paz. Esboço de agenda.	Defesa Nacional	PEXT-GVIO-BOLI	09/08/2005;	1
Brasil-Bolívia. Focos de incêndio. Fumaça sobre o Estado do Acre. Situação de Emergência.	Segurança Pública	WAMB-PEXT-BOLI	05/10/2005; 12/10/2005;	2
Brasil-Bolívia. Santa Cruz de la Sierra. Doação de aeronaves à Força Aérea Boliviana.	Defesa Nacional	BRAS-BOLI-PEXT	14/11/2005;	1
Brasil-Bolívia. Conversa do Presidente da República e o Presidente-eleito da Bolívia.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	16/01/2006;	1

Bolívia. Missão especial brasileira. Proposta de datas e temário.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PEXT-ETEC-BOLI	05/04/2006; 12/04/2006; 19/04/2006;	3
Bolívia. Suposta entrada de policiais brasileiros em território boliviano. Pedido de informação.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PEXT	10/05/2006;	1
Brasil-Bolívia. Reuniões dos GTS sobre assuntos migratórios e fundiários.	Território e Fronteira	CASC-CVIS-PEXT	09/06/2006;	1
Brasil-Bolívia. Projeto de construção de ponte. Fronteira com Guajará-Mirim.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	23/06/2006; 02/01/2007; 03/01/2007; 10/01/2007; 18/01/2007; 17/03/2008; 11/11/2008; 16/02/2009; 20/02/2009; 25/02/2009; 09/04/2009; 20/06/2011; 13/09/2013;	13
RPDC. Testes missilísticos. Nota do Governo brasileiro. Encaminhamento à Chancelaria local.	Defesa Nacional	PEXT-CORN	11/07/2006;	1
Assuntos migratórios. Brasil-Bolívia. Documentação e regularização de brasileiros. Autorização do Governo boliviano.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PEXT-CASC	24/07/2006;	1
Relações Bilaterais. Visitas ao Brasil de Ministros de Estado. Informação Bolívia.	Defesa Nacional	PEXT	11/08/2006;	1

Energia. Carta do Ministro das Obras Públicas para Ministro das Minas e Energia.	Território e Fronteira	PEXT	04/09/2006;	1
Assuntos consulares, migratórios e fundiários. Brasil-Bolívia. Reunião sobre auditoria de terras em Santa Cruz. La Paz.	Território e Fronteira	PEXT-CASC	21/09/2006;	1
Assuntos consulares e migratórios. Brasil-Bolívia. Retirada de brasileiros no Município de Bella Flor. Ação do INRA/Pando.	Território e Fronteira	CASC-CVIS-PEXT	22/09/2006;	1
Bolívia. Relações Brasil-américas do Sul, Central e Caribe. Adidos Navais.	Defesa Nacional	PEXT-BRAS	01/11/2006;	1
Brasil-Bolívia. Transporte e internamento de soldado boliviano no HFA	Defesa Nacional	PEXT-BOLI	13/12/2006;	1
Brasil-Bolívia. Aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	05/01/2007; 25/01/2007(2); 02/02/2007; 18/07/2007(2); 19/07/2007; 23/07/2007; 22/08/2007(3); 05/11/2007; 03/02/2007; 22/01/2008; 04/06/2008; 01/09/2008; 02/02/2009; 03/02/2009; 06/02/2009; 10/02/2009(2); 16/02/2009;	22

Brasil-Bolívia. Projetos de cooperativismo. Publicação de Medida Provisória. Crédito extraordinário de R\$20 milhões em favor do MRE.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	05/01/2007; 25/01/2007(2); 02/02/2007; 06/08/2007;	5
Brasil-Bolívia. Visita do Presidente Evo Morales ao Brasil. Projeto de Acordo sobre Fauna Aquática. Proposta brasileira. Encaminhamento.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	02/02/2007;	1
Bolívia. Inundações. Departamento do Beni. Ajuda Humanitária. Malha rodoviária	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	23/02/2007; 20/03/2007; 05/03/2007;	3
Brasil-Bolívia. Governo do Mato Grosso. Doação de alimentos e mantimentos para Departamento de Santa Cruz.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	05/03/2007(2);	2
Bolívia. Inundações. Assistência humanitária. "World Food Program". Cerimônia de entrega da contribuição brasileira.	Território e Fronteira	PEXT-AAPS-AEFI	12/03/2007;	1
Brasil-Bolívia. Assuntos fundiários. Reunião Técnica INCRA-INRA. La Paz	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	09/04/2007; 12/04/2007 (3);	4
Brasil-Bolívia. Feira Internacional de Tecnologias Aeroespacial e de Defesa. Convite ao	Defesa Nacional	PEXT	10/04/2007; 11/04/2007;	1

Chefe do Estado-maior do Exército Boliviano.				
Brasil-Bolívia. Questões fundiárias. Brasileiros irregulares na faixa de fronteira. Artigo de imprensa.	Território e Fronteira	CASC-PEXT-BRAS	19/04/2007;	1
Brasil-Bolívia. Corte de energia elétrica na Vila de Motevidéu. Solicitação.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	03/05/2007;	1
Brasil-Bolívia. Brasileiros irregulares na faixa de fronteira. Projeto de beneficiamento de leite. Missão ABC/EMBRAPA a Cobija.	Território e Fronteira	PEXT-CASC-BOLI	03/05/2007; 09/05/2007;	2
Brasil-Bolívia. Editorial do jornal "La Razón".	Território e Fronteira	PEXT	10/09/2007;	1
Brasil-Bolívia. Construção de Ponte sobre o igarapé Rapirã. acordo internacional.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	14/09/2007; 05/10/2007; 05/11/2007; 09/11/2007; 11/12/2007; 11/10/2012(2); 15/10/2012; 08/11/2012(2);	10
Brasil-Bolívia. Hidrelétricas em território boliviano. Seminário sobre recursos hídricos. Adiamento.	Território e Fronteira	PEXT	09/11/2007;	1
Brasil - Bolívia. Visita do Senhor PR. General Jorge Armando Felix. Agendamento de reuniões.	Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	13/12/2007;	1

Brasemb La Paz. Apreensão de veículos pela alfândega brasileira. Nota da Chancelaria boliviana.	Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	04/03/2008; 04/04/2008; 17/04/2008;	3
Consular. Brasemb La Paz. Nota da Chancelaria boliviana. Maus tratos de bolivianos por autoridades brasileiras em Brasília.	Segurança Pública	PEXT	07/03/2008; 11/03/2008; 11/04/2008;	3
Brasil-Bolívia. Assuntos militares. Visita do Comandante do Exército Brasileiro, General Enzo.	Defesa Nacional	PEXT	17/04/2008;	1
Brasil-Bolívia. Sistema Tamengo. Reunião da Comissão Mista Brasil-Bolívia. Corumbá	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	01/08/2008; 05/08/2008;	2
Brasil-Bolívia. Brasileiros no Pando. Assinatura de Instrumento Executivo trilateral. Convite ao Vice-Ministro Almaraz.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	06/10/2008; 16/10/2008(2); 24/10/2008; 07/11/2008;	5
Brasil-Bolívia. Acordo de Cooperação em matéria de Defesa. Aprovação pelo Congresso.	Defesa Nacional	PEXT	16/10/2008;	1
Brasil-Bolívia. Plano de desenvolvimento fronteiriço. Pedido de subsídios.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	12/05/2009;	1
Brasil-Bolívia. Defesa Civil e Assistência Humanitária. Projeto de	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	14/08/2009; 17/08/2009;	2

Memorando de Entendimento.				
Bolívia. Defesa e Governo. EMBRAER. Avião Presidencial. Discurso de Evo Morales. Anúncio em favor do modelo russo Antonov 148-BJ.	Defesa Nacional	XPRO-PEXT-BOLI	18/09/2009;	1
Brasil-Bolívia. Convite do Comandante da Marinha do Brasil para visitar o IV Distrito Naval	Defesa Nacional	PEXT-BRAS-BOLI	07/07/2010;	1
Relações Bolívia - Brasil. Comemoração das Forças Armadas em Cobija. Deslocamento de cavalos da Polícia Militar do Acre	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	05/08/2010;	1
Chamada a serviço. PS Mauro Furlan da Silva. Reunião sobre cooperação bilateral para o combate ao narcotráfico.	Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	12/08/2010;	1
Brasil-Bolívia. Comércio na fronteira. Normas da Receita Federal. Resposta do Sr. ME a carta do MRE Choquehuanca.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	23/12/2010;	1
Brasil-Bolívia. Notícia do jornal "Zero Hora". Declarações do Vice-Ministro de Terras.	Território e fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	11/03/2011;	1
Brasil-Bolívia. Visita do Sr. ME a La Paz. Reunião com Vice-	Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	11/03/2011;	1

Chanceler boliviano. Proposta de agenda temática.				
Brasil-Bolívia. Visita do Sr. ME à Bolívia. Comitês de Integração. Proposta de novo regulamento e de acordo por troca de notas.	Território e Fronteira	PEXT- BRAS- BOLI	17/03/2011; 22/03/2011; 23/03/2011; 24/03/2011; 06/04/2011; 08/08/2011; 06/09/2011; 12/09/2011; 19/09/2011; 17/10/2011; 10/09/2012;	11
Brasil-Bolívia. Normas alfandegárias brasileiras. Constituição de Grupo de Trabalho bilateral. Proposta boliviana. Corumbá- Puerto Suárez	Território e Fronteira	PEXT- BRAS- BOLI	05/05/2011; 25/05/2011; 30/05/2011; 03/06/2011; 10/06/2011; 15/06/2011; 27/06/2011; 25/07/2011;	8
Brasil-Bolívia. Legalização de veículos sem documentação. Cooperação bilateral.	Segurança Pública	PEXT- BRAS- BOLI	11/10/2011; 09/03/2012; 03/05/2012; 20/07/2012; 15/02/2013; 20/02/2013; 25/03/2013; 07/05/2013; 19/06/2013; 08/07/2013; 09/07/2013; 21/08/2013; 02/10/2013; 18/11/2013; 27/11/2013; 28/11/2013; 10/01/2014; 17/01/2014;	18

Brasil-Bolívia. Legalização de veículos sem documentação. Cooperação bilateral.	Segurança Pública	PEXT- BRAS- BOLI	06/02/2014; 21/02/2014; 26/02/2014; 11/03/2014; 12/03/2014; 24/03/2014; 25/03/2014; 07/05/2014; 17/07/2014; 17/09/2014; 18/09/2014(2); 25/09/2014; 26/09/2014; 03/10/2014;	15
Brasil-Bolívia. Seminário sobre Desenvolvimento na Pan Amazônia Sudoeste. Participação de autoridades bolivianas.	Território e fronteira/Segur ança Pública	PEXT- BRAS- BOLI	18/06/2012;	1
Brasil-Bolívia. Ratificação pelo Senado boliviano do Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas.	Segurança Pública	PEXT- BRAS- BOLI	06/12/2012;	1
Brasil-Bolívia. Assassinato de Vicente Rocha. Carta dos Senadores da Convergencia Nacional ao Ministro da Justiça.	Território e fronteira/Segur ança Pública	PEXT- BRAS- BOLI	07/12/2012;	1
Brasil-Bolívia. Sindicato dos Engenheiros do Estado de Rondônia. Seminário sobre Integração da Faixa de Fronteira.	Território e Fronteira	PEXT- BRAS- BOLI	28/01/2013; 20/02/2013; 04/03/2013;	3

Brasil-Bolívia. Visita a autoridades departamentais e municipais em Cochabamba	Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	20/02/2013;	1
Brasil-Bolívia. Feira Brasbol. Ameaça de fechamento da fronteira e do gasoduto.	Território e fronteira/Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	11/06/2013; 14/06/2013; 01/07/2013; 12/07/2013; 15/07/2013;	5
Brasil-Bolívia. Revista a avião do Senhor Ministro da Defesa. Deputado Galo Bonifaz. Acusações públicas ao Embaixador Marcel Biato.	Defesa Nacional	PEXT-BRAS-BOLI	18/07/2013;	1
Brasil-Bolívia. Desgaste nas relações bilaterais. Artigo do periódico "Nueva Crónica y Buen Gobierno".	Defesa Nacional/Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	01/08/2013;	1
Brasil-Bolívia. Relações de fronteira. Visita ao DG da ADEMAF. Relato.	Território e fronteira/Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	05/02/2014;	1
Brasil-Bolívia. Enchentes do Departamento do Beni. Presidente Morales pede estudo sobre impactos das usinas de Santo Antônio e Jirau.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	19/02/2014;	1
Brasil-Bolívia. Temas de fronteira. Controle integrado de fronteiras. Proposta de reunião (San Matías, 22/4/2014).	Território e fronteira/Segurança Pública	PEXT-BRAS-BOLI	16/04/2014;	1

Brasil-Bolívia. Jirau e Santo Antônio. Possíveis impactos em território boliviano.	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	24/04/2014(2);	2
Brasil-Bolívia. Defesa. Helicópteros UH-1H. Peças de reposição. Pedido de doação.	Defesa Nacional	PEXT-BRAS-BOLI	08/05/2014;	1
Brasil-Bolívia. Temas de fronteira. Acordo bilateral sobre Autorização, Residência, Estudos e trabalho. "Tarjeta Vecinal". Entrada em vigor	Território e Fronteira	PEXT-BRAS-BOLI	17/07/2014;	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty

Maço temático: Fronteiras e soberania territorial (PFRO)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Brasil-Bolívia. Comitês de Fronteira. Proposta de datas.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	24/02/2005; 18/03/2005; 21/03/2005; 28/03/2005; 06/05/2005; 09/05/2005; 13/05/2005; 19/05/2005; 20/06/2005; 27/06/2005; 20/07/2005; 25/07/2005; 27/07/2005;	13
Brasil-Bolívia. Ponte internacional sobre o rio Igarapé. Pedido de informações.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	11/03/2005;	1
Brasil-Bolívia. Ilha de Guajará-Mirim. Reunião da Comissão Mista de Limites. Proposta de datas.	Território e fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	05/08/2005; 11/08/2005; 24/08/2005;	3
Brasil-Bolívia. Projetos na região fronteira. Estado do Mato Grosso. Consulta.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	13/12/2005; 15/12/2005; 17/01/2006; 01/02/2006;	4
Brasil-Peru-Bolívia. Iniciativa MAP. MAP VI.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	06/06/2006;	1
Brasil-Bolívia. Evento bilateral em Guayaramerín, 17 a 19 de agosto. IBAM.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	11/08/2006;	1

Participação brasileira.				
Assistência consular. Expulsão de brasileiros. Reunião dos GTs de Migração e de Temas Fundiários.	Território e fronteira	CASC-PFRO	31/08/2006;	1
Consular. Detenção de brasileiros no Pando. Tentativa de roubo. Falecimento de fugitivo.	Território e fronteira/Segurança Pública	CAS-IMPR-PFRO	14/11/2006;	1
Brasil-Bolívia. Fechamento da fronteira na região de Costa Marques-Buena Vista. Solicitação da Chancelaria boliviana.	Território e Fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	27/02/2007;	1
Brasil-Bolívia. Fronteira Costa Marques-Buena Vista. Ações de autoridades policiais brasileiras.	Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	26/04/2007;	1
Brasil-Bolívia. Corte de energia elétrica na Vila de Montevideo. Solicitação. Resposta do MME.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	10/05/2007; 16/05/2007;	2
Brasil-Bolívia. Cooperação agrária. Brasileiros na fronteira com o Acre. Recursos previstos na Lei nº 11.471.Inscrição em REA.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	14/01/2008;	1

Consular. Brasemb La Paz. Regularização migratória. Conflitos de fronteira por posse de terras no Pando. Gestões.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	24/03/2008; 29/07/2008;	2
Visita do Governador de Rondônia à Bolívia. Sequestro de empresários rondonenses. Insegurança na fronteira boliviana com o Brasil.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO	28/05/2009;	1
Brasil-Bolívia. Carta do Presidente do Senado boliviano. Proposta de reunião de senadores de Estados fronteiriços.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	29/06/2009;	1
Brasil-Bolívia. Fronteira. 30ª Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites. Retomada dos trabalhos.	Território e fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	28/07/2009; 31/07/2009; 17/09/2009; 21/09/2009; 23/09/2009; 03/11/2009; 09/11/2009; 12/11/2009(2); 22/01/2010;	10
Brasil-Bolívia. Governo do Acre. Fronteira Brasiléia-Cobija. Anúncio de fechamento temporário de Ponte Binacional.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	28/10/2009;	1
Brasil-Bolívia. Fronteira. Campanha.	Território e fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	16/04/2010; 23/04/2010; 05/05/2010; 19/07/2013; 14/10/2013;	5

Fronteira. Brasil-Bolívia-Peru. Proposta de reunião tripartite. Resposta preliminar do governo boliviano.	Território e fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	18/05/2010; 02/06/2010; 30/06/2010; 06/01/2012;	4
Brasil-Bolívia. Fronteira. 31ª Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites. Santa Cruz de la Sierra.	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO-BRAS-BOLI	25/08/2010; 02/09/2010; 17/09/2010; 21/09/2010; 30/09/2010; 16/03/2011; 21/03/2011; 05/04/2011; 08/06/2011;	9
Brasil-Bolívia. Possível visita do Sr. PR à Bolívia. Comitês de Fronteira.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	18/10/2010;	1
Brasil-Bolívia. Fronteira. Instituto Geográfico Militar da Bolívia. Nivelção geométrica. Pedido de cooperação brasileira.	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO-BRAS-BOLI	19/11/2010;	1
Brasil-Bolívia. Comitês de fronteira. Retomada do funcionamento. Novo regulamento.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	10/12/2010; 30/09/2011; 10/11/2011;	3
Brasil-Bolívia. Governador do Pando. Participação de feira no Acre. Solicitação de ingresso de comitiva oficial.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	18/04/2011;	1
Fronteira. Nota da Chancelaria boliviana. Denúncias de maus tratos contra	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	20/05/2011;	1

bolivianos em Puerto Quijarro.				
Brasil-Bolívia. I Reunião dos Comitês de Integração Fronteiriça. Corumbá. Relato.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	10/10/2011;	1
Brasil-Bolívia. Acordo sobre nacionais fronteiriços. Implementação. Proposta de reunião bilateral.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	01/11/2011;	1
Brasil-Bolívia. Integração fronteiriça. Foro boliviano de coordenação em Remanso, Beni. Convite ao Brasil.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	03/11/2011; 08/11/2011(2); 10/11/2011;	4
Brasil Bolívia. Integração fronteiriça. Convite para 22a reunião de "Comitê Binacional de Fronteiras" em Pimenteiras do Oeste-RO (26/11).	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	24/11/2011;	1
Brasil-Bolívia. Integração Fronteiriça. Reunião do Comitê Guajará-Mirim/Guayaramerín. Proposta boliviana de data.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	28/11/2011; 07/08/2013; 11/11/2013;	3
Hidrologia. "Memória hidrométrica boliviana 2001-2010".	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO-BRAS-BOLI	15/12/2011;	1

Encaminhamento de publicação.				
Brasil-Bolívia. XXXII Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites. Proposta de datas (30/01 a 03/02/2012).	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO-BRAS-BOLI	12/01/2012; 18/01/2012; 19/01/2012; 17/08/2012; 21/08/2012; 29/08/2012; 30/08/2012(2); 02/10/2012;	9
Brasil-Bolívia. Acordo sobre fronteiriços. Localidades vinculadas. Inclusão.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	22/02/2012; 01/03/2012(2);	3
Comitês de Integração Fronteira. Cáceres, Guajará- Mirim e Brasília-Epitaciolândia.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	22/02/2012;	1
Brasil-Bolívia. Comissões mistas para construção de pontes internacionais sobre os rios Mamoré e Rapiirã.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	15/03/2012; 05/04/2012; 09/06/2012; 28/06/2012; 10/07/2012; 12/07/2012; 16/08/2012;	7
Brasil-Bolívia. Fronteira pandino-acreana. Visita de inspeção. Contatos com o Governador do Pando.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	24/05/2012;	1
Brasil-Bolívia. Visita aos assentamentos brasileiros. Relato.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	24/05/2012;	1
Brasil-Bolívia. Integração fronteira. Seminário promovido pelo	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	25/05/2012; 11/06/2012;	2

Governo do Estado do Acre.				
Brasil-Bolívia. Erosão de meandro do rio Acre. Avaliação boliviana de risco iminente para Cobija. Proposta de visita técnica conjunta.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	23/05/2012; 11/07/2012; 13/07/2012; 03/09/2012; 04/09/2012; 06/03/2013; 03/04/2013; 09/04/2013; 12/04/2013; 22/08/2013;	10
Brasil-Bolívia. Famílias brasileiras residentes na faixa de fronteira. INCRA-MRE. Recolhimento de documentação.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	24/07/2012; 16/10/2012;	2
Brasil-Bolívia. Assentamento de famílias brasileiras no Pando. Reunião em 18 de julho de 2012. Relato.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	25/07/2012;	1
Brasil-Bolívia. Instalação de posto do Exército boliviano na fronteira Mapajo/Capixaba-AC. Informação.	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO-BRAS-BOLI	09/08/2012;	1
Brasil-Bolívia. Fronteiras. Meandro do Rio Acre. Chuvas. Solicitação de medidas preventivas.	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	27/08/2012; 19/07/2013; 22/07/2013; 07/10/2013; 04/12/2013;	5
Brasil-Bolívia. Temas fronteiriços. Reunião do Conselho de Integração Nacional da CNI	Território e Fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	10/09/2012;	1

(Cuiabá, 31/08/12). Relato.				
Brasil-Bolívia. Missões de inspeção imigratória nas zonas fronteiriças do oriente boliviano. Convite ao Governo brasileiro.	Território e fronteira/Segurança Pública	CASC- PFRO-BOLI	01/10/2012;	1
Brasil-Bolívia. Fronteiras. Trabalhos hidrográficos e terrestres. Pedido de autorizações.	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO- BRAS-BOLI	02/10/2012;	1
Brasil-Bolívia. Comissão Mista Demarcadora de Limites. Campanha no rio Acre e no rio Paraguai.	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO- BRAS-BOLI	03/10/2012; 09/10/2012;	2
Brasil-Bolívia. Comitês de Integração. Reunião do Comitê Brasileira- Epitaciolândia/ Cobija. Proposta de temas e programa.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO- BRAS-BOLI	09/10/2012;	1
Brasil-Bolívia. Comissão Interinstitucional Unilateral. Estudos hidrográficos e socioeconômicos. Rios Mamoré e Guaporé.	Território e Fronteira	PFRO- BRAS-BOLI	28/11/2012; 16/04/2013; 19/07/2013;	3

Brasil-Bolívia. I Reunião do Comitê de Integração Fronteiriça Cáceres/San Matías.	Território e fronteira/Segurança Pública	PFRO-BRAS-BOLI	21/02/2013; 27/02/2013; 15/03/2013(2); 26/03/2013; 02/04/2013; 15/04/2013; 17/04/2013; 22/04/2013; 30/04/2013; 02/05/2013; 22/11/2013; 26/11/2013; 18/03/2014; 23/05/2014; 03/06/2014; 05/06/2014; 24/06/2014; 09/07/2014; 10/07/2014; 18/07/2014; 01/08/2014;	16
Brasil-Bolívia. XXXIII Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites Brasil-Bolívia. Proposta de datas.	Território e fronteira/Defesa Nacional	GREU-PFRO	22/02/2013; 28/02/2013; 28/03/2013; 18/07/2013;	4
Fronteiras. Comissão Demarcadora de Limites Brasil-Bolívia. 34a Conferência.	Território e fronteira/Defesa Nacional	PFRO-BRAS-BOLI	05/09/2013; 09/09/2013; 24/09/2013; 18/02/2014; 19/02/2014;	5
Brasil-Bolívia. Tarjeta Vecinal Fronteriza. Reunião em Cobija.	Território e fronteira	PFRO-CVIS-EINF	18/09/2013;	1
Brasil-Bolívia. Emissão de carteiras de identificação a cidadãos brasileiros na fronteira. Reunião com a Direção de Imigração. Relato.	Território e fronteira	PFRO-BRAS-BOLI	22/11/2013;	1

Brasil-Bolívia. Fronteiras. Acre. Considerações.	Território e Fronteira	PFRO- BRAS-BOLI	11/12/2013;	1
Brasil-Bolívia. Assentamento "La Aparecida - Ampliación". Solicitação de estabelecimento de Comissão Mista.	Território e Fronteira	PFRO- BRAS-BOLI	21/07/2014; 24/07/2014; 28/07/2014; 13/08/2014; 15/08/2014; 25/08/2014;	6
Brasil-Bolívia. Fronteiras. ACI Cáceres-Corixa/San Matías. Reunião (Corixa, 12/09/14). Confirmação.	Território e fronteiraSegurança Pública	PFRO- BRAS-BOLI	26/08/2014; 27/08/2014; 17/09/2014;	3
Bolívia. Eleições presidenciais (12/10/14). Anúncio de restrição de ingresso e saída nas fronteiras.	Território e Fronteira	PFRO- BRAS-BOLI	08/09/2014;	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty

Maço temático: Política em blocos e organismos regionais (PREG)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Segurança Alimentar. Brasil-Bolívia. Alimentação Escolar.	Território e Fronteira	PREG-BRAS-BOLI	03/05/2005;	1
OTCA. Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica. IV Reunião Extraordinária.	Território e Fronteira	OTCA-PREG	07/07/2006;	1
CASA. Migração. Livre circulação de pessoas na América do Sul. Pedido de informações sobre a Bolívia. Consulta à Chancelaria local.	Segurança Pública	PREG-AMSU	20/09/2006; 13/10/2006;	2
CASA. Comissão Estratégica de Reflexão. IV Reunião. Integração Sul-Americana+B4	Território e Fronteira	PREG-AMSU	20/09/2006;	1
Consular. Brasemb La Paz. UNASUL. Acordo sobre dispensa de exigência de visto e habilitação de	Segurança Pública	PREG-CVIS	13/03/2008; 04/04/2008;	2

documentos de identidade.				
Bolívia. UNASUL. Relatório sobre mortes em Pando. Editorial do La Razón.	Segurança Pública	PREG-BOLI-UNASUL	23/12/2008;	1
Brasil-Bolívia. Visita de Delegação boliviana ao Forte de Coimbra, Corumbá - MS. Pedido de autorização.	Território e Fronteira	GVIO-PREG	20/04/2009;	1
OTCA. Reunião sobre Navegação Comercial nos Rios Internacionais da Amazônia	Território e Fronteira	OTCA-PREG	22/04/2010; 17/05/2011; 23/05/2011;	3
OTCA. Reunião do CCA. Reuniões de Pontos Focais e sobre Navegação Fluvial.	Território e Fronteira	OTCA-PREG	26/04/2010;	1
OTCA. I Encontro de Diretores Nacionais de Águas. Gestões.	Território e Fronteira	OTCA-PREG	12/11/2010; 26/11/2010; 03/12/2010; 13/01/2011; 20/01/2011;	5
Hidrovia Paraguai-Paraná. Comissão do Acordo. 38ª Reunião. La Paz.	Território e Fronteira	PREG-CIH	11/04/2011; 12/04/2011;	2

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty

Maço temático: Segurança (PSEG)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Adidância Policial. Ministério da Justiça. Designação de Adido e Adido Ajunto.	Defesa Nacional/Segurança Pública	PSEG	19/02/2010; 08/04/2011; 23/05/2012; 24/05/2012; 23/05/2013; 28/05/2013; 29/05/2013; 15/03/2013; 19/07/2013;	9
Bolívia. Veículo roubado no Brasil. Pedido de informações.	Segurança Pública	PSEG-PCOT-BOLI	25/09/2012;	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty.

Maço temático: Tratamento regional do meio ambiente (WMAM)

Assunto	Classificação da pesquisa	Classificação MRE	Data	Nº de mensagens sobre o assunto
Bolívia. Meio ambiente. Enchentes no Beni. Especialistas destacam efeitos da mudança climática. Jirau e Santo Antônio.	Território e Fronteira	WMRG-BRAS-BOLI	05/05/2014;	1

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Arquivo Histórico do Itamaraty

APÊNDICE C

**PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO COM A BOLÍVIA, CONCLUÍDOS ENTRE 2005 E 2014**

AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO SUL-SUL

PROJETOS CONCLUÍDOS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2005 A DEZEMBRO DE 2014

Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/043-S071	Apoio ao Programa Multissetorial Desnutrição Zero	Apoiar o Programa Multissetorial Desnutrição Zero na Bolívia	03/12/2008	01/11/2010	Administração Pública	Políticas Públicas	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
BRA/04/044-A089	Capacitação sobre cultivo do Palmito (bactris gasipaes) em Chapare - Fase Final	Implementar projeto piloto sobre manejo agrônomico do palmito e capacitar técnicos bolivianos nas práticas agrônomicas brasileiras de cultivo de palmito.	15/11/2006	15/12/2006	Agricultura	Políticas Públicas	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
BRA/04/044-A096	Missão de prospecção para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia		12/12/2006	31/12/2006	Agricultura	Agroindustria	Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) - MDA
BRA/04/044-A116	Cultivo do palmito em Chapare - implantação do projeto piloto		15/03/2007	15/05/2007	Agricultura	Políticas Públicas	
BRA/04/044-S065	Apoio à criação de uma Instituição Pública de Pesquisa Agropecuária na Bolívia	Dotar a Bolívia de uma organização de pesquisa capaz de gerar soluções tecnológicas adequadas às condições socioculturais, econômicas, políticas e ambientais do país.	12/04/2007	12/04/2009	Agricultura	Pesquisa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
BRA/04/044-A119	Missão para treinamento de técnicos agrônomos bolivianos em produção e comercialização de café		16/04/2007	16/05/2007	Agricultura	Políticas Públicas	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG

BRA/04/044-A149	Missão para elaboração do projeto de diagnóstico e controle da Febre Aftosa na Bolívia		10/08/2007	27/10/2007	Agricultura	Extensão Rural	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Sector	Subsetor	Execução
BRA/04/043-A337	Avaliação das Condições Agrárias para o Desenvolvimento Fabril de Açúcar e Etanol na Bolívia	Analisar as condições agrárias da região boliviana de Sanbuenaventura e proporcionar aos técnicos bolivianos conhecimento in loco das melhores práticas realizadas no Brasil.	11/08/2009	11/10/2009	Agricultura	Agroindústria	
BRA/04/043-A358	Missão Multidisciplinar para Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica	Negociar, monitorar e elaborar projetos de cooperação técnica de pauta bilateral Brasil-Bolívia, nas áreas de formação profissional, agricultura familiar, agropecuária, abastecimento, saúde e empreendedorismo.	01/09/2009	31/10/2009	Agricultura	Agricultura Familiar	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Ministério da Saúde-Programa Nacional de DST/AIDS - MS Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) - MDA Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Brasil) - SEBRAE
BRA/04/043-S132	Fortalecimento do Sistema de Sementes do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)	Fortalecimento do sistema de sementes do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF) da Bolívia, com vistas ao aumento da produção de sementes de qualidade na Bolívia.	22/10/2009	16/08/2013	Agricultura	Pesquisa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
BRA/04/044-A321	Capacitação de técnicos bolivianos para o uso de ferramentas de cadastro e georreferenciamento de imóveis rurais	Capacitar técnicos bolivianos para o uso de ferramentas, incluindo a transferência de soluções tecnológicas adotadas nos programas brasileiros de cadastro e georreferenciamento de imóveis rurais, titulação, assentamento rural, titulação e regularização fundiária.	16/11/2009	16/01/2010	Agricultura	Extensão Rural	
BRA/04/044-A535	Missão para Conhecimento da Experiência Brasileira na	Realizar missão boliviana ao Brasil para apresentar a experiência do Ministério do	05/07/2010	05/10/2010	Agricultura	Agricultura Familiar	

	Implementação do Seguro Agrário	Desenvolvimento Agrário na área de seguro agrícola.					
BRA/04/043-A438	Missão para Apoio Técnico à Implementação do Seguro Agrário Universal Boliviano	Realizar a segunda missão relativa à cooperação em tema de seguro agrário, para elaboração de proposta do modelo operativo e regulamentar do Seguro Agrário Universal Boliviano.	31/03/2011	30/06/2011	Agricultura	Agricultura Familiar	
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/044-A792	Visita Técnica no Âmbito da X Reunião Extraordinária do Conselho Agropecuário do Sul	Viabilizar a participação da comitiva boliviana na X Reunião Extraordinária do Conselho Agropecuário do Sul, com vistas a tratar de cooperação técnica no tema de combate à febre aftosa.	13/04/2011	13/07/2011	Agricultura	Políticas Públicas	
BRA/04/043-A485	Missão técnica para apoio ao registro e ao financiamento em agricultura familiar	A missão brasileira a La Paz visa aprofundar os conhecimentos já apresentados ao Governo boliviano em matéria de seguro agrário, em particular nos temas de registro e financiamento.	02/08/2011	02/11/2011	Agricultura	Agricultura Familiar	
BRA/04/043-A481	Apoio à Elaboração do Plano de Infraestrutura do Setor Postal da Bolívia	A atividade consiste em missão de técnico boliviano para elaborar a base de investimentos e infraestrutura necessários à implantação do serviço postal universal da Bolívia.	20/07/2011	20/10/2011	Comunicações	Correios	
BRA/04/044-A1059	Missão para elaboração de projeto de cooperação técnica para apoio à	Missão para elaboração de projeto de cooperação técnica para apoio à reestruturação do serviço postal boliviano.	01/12/2012	28/02/2013	Comunicações	Correios	

	reestruturação do serviço postal boliviano.						
BRA/04/044-A039	Missão de Prospecção para Desenvolvimento de Projetos de Cooperação Técnicas nas Áreas de Meio Ambiente, Agricultura e Saúde entre o Brasil e a Bolívia.	A atividade tem o objetivo a Missão Especial de Cooperação Brasil-Bolívia, avançar no processo de formulação de projetos concebidos nas áreas de meio ambiente, agricultura e saúde.	19/04/2006	01/05/2006	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/ Multidisciplinar	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais - EPAMIG Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA Ministério da Saúde (Brasil) - MS Universidade Gama Filho (Brasil) - UGF
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/044-A098	Missão de prospecção e detalhamento para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica entre Brasil e Bolívia.	Realizar reunião com os contrapartes bolivianos para definir novos projetos de cooperação técnica nos Departamento de Pando e Beni.	29/01/2007	02/02/2007	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/ Multidisciplinar	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) - MDA Ministério do Trabalho e Emprego - MTE Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR
BRA/04/044-A105	Missão de prospecção para estabelecimento de novos projetos de cooperação técnica na área energética entre Brasil e Bolívia		28/02/2007	28/03/2007	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/ Multidisciplinar	
BRA/04/044-A201	Missão de elaboração e acompanhamento de projetos de cooperação		18/03/2008	13/05/2008	Cooperação Técnica	Missão de Acompanhamento	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

	técnica entre Brasil e Bolívia						Naturais Renováveis - IBAMA Ministério da Educação - MEC Ministério da Saúde (Brasil) - MS Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS
BRA/04/044-A527	Operação Especial Projeto Rondon Brasil-Bolívia 2010	A atividade busca viabilizar a transferência da metodologia do Projeto Rondon para as Instituições de Ensino Superior da Bolívia.	28/06/2010	28/10/2010	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/ Multidisciplinar	PROJETO RONDON - RONDON
BRA/04/043-A428	Missão para Negociação e Elaboração de Projeto para Melhoria da Atenção às Hemofilias na Bolívia	Realizar missão para negociação e elaboração de projeto de cooperação técnica em matéria de atenção às hemofilias.	20/01/2011	20/04/2011	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/ Multidisciplinar	
BRA/04/043-A430	Missão para Cooperação em Matéria de Programas de Prestação de Serviços Públicos ao Cidadão.	Realizar missão para apresentar ao Governo boliviano os programas desenvolvidos pelo Governo da Bahia para prestação de serviços públicos ao cidadão.	31/01/2011	30/04/2011	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/ Multidisciplinar	
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/043-A450	Missão para Negociação de Proposta de Cooperação em Matéria de Industrialização do Lixo	Apresentar ao Governo boliviano as boas práticas brasileiras em matéria de industrialização do lixo, com vistas à negociação de eventuais propostas de cooperação no tema.	10/05/2011	10/08/2011	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/Mul tidisciplinar	
BRA/04/043-A463	Missão para Negociação e Elaboração de Projeto na Área de Serviços Postais	Realizar missão para negociação e elaboração de projeto de cooperação técnica na área de serviços postais.	15/06/2011	15/09/2011	Cooperação Técnica	Missão de Prospecção/ Multidisciplinar	
BRA/04/044-A994	Missão Técnica para Avaliação, Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica Brasil - Bolívia	O objetivo desta atividade é avaliar os resultados do Programa de Cooperação Técnica Brasil - Bolívia, bem como negociar e elaborar novo projeto de cooperação técnica de âmbito	28/05/2012	01/06/2012	Cooperação Técnica	Missão de Avaliação	

		bilateral entre Brasil e Bolívia, na área de seguro agrário.					
BRA/04/044-A611	Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa (Curso de Auxiliar Comunicação Social)	Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Bolívia e Paraguai, Cursos e Estágios promovidos pelo Exército Brasileiro.	20/09/2010	12/02/2011	Defesa	Treinamento Militar	
BRA/04/044-A758	Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa Curso Avançado de Inteligência para Oficiais.	Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Bolívia e do Paraguai. Cursos e Estágios promovidos pelo Exército Brasileiro.	08/03/2011	22/09/2011	Defesa	Treinamento Militar	
BRA/04/044-A1049	Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Adaptação de Pilotos e Mecânicos de Helicóptero.	Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Bolívia, Curso de Adaptação de Pilotos e Mecânicos de Helicóptero promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 64 dias, em Taubaté – SP.	29/10/2012	29/03/2013	Defesa	Treinamento Militar	Exército Brasileiro - EXBR
BRA/04/044-A1060	Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa - Curso de Adaptação de Vôo de Aeronave e Transporte.	Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Bolívia, Curso de Adaptação de voo de aeronave e transporte, promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 354 dias, em Taubaté – SP.	17/12/2012	30/01/2014	Defesa	Treinamento Militar	Exército Brasileiro - EXBR
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/044-A1069	Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Formação de Oficiais (AMAN) 4º ano.	Esta atividade tem realização prevista para o período de 27 de janeiro a 30 de novembro de 2013, e terá vigência desde a data de sua assinatura até 30 de dezembro de 2013.	27/01/2013	30/12/2013	Defesa	Treinamento Militar	Exército Brasileiro - EXBR Ministério da Defesa do Brasil - MIN. DEFESA

BRA/04/044-A1070	Treinamento de Militares Sul-Americanos no Âmbito da Defesa – Curso de Comando e Estado Maior (ECEME).	Estimular o intercâmbio do conhecimento militar sul-americano, oferecendo a militares do Exército da Bolívia, da Guatemala, da Guiana, do Paraguai, do Peru, do Suriname e do Uruguai, Curso de Comando e Estado Maior (ECEME), promovido pelo Exército do Brasil, com duração de 299 dias, no Rio de Janeiro –RJ	04/02/2013	30/12/2013	Defesa	Treinamento Militar	Exército Brasileiro - EXBR
BRA/04/044-A009	Assessoria à Pastoral da Criança na Bolívia.	Promover e reforçar a transferência de metodologia da Pastoral da Criança do Brasil	02/10/2005	08/10/2005	Desenvolvimento Social	Inclusão Social	Pastoral da Criança - PC
BRA/04/044-A885	Visita Técnica para apoio ao treinamento de líderes de Instituições Sociais da Bolívia.	Fortalecer o trabalho em equipe em iniciativas de desenvolvimento social.	24/01/2012	24/07/2012	Desenvolvimento Social	Inclusão Social	INSTITUTO ELOS - ELOS
BRA/04/044-A983	Fortalecimento e Capacitação na Área de Saúde, Nutrição, Cidadania e Educação na Bolívia.	Capacitar técnicos de países latino-americanos em ações básicas de saúde, nutrição, cidadania e educação.	13/04/2012	13/02/2013	Desenvolvimento Social	Combate à mortalidade infantil	Pastoral da Criança-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - PC-CNBB
BRA/04/044-S135	Apoio ao desenvolvimento do Programa de Alimentação Escolar Boliviano	Fortalecer o Programa de Alimentação Escolar boliviano.	01/07/2008	01/05/2009	Educação	Merenda Escolar	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
BRA/04/043-A189 BRA/04/043-A189	Transferência da Metodologia do Projeto Rondon para Instituição de Ensino Superior da Bolívia	Promover a transferência da metodologia do PROJETO RONDON® a Instituições de Ensino Superior da Bolívia de modo a despertar uma visão crítica a respeito da realidade e da urgência em solucionar problemas de sociedades menos favorecidas, fortalecer a cidadania e construir uma sociedade mais justa e solidária.	03/04/2009	03/06/2009	Educação	Ensino Superior	Associação Nacional dos Rondonistas - ANR
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução

BRA/04/043-A358	Missão Multidisciplinar para Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica Missão Multidisciplinar para Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica	Negociar, monitorar e elaborar projetos de cooperação técnica de pauta bilateral Brasil-Bolívia, nas áreas de formação profissional, agricultura familiar, agropecuária, abastecimento, saúde e empreendedorismo.	01/09/2009	31/10/2009	Educação	Formação Profissional	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Ministério da Saúde-Programa Nacional de DST/AIDS - MS Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) - MDA Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Brasil) – SEBRAE
BRA/04/044-A296	Missão de Diagnóstico para Viabilização da Transferência da Metodologia do Projeto Rondon para Instituição de Ensino Superior da Bolívia.	Viabilizar a transferência da metodologia do Projeto Rondon para as Instituições de Ensino Superior da Bolívia, por meio de diagnóstico das condições de implementação de projeto de cooperação técnica na área.	22/10/2009	22/12/2009	Educação	Ensino Superior	Projeto Rondon – Associação Nacional dos Rondonistas - PROJROND
BRA/04/043-A358	Missão Multidisciplinar para Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica	Negociar, monitorar e elaborar projetos de cooperação técnica de pauta bilateral Brasil-Bolívia, nas áreas de formação profissional, agricultura familiar, agropecuária, abastecimento, saúde e empreendedorismo.	01/09/2009	31/10/2009	Indústria e Comércio	Apoio a mini, pequena e média Empresa	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Ministério da Saúde-Programa Nacional de DST/AIDS - MS Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) - MDA Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Brasil) – SEBRAE

BRA/04/044-A932	Curso sobre planejamento e gestão integrada de recursos hídricos.	Curso para os profissionais bolivianos na formulação e aplicação de estratégias de planejamento e Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH).	20/03/2012	20/06/2012	Meio Ambiente	Recursos Hídricos	Secretaria de Recursos Hídricos - MMA/SRH
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/043-A024	Missão de prospecção e capacitação de técnicos bolivianos à Reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações sobre Biocombustíveis na Perspectiva Socioambiental.	A atividade visa capacitar técnicos bolivianos em biocombustíveis e identificar possibilidades de cooperação técnica Brasil-Bolívia no setor.	19/09/2006	30/09/2006	Minas e Energia	Energia Renovável	
BRA/04/044-S051	Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização da Área Livre de Praga.	Transferir tecnologia para o estabelecimento e manutenção de uma área livre do bicudo do algodoeiro na Bolívia.	29/09/2006	29/05/2008	Pecuária	Políticas Públicas	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
BRA/04/044-A052	Missão de especialistas brasileiros para realização de diagnóstico do tratamento a vítimas de queimaduras na Bolívia.	O objetivo é subsidiar especialistas brasileiros e bolivianos na elaboração do projeto de estruturação do futuro Centro de Referência para Queimados em La Paz.	14/07/2006	31/07/2006	Saúde	Controle e Prevenção de Doenças	Universidade Gama Filho (Brasil) - UGF
BRA/04/044-A060	Missão de Especialistas Bolivianos para detalhamento de projetos de Cooperação Técnica sobre experiências Brasileiras do Sistema Único de Saúde.	A atividade visa apresentar aos técnicos bolivianos o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), do Brasil, assim como os programas de Saúde Familiar e Comunitária do Ministério da Saúde, com vistas a elaborar projeto de cooperação técnica sobre o tema.	24/07/2006	01/09/2006	Saúde	SUS	Ministério da Saúde (Brasil) - MS

BRA/04/044-S053	Estruturação do Centro de Referência para Queimados em La Paz	Estabelecer a importância das queimaduras e de suas complicações como problema relevante de saúde dos Serviços Assistenciais da Saúde no departamento de La Paz.	06/11/2006	06/05/2008	Saúde	Políticas Públicas	Universidade Gama Filho (Brasil) - UGF
BRA/04/044-A211	Apoio à participação de representantes bolivianos na "Consulta Regional para América Latina e Caribe sobre HIV/AIDS no Sistema Penitenciário"		04/05/2008	04/06/2008	Saúde	Controle e Prevenção de Doenças	
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/043-A358	Missão Multidisciplinar para Negociação e Elaboração de Projetos de Cooperação Técnica	Negociar, monitorar e elaborar projetos de cooperação técnica de pauta bilateral Brasil-Bolívia, nas áreas de formação profissional, agricultura familiar, agropecuária, abastecimento, saúde e empreendedorismo.	01/09/2009	31/10/2009	Saúde	DST/ AIDS	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Ministério da Saúde-Programa Nacional de DST/AIDS - MS Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) - MDA Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Brasil) - SEBRAE
BRA/04/043-S135	Fortalecimento da Atenção Integral e Vigilância Epidemiológica em DST/HIV/AIDS na Bolívia	Fortalecer as ações de prevenção, vigilância e controle das DST/HIV-AIDS, a nível nacional e regional, no marco da descentralização.	02/12/2009	02/12/2011	Saúde	DST/ AIDS	Ministério da Saúde - Secretaria de Políticas de Saúde - Cn de Dst/aids - MS/DST-AIDS
BRA/04/044-A953	Seminário Regional da OACI sobre Documentos de Viagem Legíveis por Máquinas e Segurança nas Fronteiras	Viabilizar a participação de autoridades bolivianas no I Seminário Regional da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) sobre Documentos de Viagem Legíveis por Máquinas e Segurança nas Fronteiras.	09/04/2012	09/07/2012	Segurança Pública	Prevenção do Crime	

BRA/04/044-S060	Apoio à Administração do Trabalho: Programas em matéria de Políticas Públicas de Emprego e Economia Solidária – Fortalecimento das Instituições	Aportar experiência em gestão de políticas públicas de emprego, inclusivas em matéria de emprego dos jovens e trabalhadores portadores de deficiência, capacitando técnicos bolivianos para a gestão e gerenciamento das Unidades Promotoras de Emprego. Implementar ações em matéria de Economia Solidária no contexto das diferentes regiões, procurando beneficiar as populações mais vulneráveis do país.	14/02/2007	14/02/2009	Trabalho e Emprego	Planejamento e Promoção do Trabalho	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
BRA/04/044-A132	Missão de identificação de projetos de cooperação técnica potencialmente favoráveis à reocupação laboral		01/05/2007	01/06/2007	Trabalho e Emprego	Reocupação Laboral	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término	Sector	Subsector	Execução
BRA/04/043-A385	Capacitação em Segurança e Saúde no Trabalho e em Programas de Emprego	Implementar Unidades Promotoras de Emprego na Bolívia, através do conhecimento e experiência brasileira.	30/09/2009	30/11/2009	Trabalho e Emprego	Segurança no Trabalho	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
BRA/04/044-A106	Missão para fortalecimento da cooperação técnica entre as instituições responsáveis pela área dos transportes rodoviários no Brasil e na Bolívia		01/03/2007	22/03/2007	Transportes	Transporte Terrestre	Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DNIT

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Agência Brasileira de Cooperação (2015)

APÊNDICE D
PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DA AGÊNCIA BRASILEIRA DE
COOPERAÇÃO COM A BOLÍVIA VIGENTES

**AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO
COOPERAÇÃO SUL-SUL
PROJETOS EM EXECUÇÃO**

Projeto	Nome	Objetivo	Início	Término Previsto	Setor	Subsetor	Execução
BRA/04/044-S331	Fortalecimento do Sistema de Recursos Genéticos do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF)	Apoiar o desenvolvimento do Instituto Nacional de Inovação Agropecuária e Florestal (INIAF) da Bolívia, por meio da capacitação dos recursos humanos em práticas de conservação de recursos genéticos, visando ao aumento da produção de alimentos	17/08/2010	31/12/2016	Agricultura	Agroindústria	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
BRA/04/043-S162	Construção de estratégias públicas para o desenvolvimento rural do Norte Amazônico da Bolívia em foco na promoção da agricultura familiar e do extrativismo	Contribuir para a consolidação de políticas públicas do governo boliviano sobre comercialização com preços justos de produtos da agricultura familiar e agroextrativismo	10/05/2011	31/12/2016	Agricultura	Abastecimento	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
BRA/04/043-S163	Apoio ao estabelecimento de instituição nacional de abastecimento interno na Bolívia	Contribuir para o estabelecimento de uma instituição de abastecimento interno de forma a promover um sistema de regulação de preços e abastecimento de mercados com uma distribuição mais equilibrada de recursos e maior equidade social	10/05/2011	31/12/2016	Agricultura	Abastecimento	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
BRA/04/043-S164	Fortalecimento do Sistema de Informações	Contribuir para o fortalecimento do sistema de informações agropecuárias do governo boliviano	10/05/2011	31/12/2016	Agricultura	Abastecimento	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

	Agropecuárias da Bolívia						
BRA/04/044-S199	Intercâmbio de experiências e conhecimentos para a gestão das culturas	O projeto visa à proteção da diversidade dos países e suas heranças comuns, como instrumento de integração regional	09/04/2009	31/12/2016	Cultura	Patrimônio Histórico e Artístico	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – Ministério da Cultura do Brasil - MinC
BRA/04/044-S144	Fortalecimento da Gestão Pública Florestal	O projeto visa fortalecer o monitoramento do desmatamento florestal na Bolívia	19/06/2009	28/01/2014*	Meio Ambiente	Preservação dos Ecossistemas	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
BRA/04/044-S159	Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano	Estabelecer e implementar um banco de leite materno na Bolívia, desenvolvendo um processo contínuo de assistência técnica para a organização e o funcionamento, a fim de convertê-lo num Centro de Referência da Bolívia, para que este modelo seja reproduzido em outros hospitais, possibilitando a criação, no futuro, de uma Rede de Bancos de Leite no país.	23/10/2009	31/12/2015	Saúde	Nutrição e Alimentação	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – Ministério da Saúde
BRA/04/044-S332	Capacitação de Funcionários do Instituto Nacional de Laboratórios de Salud (INLASA) da Bolívia, sobre o Processo de Produção de velas de andiroba	Capacitar o INLASA a produzir velas de andiroba eficazes no combate à dengue, apoiando o desenvolvimento da região produtora da planta	26/04/2010	26/04/2014*	Saúde	Medicamentos	Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ – Ministério da Saúde

* Projetos suspensos

Fonte: Elaborado pela autora com dados da Agência Brasileira de Cooperação (2015)

APÊNDICE E
TRATADOS INTERNACIONAIS EM SEGURANÇA SUBSCRITOS PELA BOLÍVIA
E PELO BRASIL

DESARMAMENTO E SEGURANÇA COLETIVA
ATOS INTERNACIONAIS SUBSCRITOS PELO BRASIL

ANO	ATO
1925	Tratado de Genebra
1925	Tratado de Renúncia à Guerra
1947	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
1963	Tratado de Proscrição das Experiências com Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e sob a Água
1967	Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe – Tratado de Tlatelolco
1968	Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares
1971	Convenção para Prevenir e Punir Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra Pessoas e a Extorsão Conexa, quando tiverem eles Transcendência Internacional
1996	Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares
1996	Protocolo ao Tratado de Proibição Completa dos Restes Nucleares
1998	Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas
2000	Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Observatório de Relações Internacionais (2015)

ATOS INTERNACIONAIS SUBSCRITOS PELA BOLÍVIA

ANO	ATO
1967	Tratado para Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe – Tratado de Tlatelolco
1967	Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe – OPANAL
1997	Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Relacionados
1999	Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais
2006	Acordo Regional de Cooperação para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nuclear na América Latina e no Caribe - ARCAL

Fonte: Elaborado pela autora com informações de Ministerio de Defensa (2011)

APÊNDICE F
QUADRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS

Entrevistas realizadas com atores do Brasil					
Órgão	Cargo	Nome	Duração	Data	Gravação
Ministério das Relações Exteriores	Embaixador, Ex-Ministro da Defesa e Ex-Chanceler	Celso Amorim	~ 50'	19/03/2015	Sim
Ministério da Integração Nacional	Coordenador da CDIF	Alexandre Peixoto	~ 50'	14/04/2015	Sim
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Gerente de Projetos da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Bilateral	Wósfy Yuri G. de Souza	~ 20'	13/04/2015	Não
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)	Gerente de Projetos da Coordenação-Geral de América do Sul, Central e Caribe	Wolney Matos de Andrade	~ 20'	16/04/2015	Sim
Ministério da Defesa	Chefe de Gabinete do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas	Gen Div Roberto Severo Ramos	~ 20'	20/04/2015	Sim
Ministério das Relações Exteriores	Ministra (Diretora DAS-I) e Conselheiro (Chefe DAM-II)	Eugênia Barthelmess / Elói Ritter	~ 60'	05/05/2015	Não
Exército Brasileiro	Coronel do Exército, Coordenador do SISFRON	Ary Pelegrino Filho	~ 60'	14/05/2015	Sim
Polícia Federal	DPF – Divisão de Investigação	Oslain Campos Santana	~ 45'	15/05/2015	Sim

	e Combate ao Crime Organizado – DICOR				
Ministério das Relações Exteriores	Vice-consul do Brasil em Puerto Suárez	Carla Santos Lopes	~ 60'	22/05/2015	Não
Prefeitura de Corumbá, MS	Vice-prefeita	Márcia Rolon	~ 10'	22/05/2015	Sim
Polícia Federal	Delegado de Polícia Federal – Chefe da Unidade Corumbá	Macedo	~ 30'	20/05/2015	Sim
Polícia Civil do Mato Grosso do Sul	Delegada da Polícia Civil de Corumbá	Joilce	~ 15'	20/05/2015	Sim
Polícia Militar do Mato Grosso do Sul	Coronel de Polícia Militar, Chefe do Batalhão de Corumbá	Velasques	~ 45'	19/05/2015	Sim
Polícia Civil do Mato Grosso do Sul	Investigador de Polícia Civil em Corumbá, MS	Manix	~ 40'	21/05/2015	Não
Tribunal de Contas da União	Coordenador-geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro Oeste	Cláudio Souza Castello Branco	~ 30'	25/05/2015	Não

Ministério da Justiça	Gerente da Enafron 2011-2014	Alex Jorge das Neves	~ 60'	30/04/2015	Não
Entrevistas realizadas com atores da Bolívia					
Órgão	Cargo	Nome	Duração	Data	Gravação
Embaixada da Bolívia no Brasil	Embaixador / Primeiro Secretário	Jerjes Justiniano Talavera / Faleg Valdez Copas	~ 50'	02/04/2015	Sim
Ademaf	Diretor Geral	Edwin de la Fuente Jeria	~ 30'	23/01/2015	Não
Ademaf	Assessor de Relações Internacionais	Ronald Porcel	~ 60'	23/01/2015	Não
Ministério de Governo	Diretor Geral de Segurança Cidadã e Prevenção de Delitos	Henry Balderrama Chávez	~ 60'	21/01/2015	Sim
Ministério da Defesa	Diretor Geral de Zonas de Segurança Fronteiriça	Juan Carlos Millares Vaca	~60'	20/01/2015	Sim
Ministério das Relações Exteriores	Diretor de Limites e Águas Internacionais	Juan Carlos Segurola	~ 50'	26/01/2015	Não
Ministério da Presidência	Ministro	Juan Ramón Quintana Taborga	~20'	19/01/2015	Não
Consulado da Bolívia em Corumbá, MS	Agente Consular	Oscar Felix Cuellar Cuchallo	~ 30'	22/05/2015	Não
Polícia Boliviana	Chefe do Comando Fronteiriço de Puerto Suarez e Puerto Quijarro	Coronel Guido Plata	~ 30'	22/05/2015	Não
Exército Boliviano	Comandante do Posto de Fronteira	Coronel Cuellar	~ 20'	22/05/2015	Não

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE G
ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

1. Nome
2. Cargo
3. Instituição
4. Trajetória de atuação do órgão de 2005 a 2014: objetivos, prioridades e resultados
5. Percepção da execução das políticas correspondentes de acordo com os objetivos formulados após a entrada em vigor das políticas atuais
6. Percepção da especificidade fronteiriça quanto às demandas do órgão, da população local e do Estado em geral
7. Percepção da integração entre defesa nacional e segurança pública, e especificamente na zona de fronteira
8. Percepção da relação entre os diferentes níveis de poder nacional e os órgãos estatais no cumprimento dos objetivos da política em questão
9. Percepção de semelhanças ou diferenças com a execução de outros tipos de políticas públicas
10. Percepção da atuação dos órgãos homólogos do país vizinho na fronteira
11. Percepção sobre a sociedade do país vizinho na fronteira
12. Percepção sobre a integração das sociedades dos dois países na fronteira
13. Relação entre o órgão e os Ministérios das Relações Exteriores da Bolívia e do Brasil na zona de fronteira
14. Principais problemas enfrentados
15. Principais atividades desenvolvidas
16. Principais deficiências
17. Principais êxitos
18. Visão sobre o combate ao narcotráfico e consequências para o órgão, para a sociedade da fronteira e visão sobre a Bolívia na questão
19. Está de acordo com os objetivos do órgão e sua atuação nas fronteiras?

Fonte: Elaborado pela autora

APÊNDICE H
ENTREVISTA COM O EMBAIXADOR CELSO AMORIM

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Celso Amorim)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

42 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

P: Na Bolívia, ao conversar com agentes públicos sobre a segurança e a defesa na fronteira com o Brasil, chamam atenção para uma noção ampliada de segurança – ambiental, alimentar – e para o fato de que as demandas deles ao Brasil sobre problemas de desmatamento, agricultura, hidrelétricas, madeireiras nas fronteiras, não há resposta institucional do Brasil. O senhor puder comentar um pouco a respeito...?

R: (...) Sendo o dilema do país maior, mais desenvolvido relativamente, em relação a um país menor, ou menos desenvolvido. A nossa fronteira com a Bolívia é a maior fronteira do Brasil, o que já é uma coisa que poucas pessoas leigas sabem, o que já daria uma grande importância. Mas, sempre há esse tipo de queixa. A gente percebe o tipo de queixa talvez não seja idêntica, mas parecida, do Paraguai. Como é que Bolívia e Paraguai foram dois países que tenham esse tipo de queixa em relação ao Brasil, que obviamente no caso da Bolívia como eles tiveram um governo muito reivindicante, etc. ele só aumentou, mas é uma... (...) ponto de vista da política externa macro, a nossa preocupação sempre foi fortalecer a unidade sul-americana sempre levar em conta as diferenças e os graus de desenvolvimento, mas são decisões macro. (...) Vou dar um exemplo: o Brasil abriu todas as tarifas para a Bolívia, tarifa zero. Pode ser que um produto ou outro tenha restrição sanitária, eu e você podemos discutir se isso é ousado ou se é autêntico ou não, mas enfim, não sei. Mas, tarifa zero para tudo, sem pedir reciprocidade. Há uma visão de que realmente a gente tem que ajudar para negociar com a Bolívia. O problema do gás que evidentemente é um

problema muito sério, nós procuramos agir com o máximo de moderação, até somos muito ((enfaticou)) criticados externamente, talvez tenha sido isso... (...) como nos tópicos da... política internacional mais criticado pela mídia, pela oposição do Brasil durante um bom período. A nossa reação ter sido conveniente, tolerante, demais. Mas, é que nós compreendíamos que é um país mais pobre e menos desenvolvido que dependia muito disso que para nós era mais importante você ter – falando muito amplamente não dos pontos específicos –, mas de uma estabilidade na região que contribuísse para uma segurança na fronteira do que uma situação de permanente instabilidade. E claro, dentro de um limite do que era razoável. E eu acho que isso foi encontrado. Aí, já é uma outra conversa afinal, que você está perguntando, eu estou apenas assinalando que foi feito um esforço muito grande, com grande desgaste interno do governo. Se você... fosse por exemplo, nessa época de orçamentos de seu estado, de sua cidade, São Paulo, você ia ver que a grande burguesia paulista toda a crítica do governo, quando tinha que falar mal de alguma coisa, nessa época era principalmente da Bolívia. Então, com grande esforço... e com grande... ((silêncio)) desgaste, como eu disse, nós procuramos era os mais compreensíveis possível, o que era possível. Claro que nem... tudo. E conseguimos uma negociação, no caso não vou entrar em detalhes, que resultou em um alento razoável do preço do gás, apenas, e que... deu relativa satisfação à Bolívia, negócio também repouso, aquele problema das refinarias que também foi objetivo de negociação complexa, mas que as relações ficaram pacificadas e do ponto de vista do interesse brasileiro, nunca faltou uma molécula de gás aqui no Brasil. O país precisa de energia etc. e para nós era muito importante. Não a qualquer preço, também... para dizer, nós também tivemos a preocupação de diversificar as nossas fontes. É a época que nós começamos a importar gás natural de outros países e etc., temos gás do (inint), enfim da Argélia (...) criaram determinado produto também para a Bolívia não achar que o Brasil estava na mão da Bolívia e eles fazerem o que quisessem. Então, havia uma compreensão. Mesma coisa com relação, por exemplo, aos brasileiros de fronteira que tiveram, muitos foram à Bolívia e houve também uma tentativa de conversa, envolvendo uma organização internacional de migrações para que houvesse soluções compatíveis com o orgulho nacional da Bolívia, um país soberano. Obviamente ele tem direito de atuar no seu território, mas que fossem humanitárias e que também respeitassem a situação daqueles brasileiros que eram muito pobres que foram para lá por sua conta, não foram mandados pelo governo brasileiro, não houve nenhuma

política de mandar pessoas. E na questão da hidrelétrica também nós procuramos relevar o máximo de compreensão, tanto pelo menos no ponto em que eu... fizemos inúmeras reuniões, e eu digo, uma vez veio o ministro boliviano aqui, que é um ambientalista originalmente, que é o (inint), ministro das relações exteriores, uma visita assim que ele fez muita questão de me condecorar, muita solenidade, etc., não é um astro (inint) que estava mostrando que estava vindo falar com um interlocutor que podia – não eu como pessoa – mas ter um interlocutor que entendia os problemas da Bolívia. A nossa... relação com o presidente Evo Morales foi em geral muito positiva. Agora essas coisas sempre acontecem. Não existe uma hidrelétrica no mundo que influi, que ocorra digamos, de alguma maneira, tenha impacto no país e que você não tenha esse tipo. Seja se está rio acima ou rio abaixo. Então, no caso de Itaipu nós tivemos uma longa disputa com a Argentina, em função do que poderia representar a construção da hidrelétrica, e na época, até um pouco fantasiosamente, em termos de segurança nacional da Argentina, mas também temos potencial hidrelétrico. E acabou sendo negociada lá uma cota razoável. E com relação às hidrelétricas que tem... se originam de Madeira, elas também foram objeto de negociação com a Bolívia... tudo o que era possível – digamos – fazer, discutir, conversar com os bolivianos foi selado. Agora, críticas têm. Eu vejo, se você vê uma televisão, um jornal que nós tivemos recentemente, essas enchentes, no Acre, tem gente no Acre que diz que a culpa é das hidrelétricas. Eu não sei. Quer dizer, isso é uma questão. Eu não sou técnico em hidrelétrica, mas eu acho que sempre procuro manter o diálogo, ter os bolivianos envolvidos. Eu não posso dizer que eu não tenho competência nem técnica nem tive na época quanto a essa política para dar opinião. Mas, você sabe que os bolivianos tinham um certo interesse em que se fizesse a hidrelétrica e esse foi um problema de anteriores, desde que também se fizessem canais para a navegação. Eles tinham grande interesse em usar o rio Madeira como escoamento para produção, eu acho que naquela época naquela região, a soja, também. Não é uma coisa assim, tão simplista. Eu acho que se você for, por exemplo, (...) o Paraguai. Nós aumentamos consideravelmente o pagamento por cessão de energia do Paraguai. Consideravelmente. Primeiro houve uns aumentos pequenos e depois triplicamos o valor. Fizemos uma hidrelétrica através do Focem, uma hidrelétrica, uma linha de eletricidade que leva, vai para Assunção a um custo, elevado, mas que nós achamos que compensava. Agora se você perguntar para o Paraguai, se eles estão satisfeitos, eles vão dizer que não. É óbvio que não, eles

sempre quererão, é que nem o sindicato dos americanos, que tem uma pergunta célebre feita uma vez para um jornalista para um líder sindical, "o que afinal querem os sindicatos americanos?": "mais". Sempre mais. Eu acho que sempre procuramos manter o diálogo. Procuramos enquanto governo sempre moderar as ações das empresas brasileiras, inclusive estatais, para que isso não fosse um conflito meramente empresarial, digamos que fosse levado em conta um contexto político mais amplo em que essas coisas ocorriam. Bem, isso eu diria no campo das relações internacionais mais amplamente, foi a nossa atitude, atrair a Bolívia para o MERCOSUL, atrair a Bolívia para o papel importante dentro da UNASUL, eu diria que isso é o geral. No campo de segurança e de, por exemplo, o combate ao narcotráfico, também não teria o detalhe para você, você entende certamente melhor do que eu... mas, eu posso lhe dizer que foi sim uma política de incentivo pelo menos, para que houvesse um acordo entre o Brasil e a Bolívia para o combate ao narcotráfico que como você sabe, 100 por cento o plantio eles defendem, porque é uma cultura local, mas que eles também são contra – esse é um discurso, pelo menos – o narcotráfico. Desenvolveu-se uma cooperação, não sei se dizer exatamente com que resultado.

P: Sim. Eu acho que eu entendo houve uma mudança de eixo quando eles tiraram a cooperação americana...

R: Americana. Pois é. E eles próprios pediram cooperação brasileira, e nós cooperamos.

P: ... e a cooperação brasileira?

R: Eu acho que a disposição existe. Agora você conseguir que as coisas todas ocorram, é uma coisa complexa, leva muito tempo. Eu sempre dizia: "a integração, não basta que o presidente ou o ministro das relações exteriores sejam integracionistas. É preciso que o guarda da esquina seja integracionista e essa mentalidade leva muito tempo para passar". Com relação aos imigrantes bolivianos, nós tomamos várias atitudes de nacionalização, de reconhecimento, da possibilidade de estarem aqui permanentemente, quer dizer, sempre houve uma... preocupação dessa forma, nunca de hostilizar, nunca de reagir, de maneira brutal, de maneira imperial em relação à Bolívia. Claro. Não é fácil satisfazer plenamente.

P: É. Exatamente, o que eu observo na pesquisa é inclusive a falta de algumas previsões institucionais para cooperação local também entre os países. E é a reivindicação de municípios fronteiriços.

R: Agora, também não é simples. Por exemplo, eu vou te dizer uma experiência do Ministério da Defesa. Nós fizemos alguma cooperação com eles, nós doamos equipamentos, uma das vezes... eu fui três vezes à Bolívia como ministro da defesa, o que mostra uma intensidade até pouco comum. (...) Numa delas, foi a segunda se eu não me engano, eu fui por ocasião da doação de dois helicópteros brasileiros à Bolívia. Mas, tive vários outros encontros. Da primeira vez que eu fui, quer dizer, há uma cooperação na área militar e na área de defesa. Eles também, às vezes, têm uma certa resistência, talvez um temor da presença brasileira, um país enorme do lado. Por exemplo, ... por que é que eu estou dizendo isso? Em geral, quando se tem essa cooperação, tipo Operação Ágata, que é feita em toda a fronteira brasileira dependendo da época, cuidando... no tempo que eu estava no ministério, quando implantou a Operação Ágata, há sempre também o que nós chamamos "operação" – que as forças armadas chamam de ação cívica e social. Que isso poderia ser, se eles quisessem, nós podíamos fazer também uma operação conjunta desse tipo. (...) Claro que é se quisessem, eles nunca responderam, porque há uma preocupação de talvez não fazer um – eu não posso dizer exatamente – uma preocupação desse tipo. E posso dizer que sempre tivemos extremo cuidado ((enfaticou)) pelo menos durante o tempo que eu fui ministro da defesa, não houve nem com a Bolívia e nem com o Paraguai nenhuma queixa, ao contrário do que às vezes tinha acontecido no passado: "como é que estão aqui?"... Chegava a até dizer que invadiu-se território. Nada disso, claro que a gente como país soberano também tem que fazer as suas trocas de exercício, faz de maneira respeitosa, no caso das operações Ágata sempre convidamos oficiais de outros países a participar e eu creio que os bolivianos devem ter algumas vezes participado ... enfim, eu não posso dizer mais do que isso. Às vezes convidava e não vinham, tem o outro lado. Eu diria, a nossa percepção, da grande estratégia em relação a terceiros com relação à América do Sul, você falou dos programas, da estratégia nacional de defesa, (isso acho que fica mais claro em alguns pronunciamentos meus e da própria presidenta), eu creio também, ali estava muito claro. A nossa política sempre foi dizer que na América do Sul o que devemos fazer é cooperação. Nenhum dos países representam ameaça para nós... e a melhor maneira

de você evitar qualquer problema é cooperando, criando uma mentalidade conjunta. E a Bolívia tem uma participação bastante razoável nisso, sempre vêm estudantes bolivianos quando a gente faz uns cursos na Escola Superior de Guerra (inint). Mas, tem contribuído muito para... contribuído não, com a iniciativa até brasileira eu diria, principalmente. Pegou realmente a criação de uma escola de defesa sul-americana... acho que a Bolívia pode participar disso. Não conheço incidentes, nem problemas graves que tenham ocorrido. Eu fui ministro de defesa, três anos e meio. Nunca tive nenhum problema. Não posso dizer, não me recordo de nenhum problema que... problema de contrabando, essa coisa existe, mas isso não era da nossa competência, é competência do setor de justiça. Eu nunca ouvi um fato assim tão... houve um episódio. Mas, meio que envolvia uma tribo indígena, e que as tropas – não sei se envolvia tráfico também –, em que tropas bolivianas atravessaram um pedaço do território brasileiro. Foi objeto de uma conversa minha com o (inint.), eu falei: “por favor”. Acho que para comprar mantimento, coisa assim, entraram... não me lembro exatamente o que é que gerou isso numa região do Acre. E não dá, de nenhuma maneira, nós vamos fazer isso na Bolívia. Às vezes você permite que cruzem território, é uma linha mais curta.

P: Qual foi a justificativa que ele deu?

R: “Ah, eu não sabia”, “errou”.

P: Indefinição de limite?

R: Não, porque eles foram dentro da cidade brasileira, então não dava para usar isso. Estava ali, saiu de controle, não estava, não foi uma coisa que veio de cima, enfim. Foi um único episódio que eu me lembro que eu fui, formalmente eu participei de uma reunião, se eu não me engano foi em Cartagena. Uma dessas reuniões da UNASUL, eu tive um encontro com os dois ministros, Defesa e Relações Exteriores. E eu tive que falar de uma maneira um pouquinho mais firme: “vocês têm que tomar cuidado, essas coisas não podem acontecer”, que está cheio de gente no Brasil que quer que a gente trate mal a Bolívia, que quer que a gente trate mal o Paraguai, que a gente trate mal os países menores. A versão é essa, eu não posso dar argumento a essas pessoas. Além de não ser correto. Essa foi a única, se perguntasse, isso aqui é um esforço de memória para procurar alguma coisa assim, não foi nada.

P: Quanto ao SISFRON, não chegou nada ao senhor de uma percepção de fronteira fechada, fronteira exageradamente vigiada, que não é só a nossa, é o lado deles, também. Eu senti algo nesse sentido com relação ao SISFRON.

R: Nunca ouvi nada. A mim não chegou. Não estou dizendo que não tenha falado alguma coisa. Talvez até com outro. (...) Até porque a política do SISFRON é uma política de cooperar com outros países. O SISFRON ainda está começando, está muito no início. Cooperar, inclusive ajudar os que quiserem, porque para nós facilita. Problema de fronteira... (...) como eu sempre disse, Brasil falando de uma maneira simplificada, o Brasil não tem problemas de ((enfaticou)) fronteira, ele pode ter problemas na ((enfaticou)) fronteira. E esse problema na fronteira acho que tem que ser resolvido nos dois lados. Eu estou falando conceitualmente, eu não sou mais ministro. De modo que eu diria que a política nossa tem que ser também de cooperar. Agora, envolve outras áreas, área de segurança pública que não é o Ministério da Defesa que faz, confesso a você que nunca entrei, mas nunca ouvi propriamente uma queixa. Creio que, obviamente, se sabe que uma parte importante da droga que entra no Brasil, entra por lá. Então, a gente tem que vigiar, não é que seja contra eles. É um inimigo comum eu diria, o traficante. E tem que trabalhar junto, que a eles também não interessa nem que isso ocorra, nem ter uma fama injusta no cenário internacional.

P: E outras questões da relação bilateral, por exemplo, atualmente o tema da fuga do senador Roger Pinto para o Brasil, e o fato de que o Brasil segue sem embaixador por lá?

R: Isso tudo ocorreu depois que eu já não era Ministro das Relações Exteriores, então não acompanhei detalhe.

(...)

P: O nosso congresso não o aprovou na última sabatina...

R: Eu acho uma pena, você não ter o embaixador, você torna muito mais difícil o diálogo, em qualquer sentido. Isso é o mínimo, muito ruim. Eu acho que tinha que separar as questões, porque Brasil deu (inint) na embaixada, com base nos tratados que existem aqui na América do Sul, na América Latina em geral. Acho que o congresso, independentemente de qualquer que seja o posicionamento com relação como é que vai conceder o asilo, o refúgio ou não. Eu acho que seria muito importante ter um embaixador nosso na Bolívia, o Brasil tem muitos ((enfaticou)) interesses na

Bolívia a começar pelo gás. Mas, também... é o país que tem a maior fronteira com a nossa, não pode ficar sem um interlocutor permanente. E mesmo que você mande uma pessoa como tem mandado, que são pessoas de nível de embaixador, mas sem o 'status' de embaixador, eles não têm o mesmo acesso. Você precisa na Bolívia, o embaixador brasileiro fala com o presidente. Quando é o embaixador mesmo que está lá há algum tempo. Um embaixador que nós tivemos, por exemplo, durante uma boa parte do período dessa disputa em torno do gás, que é Frederico Araújo era um embaixador excelente, tinha acesso a todo mundo e isso é fundamental. A meu ver, é um grande erro não se aprovar um embaixador. Independentemente da opinião que a pessoa tenha, tudo bem se você acha que deve ter sido feito de tal maneira ou não em relação ao (inint.). Eu acho que é válido. Eu acho que você está é a dar um tiro no próprio pé... o vizinho não é simpático e dá um tiro no próprio pé para incomodar o vizinho. Não tem sentido, sinceramente. A Bolívia não fez nenhum ato hostil ao Brasil que justifique isso.

P: Ou seja, é difícil a gente não pensar na política externa pensando nas conjunturas internas...

R: É o preço que se paga nas democracias. Nos Estados Unidos, por exemplo, o próprio Tom Shannon ficou muito tempo para ser nomeado para o Brasil porque achavam que o Tom Shannon, não... no caso do Zelaya tinha sido mais... menos crítico do Zelaya do que um determinado senador da Flórida. A democracia tem esses percalços, você tem que ter algum contrapeso e alguma coisa que contrabalance isso. No caso dos Estados Unidos, eles têm um instrumento que você pode ser embaixador por um decreto do executivo, sem passar pela sabatina, mas tem um limite de um ano. (...) Mas, nós não temos essa figura aqui, então ficamos dependendo disso. Eu acho que é lamentável não ter um embaixador na Bolívia. E volto a dizer, é um tiro no pé. Se o objetivo é incomodar ou Evo Morales ou o governo dele, incomoda mais a nós. Prejudica mais a nós.

P: Mudando um pouco o tema, sobre a elaboração dos parâmetros atuais da política nacional de defesa, abertos ao debate público, civil, diálogo com a Academia. Como é que foi essa elaboração em conjunto com as relações exteriores, com o Ministério de Relações Exteriores?

R: Eu vi isso tantos anos. Eu acho, quando a estratégia nacional de defesa foi elaborada, foi uma iniciativa da Secretaria de Assuntos Estratégicos, que é o doutor

Mangabeira Unger que voltou ao governo agora e do Ministério da Defesa. O Itamaraty participou, eu mesmo participei de várias reuniões, que era do nível... quando eram colocadas por presidentes. De várias outras, participou o Secretário Geral do Itamaraty, que era o embaixador Pinheiro Guimarães, que depois foi Secretário de Assuntos Estratégicos. Nós tivemos alguma participação e ficamos muito satisfeitos, por exemplo, de que a integração da América Latina, vista inclusive... se eu não me engano fala até da parte econômica que fosse... porque a integração é vista como um objetivo estratégico nacional. Isso eu acho muito positivo, quer dizer são sul-americanos. E coincidentemente na mesma época em que começou a ser discutida – coincidentemente não, não é uma coincidência –, mas eu digo para colocar num contexto em que se começou a ser discutida a estratégia nacional de defesa, também... se começou a discutir... o Brasil propôs, nacionalmente foi aceita a ideia do Conselho de Defesa Sul-americano no contexto da UNASUL, que é algo muito importante. Em solo sul-americano, pela primeira vez falando entre si. Antes, eles tinham que ir para Washington para conversar entre si. Conversavam ou bilateralmente ou em Washington, porque não havia um fórum. Agora tem o Conselho de Defesa que se reúne, é até tido como um dos mais atuantes dentro do contexto da UNASUL. E a Escola Sul-americana de Defesa que eu já tinha mencionado que também é muito importante para ser um contraponto pelo menos, senão uma oposição. Quer dizer, é uma outra visão que diz respeito aos nossos problemas comuns, você não ficar dependendo só do Colégio Interamericano de Defesa. 'Tá bom', ele continua lá, vamos continuar discutindo certas coisas. Eu acho que há muitas coisas (...) que temos muito que aprender, por exemplo, política de gênero. As Forças Armadas americanas são muito mais avançadas que no Brasil certamente. Muitas coisas temos a aprender, em saúde, etc. Mas em termos de visão estratégica, acho que a América do Sul constitui um certo todo, e eu volto a frisar o conceito de América do Sul. Quando você fala em América Latina já é mais complicado, porque o Caribe já está numa outra realidade geopolítica, o México também. Fronteira da própria América Central (inint.) da América do Sul, embora haja muitas diferenças (inint) pode encontrar vários elementos comuns em recursos naturais. Eu acho que isso é um aspecto importante. E a discussão, a publicidade com a primeira estratégia a ser aprovada por um decreto, mas a segunda foi objeto de discussão no Congresso Nacional. E o Rio Branco também e tudo muito aberto que todos possam tomar conhecimento, não é uma coisa... secreta. De modo que eu acho que é algo muito

positivo. E lá esse conceito que – vamos dizer –, resumir talvez em alguns pronunciamentos, de maneira até simplificada, que a nossa visão de defesa, falando da América do Sul como um todo, essa cooperação para dentro (inint.). Eu acho que é nessa linha. (...) Você traduzir esses conceitos amplos em realidades concretas do dia a dia não é simples, é algo muito complexo. Eu acho que, certamente, até em áreas como o SISFRON, outros projetos brasileiros como esse PROTEGER, pode e deve haver cooperação.

P: Uma das questões que me intriga nessa parte da articulação com a segurança pública, quando estamos falando na relação bilateral dos cidadãos de dois países, é exatamente o emprego da força no território, seja ele pelo exército, seja ele pelas corporações policiais. O exército entra na segurança pública amparado legalmente em situações específicas, como ocorrem no Rio de Janeiro em algumas comunidades, e na faixa de fronteira...

R: Ou em eventos especiais como a Copa do Mundo.

P: Ou em grandes eventos. A segurança pública, eu sei que não é a área do senhor, com relação ao cidadão é um problema gigantesco no Brasil. As percepções de insegurança, as taxas de homicídios – envolvendo também as corporações policiais, são um tema para o Brasil lidar...

R: Plenamente de acordo, mas isso não quer dizer que não haja uma política... não é fácil (...) você pode procurar raízes sociais e enfim outras que expliquem isso. Eu estou dizendo, comentando aqui como cidadão. Não foi a minha área, a não ser lateralmente, como você mencionou. É um grande problema, não tem a menor dúvida. Seria um grande erro querer resolver... nesse problema colocando as Forças Armadas (...). Só acho que não é a nossa... não é a função do MD. A não ser em situações muitos especiais... o que observo, é que a relação na... a segurança na fronteira é direcionada ao delito e menos à concepção de segurança pública e cidadã que estão anunciadas nas políticas. Na fronteira, ela está na parte do ilícito, ela se dirige ao ilícito. Como que isso poderia ser articulado pela concepção de... Eu acho... já ouvi e participei de discussões que não vão levar a grandes resultados, para falar a verdade, sobre a ação governamental integrada em área de fronteira justamente para fortalecer as comunidades e... O problema é que em um país como o Brasil a cobertura é curta. Não dá para fazer tudo. Merece atenção especial? Merece, não tenho a menor dúvida, você tem que ter uma... e você pode ter não só na gestão integrada como uma gestão

cooperativa com o país do outro lado, porque é muito importante você poder em certos lugares, por exemplo, não sei te dizer exatamente como, mas tratar de dentes em Santana do Livramento, acho mais fácil em ir ao hospital em Rivera ou vice e versa, não sei exatamente. Então, é muito bom que haja essa percepção de integração, sim. Na Bolívia também, nós temos algumas cidades fronteiriças.

P: Em três pontos de cidades-gêmeas.

R: É. Não vai ter que ter mesmo nome. Guajará Mirim, Guayaramerín... mas, isso não dependeria muito nem do Ministério da Defesa ((acha graça)) nem predominantemente das Relações Exteriores, mas certamente como política de governo, eu acho que seria muito importante não tenho a menor dúvida, agora volto a dizer, nós vivemos em um país de muitas carências e com uma... eu costumo dizer o seguinte, o Brasil é um país que tem, digamos, problemas de um país subdesenvolvido, ou em desenvolvimento, e uma capacidade de reivindicação de um país desenvolvido. Mas, não são todos que têm essa capacidade de reivindicação, então, obviamente, a pressão desses que tem a capacidade de reivindicar acaba absorvendo os recursos muito mais talvez do que fosse mais justo, mas não é simples politicamente... quer dizer, se você está lidando com problema de... onde você vai investir o recurso? Você vai investir para melhorar, a estrada ou melhorar... pavimentar as ruas da capital, melhorar as estradas ou vai investir no... não sei. Como as pessoas que estão nas capitais têm mais capacidade de reivindicação, elas acabam... e a carência também, é real. Eu acho que o problema... mas, eu estou dando uma explicação... agora, eu concordo com você, acho que o que acontece é que em certas situações, como a capacidade de reivindicação é pequena, o próprio Estado tem que assumir isso. Mas, digamos, essa consciência, no caso das fronteiras, tem a ver com a estratégia no sentido mais amplo da palavra, a visão estratégica do país, é difícil difundir isso, quer dizer, também não estou falando de ninguém especificamente, mas é difícil você lidar com uma pessoa que é Ministro da Cidade e convencer que o investimento em Guajará Mirim é tão importante quanto na baixada fluminense.

P: Sim, sim.

R: É difícil você... você veja, por exemplo, em alguns lugares de fronteiras, vou te falar coisas reais que a gente lidou no Itamaraty, (...) em alguns lugares, seguramente deve ter acontecido na Bolívia também, você às vezes tinha dificuldades de terminar... e

está acontecendo, por exemplo, no Norte, em Roraima, você tem... perdão, no Amapá, você terminar uma ponte ou uma outra ligação porque você não conseguir mandar a Receita Federal ou Polícia Federal para lá, ter um posto lá, e, enfim... É difícil. É uma luta constante. Claro que... nem sei se é o delegado, um agente da Polícia Federal que deve servir no Rio ou em São Paulo se tiver que tratar no Galeão ou em Guarulhos, do que na fronteira com a Bolívia, na fronteira do Acre com a Bolívia. É uma coisa, infelizmente, e essas coisas exigem uma ação permanente. Vou dar um exemplo que não tem nada a ver com segurança pública, mas é o mesmo problema, é o mesmo tipo de problema. Nós, uma das grandes reivindicações do Uruguai em determinado momento foi que o nosso comércio com o Uruguai estava muito desequilibrado em nosso favor. O que mudou? Queriam poder exportar água mineral para o Brasil. A água mineral exportava até para a Europa, mas não podia exportar para o Brasil e contei a história de uma série de ações ao Presidente Lula, que foi lá e uma espécie de um guia no Uruguai para entendimento, arranjamos uma maneira depois de muita luta com a ANVISA, e que é impossível que uma água mineral que é exportada para a França não possa servir para ir para o Rio Grande do Sul então... conseguimos. No papel passou, foi comemorado, foi falado, o Presidente até falou no Congresso sobre isso, no parlamento no MERCOSUL, mas, um dia estava o embaixador – uma curiosidade, o embaixador da efetividade (do Lula) que trabalhava, me disse: “ah, Celso, eu estou com um problema seríssimo porque não estão deixando entrar a água mineral de novo ((acha graça)) Estava passando por uma fila de caminhões”... “mas não é possível... – a gente negociou, acertou tá-tá-tá, teve (inint) até conjunta da água”, “não, mas é que eles estão dizendo que podia entrar sabor”... isso que eu estou falando é meio hipotético ...

P: Sim, sim.

R: ... não sei. “É que pensei que podia entrar aquela de sabor laranja, mas não de sabor 'grapefruit’”, então eu digo, (...) fazer integração, isso na época em que eu estava Ministro, era objeto de esforço permanente, mas ao mesmo tempo tinha de tratar de (inint), tinha que tratar da Organização Mundial do Comércio. Então, é um trabalho exaustivo ((enfaticou)) – exaustivo – e requer uma dedicação o tempo todo. Eu estava comentando com um dos assessores de integração, é como um casamento, não é que serão felizes para sempre, você tem que renovar o compromisso todo o dia. Cuidar da água, cuidar do... o policial atravessou a rua indevidamente. Por

exemplo, eu fui recentemente a Ponta Porã (inint), o maior cuidado, falei: “olha, não me põe aqui dentro não”, ali é Paraguai, “não me põe dentro do Paraguai não, eu não quero confusão com isso, porque de repente você erra a rua”, porque é a mesma cidade, às vezes não tem nem uma placa. Esse trabalho, acho que... você quer ver uma coisa que diz respeito... estamos falando das queixas e das dificuldades. Nunca conseguimos fazer, e olha que o Presidente Lula, na época... insistiu nisso, chamamos os ministros que eram profundamente integracionistas como Tarso Genro, por exemplo, e nunca conseguimos fazer que a fila do MERCOSUL fosse junto com a dos brasileiros. Você entra na França, não tem a fila para franceses, os cidadãos são da União Europeia ou de Xengui, tem a diferença por causa dos tratados de imigração. No Brasil, não por causa de... mas, por outro lado, você pode viajar para vários países não só do MERCOSUL, com carteira de identidade apenas. Fui à Colômbia até eu descobri, eu não sabia disso, quer dizer, não sabia não, sabia que tinha sido feito um acordo mas o acordo deles, também... ((acha graça)) Tem acordo de previdência social com vários países, essas coisas... também a gente tem que ver não só a xícara meio vazia... mas, também... as coisas positivas que estão acontecendo. Precisa de muito mais força na política monetária em relação às nossas comunidades de fronteira, acho que a melhor resposta ao crime é ter comunidades bem organizadas. Não é fácil, é fácil dizer, muito difícil de fazer, e com gestão compartilhada muitas vezes ou pelo menos coopera em comparação com outros países. Na sociedade e com outro país. Eu acho que a gente trabalha um pouco nesse sentido. Eu acho que... eu não saberia te dizer exatamente, mas o próprio ministro da justiça, enquanto eu era ministro da defesa fez um arranjo com a Bolívia... (...), mas de uma maneira cooperativa e eu acho que é positivo, agora tem que continuar trabalhando nisso, sem preconceito, não pode ficar, “ah, eles são assim, não sei o que”, não tem como. A integração é uma batalha permanente para vencer os preconceitos de todos os lados.

((fim da transcrição))

APÊNDICE I
ENTREVISTA COM COORDENADOR DA CDIF

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Alexandre Bastos Peixoto)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

46 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

P: Alexandre, poderia falar para mim o seu nome completo, seu cargo e função aqui no Ministério?

R: É Alexandre Bastos Peixoto, eu sou coordenador geral de programas macrorregionais dentro da Secretaria de Desenvolvimento Regional aqui do Ministério da Integração Nacional. A minha área, embora não tenha fronteira no nome, ela herdou as atribuições e, principalmente – vamos dizer –, a interlocução sobre fronteira que havia antes na coordenação que cuidava do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira. Embora ela tenha sido concebida para tratar também de outros temas, a fronteira permaneceu como o tema principal – para não dizer quase que total – das atividades da coordenação. A atividade principal que eu acredito, atribuo à coordenação, é mesmo a coordenação da comissão permanente do desenvolvimento e integração da faixa de fronteira, CDIF. E eu chamo coordenação operacional, que é, na verdade, da secretaria e não da minha área específica. Mas, como a minha área que toca isso no dia a dia a gente se considera coordenador operacional da CDIF. É uma área que eu não tenho, depois que foi extinto o PDFF, eu não tenho um recurso orçamentário específico para executar na fronteira, e as minhas ações são basicamente de articulação, com outros órgãos e até internamente no ministério para levar algumas ações orçamentárias, de inclusão produtiva especialmente, para municípios da faixa de fronteira. Um resumo básico é isso. Além disso, extra CDIF, tem uma série de articulações e de diálogos com outras entidades ou com municípios isoladamente, pleitos específicos, situações específicas de fronteira que acontecem

em áreas setoriais variadas, diálogo internacional com a Associação de Regiões de Fronteira da Europa, rede Latino Americana de políticas para desenvolvimento regional que também discute o tema fronteira. O ano passado a gente chegou a participar de um evento da UNASUL, sobre políticas de fronteiras nos países-membros da UNASUL. Então, você tem esse eixo principal, que é da CDIF, e em volta disso, gravitando em torno disso, várias questões relacionadas à fronteira. É como eu disse, o PDFF acabou, e o PPA, mas a área, o Ministério da Integração, continuou reconhecido como o ministério que trata desse tema e que articula esse tema. Então, diversas ((enfaticou)) questões, às vezes até pontuais, nós somos procurados mesmo que a gente não tenha a resposta ou a solução dos problemas, para ir buscar auxiliar na articulação desse problema. O nascimento da CDIF se dá com – vamos dizer – a extinção do PDFF... eles, acho que vivem alguns meses concomitantes, e eu acho que até a intenção não foi essa, mas aconteceu que a CDIF se tornou uma espécie de substituta do PDFF, ou seja, uma nova forma de tratar a fronteira pelo Ministério da Integração Nacional. Antes tinham essa ação direta do PDFF e passou a ter uma ação mais indireta com a CDIF e direta em alguns aspectos de levar projetos que a gente tem aqui para qualquer área do Brasil para a fronteira.

P: E na sua visão, por que é que se deu essa mudança?

R: Eu acho que porque no ciclo passado de governo, houve uma revisão da política nacional de desenvolvimento regional. A primeira política, e aí, eu posso errar a data aqui, teria que verificar, mas é alguma coisa tipo 2005 ou 2007, ela era toda focada em mesorregiões, em territórios prioritários e o ministério era todo organizado, administrativamente, para atender esses territórios, entre eles a faixa de fronteira e os seus programas específicos para cada território. Depois, na revisão da política, eu acho ((enfaticou)) que foi assim, durante a revisão da política houve também essa revisão administrativa e mais nenhuma área mais é – vamos dizer – caracterizada por essa visão territorial geográfica. E no final das contas nem a minha área seria, mas como a minha área tomou para si essa questão da CDIF da faixa de fronteira, é hoje a única área que tem uma referência geográfica específica e nítida assim dentro do ministério.

P: Entendi. Em termos de provisão orçamentária, teve uma mudança grande? Eu sei que é um trabalho de articulação, não é? E que as políticas envolvidas muitas vezes são por outras pastas, mas como que funcionou isso, essa priorização?

R: Para o Ministério da Integração eu acho que teve uma mudança que não sei dizer se é grande, mas assim, significativa, porque essa... quando tinha o PDFF você tinha um programa específico para fronteira, e com o fim dele a gente deixa de ter, no Ministério, um programa específico para fronteira. Então, a gente passa a ser uma área de articulação que leva recurso para a fronteira por meio de outros programas do próprio ministério, mas a gente parou, deixou de ter aquele recurso ali carimbado, designado diretamente para fronteira. A avaliação disso é difícil para eu fazer porque no período do PDFF eu não estava aqui, mas por conversas e... que eu acompanhei, não houve tanta diferença porque o próprio PDFF conseguia pouco recurso do ministério, a maior parte dos recursos dele vinha de emendas parlamentares. Essas emendas continuam acontecendo em outros programas e vão para o território da fronteira. Então, no fundo no fundo, acho que teria que ter um estudo para dizer se realmente o ministério está gastando mais ou menos com a fronteira, é difícil dizer. Mas, a gente passou a olhar um pouco mais para fora, então é buscar que outros programas de outros ministérios pudessem ter uma efetividade maior na fronteira e isso eu acho que quando tinha o PDFF a gente não fazia, a gente ficava focado no PDFF, nas ações nossas.

P: A articulação com os entes locais, municípios, com outras esferas como CODESUL na região, ela é parecida ou ela mudou substancialmente nesse primeiro momento que o PDFF para CDIF?

R: Eu acho que mudou substancialmente, eu acho que cresceu muito, eu acho que ficou mais organizada. A CDIF, eu acho que pode se estabelecer como uma rede, criar uma referência dentro do governo de quem em cada ministério trabalha com o tema da fronteira, você tem os pontos focais mais bem definidos, os núcleos estaduais de fronteira, alguns municípios que são muito ativos, então eu acho que esse diálogo, essa relação federativa melhorou muito.

P: Antes tinha a participação também da SRI bastante presente? Do PDFF, ou não?

R: Não. Antes cada ministério tinha lá o seu diálogo, trabalhava o tema da fronteira como acreditava que era melhor, e ainda durante o PDFF teve o grupo de trabalho que originou a CDIF. Então, antes da criação da CDIF, uns dois anos antes, teve esse grupo de trabalho, teve um relatório e que começou a aproximar esses atores. Nesse grupo de trabalho a SRI foi fundamental, porque ele surgiu de lá.

P: E qual tem sido a dinâmica de trabalho da CDIF? Periodicidade, priorização por região, de onde que saem as pautas? As demandas? O diálogo daqui com a demanda local, por exemplo.

R: A gente solicitou aos estados que fizessem planos regionalizados sobre a sua faixa de fronteira, com demandas prioritárias e etc., e quase todos os estados nos mandaram esses planos, uns mais rápido, outros demoraram a mandar, somente o Acre não mandou, não temos um plano, é o que a gente chama PDIF.

P: Isso desde quando eles têm?

R: Mais ou menos 2012... têm alguns que mandaram em 2013 e até ano passado a gente chegou a receber o último plano. Foi um processo cada um na sua velocidade. Mas, ainda assim a gente teve muita dificuldade com esses planos porque a maioria das áreas ali eram relacionadas a outros ministérios, e a gente não teve um poder efetivo de cumprir essas demandas. Cada ministério processou aquilo dentro dos programas que eles têm da forma que eles consideravam prioritárias no olhar que eles tinham setorial para cada área. E, além disso, o que a gente tem estabelecido nesse diálogo é assim, dentro do Ministério da Integração, nós abrimos a possibilidade para fazer projeto de inclusão produtiva para todos. Aqueles que vêm e apresentam projetos acabam tendo prioridade. Fazendo uma avaliação aqui, acaba que quem está mais preparado sai na frente, e isso talvez não seja bom, porque uma área, um estado mais carente, com menos pessoal acaba ficando para trás nesse sentido. E nós não tivemos – é uma preocupação que a gente tem muito hoje –, de fortalecer a capacidade para elaboração de projeto, até procurando universidades que estão na faixa de fronteira para tentar fazer com que as universidades apoiem os municípios na elaboração de projetos ou unir um pouco da parte da extensão, da pesquisa, com programas práticos de política pública, é um esforço que a gente está fazendo. Mas, na prática, o que vem ocorrendo é que a gente tem avançado mais com aqueles estados que estavam mais preparados para diálogo, ou que se comprometerem mais com ele, porque tem isso também, a gente avançou muito com Santa Catarina. E Santa Catarina, o envolvimento até político foi muito maior. O secretário de planejamento de Santa Catarina participou de reunião de núcleo de fronteira, veio nos visitar, os caras trouxeram o projeto para cá, nós debatemos o projeto, coisa que com outros estados não aconteceu, você abriu a mesma porta para todos, mas só alguns que entram por essa porta. E aí, a gente até com as dificuldades administrativas,

equipe reduzida, poucos funcionários, não tem condição também de ter, pelo menos até o ano passado, de ter esse papel proativo para conseguir mudar assim a realidade, propor projetos específicos para os caras, que eles estão lá na ponta, eles que conhecem.

P: O MI tem escritório regional, ou não?

R: Nós temos – eu acho que – três escritórios regionais, mas na faixa de fronteira... nenhum na faixa de fronteira, mas um mais próximo que seria o do Rio Grande do Sul. É algo muito novo, a gente tem acho que há um ano que a gente tem esses escritórios, e também são escritórios que não estão muito equipados, você tem lá um funcionário ou dois com o pessoal terceirizado e acaba que esse pessoal executa mais trabalho para a Defesa Civil, mais trabalho de fiscalização... de obra e tal. Mas, é algo que a gente, no futuro, deve aproveitar se tiver condições para isso.

P: E nesse trabalho de vocês, como que chegavam ou se chegaram demandas dos países vizinhos, que tipo de demandas chega?

R: Dos países vizinhos, a gente, nesses fóruns, na Rede Latino-Americana, em algum comitê de fronteira, a gente percebe assim a vontade de cooperar em determinadas áreas de fronteira... e nisso a gente participa do diálogo, não como CDIF, mas como Ministério da Integração tentando apoiar. Por exemplo, a gente participou e estamos buscando uma segunda etapa de um projeto que foi Brasil e Peru da cadeia da piscicultura, então houve lá um diagnóstico das potencialidades, dos problemas, etc., dos dois lados, do Brasil e Peru, e a gente quer dar um salto agora para poder fazer uma... estudo de viabilidade econômica da cadeia envolvendo a ((corte no áudio)). Então a gente tenta e temos também discutido dentro do governo aspectos relacionados à legislação, a como as cidades-gêmeas podem ter um incentivo maior para trabalharem juntas, cooperarem, mas é também uma área que nós estamos desbravando.

P: E aparece mais nas cidades-gêmeas?

R: Mais nas cidades-gêmeas. Mais nas cidades-gêmeas, disparado. Inclusive em relação aos prefeitos que tem essa preocupação e que nos acionam mais são de cidades-gêmeas.

P: E em termos de participação da sociedade civil, como tem sido? Quais setores que participam, demandam?

R: Eu acho baixíssima a participação da sociedade civil, pelo menos nos nossos fóruns e, às vezes, se abre mais espaço para participar da sociedade civil são as reuniões descentralizadas, do núcleo de fronteira e nos comitês de fronteira que o Itamaraty promove lá. Mas, eu acho a participação muito fraca e, da mesma forma que a participação de alguns governos locais é muito... as demandas são muito pouco embasadas. Então os caras, uma reivindicação de prefeito recorrente de cidades-gêmeas, especificamente: “ah, porque nós aqui recebemos os vizinhos lá no tratamento de saúde, oneram a nossa rede de saúde, mas a remuneração do SUS é por habitante do Brasil, então a gente tem que por dinheiro do município tal, tal, tal”. OK, o argumento parece super lógico, coerente, quando a gente vai conversar com o Ministério da Saúde sobre isso, o Ministério da Saúde questiona: “ah, mas será que isso é verdade mesmo? Quantos atendimentos são feitos para estrangeiros? Como é que... quanto que se gasta disso e tal?”. Os próprios... os caras que elaboraram a demanda, não apresentam isso para a gente, e quando a gente passa isso para eles, eles: “ah, não, é temos que ver e tal, tá-tá-tá” e a coisa não anda. E eu acho que a sociedade civil a mesma coisa, você vai no comitê de fronteira as questões decorrentes são, por exemplo, sobre Vigilância Sanitária ou algum aspecto comercial ali na fronteira de Receita Federal tal, mas também é muito o relato do problema. Eu vejo uma fragilidade muito grande para participar da solução, ou para embasar bem esse problema, para apresentar dados, algo que possa nos municiar para fazer uma discussão mais qualificada aqui no nível federal. E isso é um outro problema que a gente tem.

P: A solução de problemas ou iniciativas por meio de cooperação internacional para região de fronteira também é algo escasso? É algo que vocês manejam?

R: É algo escasso, é algo escasso até por conta da legislação, eles têm pouco – vamos dizer assim – pouca segurança legal para cooperar, para fazerem esse tipo de iniciativa e acabam que são pontuais, muitas vezes informais, e a gente às vezes barra com elas, não tem conhecimento sistematizado, encontro com prefeito, com outro, a gente ouve relatos de algumas ações informais que eles fazem lá, mas nada que a gente tenha condições até de apoiar, porque os nossos instrumentos são todos vinculados a programa, a legislação, então esse problema da legislação é algo que a gente quer enfrentar forte assim, esse ano, nós estamos avançando no debate com a SAF principalmente, para a gente tentar primeiro estabelecer qual que é o melhor

caminho, se é um acordo internacional guarda-chuva que possibilite as cidades-gêmeas terem uma autonomia para cooperar em determinadas áreas ou se é necessário mudança na legislação. Tem outros atores importantes nessa área que tem interesse como, por exemplo, o (inint) representando o Mercosul que é o ex-deputado doutor Rosinha, que está muito interessado nesse tema, também. Então, é algo que a gente espera, nesse ano, ter um avanço pelo menos na identificação de qual caminho que a gente vai seguir para dar essa segurança maior para os municípios.

P: Então é um caminho apontado na necessidade de instrumentos legais para cooperação internacional nesse âmbito...

R: Com certeza. Até no meu ponto de vista, de estabelecer uma diferença entre cooperação técnica e a cooperação que a gente chama territorial, que é, para nós, aqui no ministério de integração a diferença é muito nítida, mas em termos... e aí, a gente olha para a legislação, a legislação não faz qualquer diferenciação.

P: Qual que é essa diferenciação?

R: É porque eu acho que nessa cooperação territorial o que... o eixo que comanda, o fio condutor é o território que é, não vou dizer compartilhado, não seria a palavra, mas que é contíguo. Você tem ali uma situação de transbordo dos problemas, e que ocorre dentro do país em uma Região Metropolitana, por exemplo, e na fronteira é um caso internacional. Agora, os instrumentos que a gente tem, são os mesmos instrumentos que têm para fazer cooperação São Paulo-Paris, que são já muito precários também, São Paulo fazer cooperação com Paris vai fazer cooperação informal, não tem também esse amparo legal, imagina uma cidade-gêmea que você tem ali que transbordam os problemas de um lado para o outro da fronteira, uma política pública que você decide aqui no Brasil que implementa lá e têm consequências no outro lado e idem. ((enfaticamente)) Para mim, olhar cooperação territorial diferenciar essa cooperação territorial da cooperação internacional é fundamental porque o problema é diferente, a questão é diferente.

P: Vocês têm documentos, estudos, esse argumento produzido em material da CDIF ou do MI sobre isso?

R: Não, a gente não tem um material a não ser PowerPoint de um seminário, alguma coisa assim, mas a gente não tem nenhum documento formal... aliás é outra coisa

que a gente pretende, avançar dentro dessa coisa, da proposta de legislação, a gente quer contratar um estudo para verificar legislações internacionais, outros países como é que eles tratam o tema, porque a grande referência que a gente tem e esse termo 'cooperação territorial' a gente tira inspirado no que ocorre na União Europeia, que eles já têm isso estabelecido. Quando você verifica a experiência deles, de fato você constata que a diferença é muito grande. Por exemplo, uma ação que é muito comum lá em vários territórios europeus de fronteira, você tem lá ações de promoção do turismo conjuntas, uma cartilha... Norte de Portugal e a Galícia produzem uma cartilha em comum e distribuem nos aeroportos de ambos os países a mesma cartilha. Por quê? Porque é a constatação de que aquilo ali é a mesma região, o cara no turismo vai visitar uma cidade de um país, de outro, vai circular toda aquela região ali no roteiro turístico. A gente vê que na prática existe essa diferenciação e já tem gente que dá esse tratamento diferenciado. E isso é importante, por quê? Porque na hora de você buscar as soluções, se você buscar soluções nos instrumentos inadequados, a solução vai ser aquém do que você necessita. E quando a gente está falando de cooperação para as cidades-gêmeas, é uma cooperação assim que tem importância de ganho de escala para você prover determinadas políticas públicas, então você fazer uma política de saneamento, de tratamento de resíduos sólidos. Um debate também que eu acho que tem que crescer muito, mas de compartilhar algumas infraestruturas como, por exemplo, aeroporto, tem uma reivindicação antiga de ter aeroporto em Santana do Livramento, e Rivera tem um aeroporto que dizem que é um ótimo aeroporto. Poxa, cidade-gêmeas, por que não Santana do Livramento utilizar o aeroporto de Rivera como se fosse um aeroporto binacional? Por que não avançar nesse sentido? São questões muito específicas, muito típicas da fronteira, que você não vai ter em outros lugares. E eu acho que são questões urbanas, também... o espaço urbano das cidades-gêmeas, é o mesmo espaço urbano.

P: Esse debate vocês conseguem ter em paralelo ou junto com o Itamaraty, com a ABC? É algo que vocês têm feito aqui no MI?

R: É algo que a gente tem feito não só no MI, a gente tem discutido isso muito com a frente nacional de prefeitos, com a SAF, com o próprio Ministério da Justiça, com o gabinete de segurança institucional. Com o Itamaraty é um diálogo muito incipiente e com quem a gente já tentou evoluir um pouco nessa linha lá no Itamaraty, não... não manifestaram muito opinião, e eu acho até pela organização administrativa do

Itamaraty o cara não se sente à vontade institucionalmente para arriscar uma... opinião sobre isso. Então, é uma coisa que tem que acontecer muito em alto nível. Eu acho que algumas coisas que a gente vê lá no Itamaraty, no *modus operandi*, realmente essa discussão tem que partir, tem que chegar no alto escalão do Itamaraty e só vai chegar lá quando ela estiver mais madura do lado de cá. Enquanto a gente tentar discutir por baixo, no nível técnico com eles, eu não sei quanto a gente vai avançar. E só para você ter uma ideia, a gente está participando de uma convocatória do BID de 'bens públicos regionais', é o título do negócio lá do BID. Eu tive uma conversa com a ABC sobre isso, e a ABC: "ah, a gente tem que... a gente pode apoiar, mas temos que ver uma série de coisas e tal, e eu vou"... e o representante da ABC falou para mim: "eu vou verificar esse termo, 'bens públicos regionais', porque eu sei que as áreas políticas do Itamaraty são contrárias aos... ao termo 'bens públicos globais', porque envolve a Amazônia, a Amazônia é nossa, isso cria uma coisa e tal, vamos fazer uma consulta". Fizeram uma consulta e falou: "é, nós também temos restrições ao termo 'bens públicos regionais', então a gente só pode apoiar algo que não faça referência a esse termo"... é uma discussão às vezes difícil com o Itamaraty. E o que é difícil, que eu acho que entra no seu trabalho aí, menos para parte de segurança, mas para essas outras partes de desenvolvimento, de integração, é que esse tema da fronteira, ele é marginal na maioria dos órgãos. Eu não sei dizer, no Ministério da Justiça eu acho que não, que já não é um tema marginal, mas no Itamaraty o pessoal está preocupado com os grandes acordos internacionais, na área de mudança do clima, na área comercial etc., e o tema fronteiro é colateral, é uma coisa que eles não estão nem estruturados para poder tratar esse tema com a prioridade que ele requereria. E a visão que a gente tem, eu já externei isso para o Alex, e que deve ser avaliado pelo Ministério da Justiça – um estudo sobre isso seria interessante –, a gente vai em seminário e muito se fala da política de segurança, se ela não tiver uma política de desenvolvimento atrelada a ela vai ser aquela história de enxugar gelo, os caras vão lá, fazem uma apreensão, daqui a pouco... o crime organizado continua e é uma apreensão atrás de apreensão. E acaba que vira uma coisa igual empresas que já trabalham com as perdas, já têm as perdas esperadas, e os caras já têm as apreensões esperadas e a coisa continua. Enquanto não tiver alternativa para tirar aquelas pessoas que estão envolvidas nos ilícitos para atividades lícitas, vai ser muito difícil isso. E na nossa visão é só com desenvolvimento mesmo, com alternativa de emprego e renda. Então, seria muito importante conectar essas

políticas, que elas fossem, tivessem um nível de prioridade pelo menos aproximado um do outro. E é algo que eu acho que a gente ainda está engatinhando, que ainda não tem essa articulação de uma coisa para a outra no mesmo patamar, no mesmo nível. Outra coisa que seria interessante é ver o quanto é gasto, de fato, com segurança e o quanto é gasto com outras políticas de desenvolvimento na fronteira, para poder ver se minimamente, em termos de recursos, tem alguma – vamos dizer – , alguma sintonia, de uma política para outra.

P: Vocês como... do MI, como coordenadores da CDIF, qual que foi a evolução entre a articulação institucional do Governo Federal com os demais órgãos? Que tipo de dificuldade que vocês encontraram, como tem fluído hoje?

R: Eu acho que a maior dificuldade mesmo é em relação ao posicionamento do tema da fronteira na agenda de prioridades do Governo Federal. Porque são muitas prioridades, muitas questões e acaba que eu acho que se você pegar a CDIF, por exemplo, a maioria dos representantes da CDIF são de um nível intermediário do ministério, não tem poder de decisão, muitos são representantes de assessoria internacional, ou seja, não é a área finalística que implementa política pública na ponta. Então, foi um avanço porque se criou a rede, você tem os pontos focais e estabeleceu alguns canais, mas foi um avanço tímido, porque de fato, ele não redundou, ainda, em políticas efetivas na ponta. Então, a gente está com avanços lentos ((enfaticou)) que algumas áreas vão avançando mais que outras. Com o Ministério da Educação, por exemplo, a gente teve um avanço substancial, porque eles estão se organizando para os institutos federais terem um plano, de oferecem cursos binacionais, e ações até de extensão voltadas para as necessidades daquele território. Mas, o Ministério da Saúde, por exemplo, que por outro lado, é muito importante, a gente não tem essa articulação, a gente não consegue... não conseguiu estabelecer uma política específica para fronteira. E a CDIF tem uma outra questão, também. A gente é um coordenador operacional, a gente não tem nenhum poder decisório também, a gente sugere, a gente leva as demandas dos territórios de fronteira para os ministérios, mas os ministérios, soberanamente decidem a sua vida. Um outro... uma outra tentativa que a gente fez o ano passado e continuamos com ela por outras... outros canais, é em relação aos acordos binacionais relacionados a fronteira, a gente sabe que têm acordos que são assinados, que às vezes o Congresso Nacional até já aprovou e eles voltam para os ministérios, dá um aval final,

não sei exatamente como é a tramitação, são uma série de acordos que estão parados, e alguns há anos ((ênfatisou)) Um acordo importantíssimo Brasil-Argentina, por exemplo, a gente sabe que está no Ministério da Saúde, e isso está lá há um ano e meio? Dois anos? Não sei. E o que é que a gente faz enquanto CDIF? Cobra do Ministério da Saúde, do representante na CDIF. E esse representante vai lá internamente e nos dá alguns *feedbacks*: “olha, foi para área jurídica”, “já não está mais na área jurídica, mas eu não sei o que aconteceu porque mudou a pessoa na secretaria executiva”... a gente fica monitorando, mas não tem aquela efetividade de fazer o negócio andar. Talvez se a CDIF tivesse um comando da Casa Civil ou alguma coisa desse tipo, que eu acho também que tem que se refletir, debater, talvez tivesse mais efetividade em algumas coisas que a gente tenta fazer.

P: Você tem alguma memória do trabalho com relação à fronteira, região de fronteira com a Bolívia?

R: Eu acho que a gente não tem nada específico com a Bolívia. Onde talvez tenha mais informações, eu vou até tentar participar desse negócio, não sei se você conhece o mestrado de estudos fronterços que tem em Corumbá. Como lá é fronteira com Bolívia, acho que eles devem ter mais, além de viver essa fronteira, têm mais estudos... sobre uma série de situações com a fronteira com a Bolívia. E eles vão promover em maio um encontro. Eu vou ter que participar desse encontro. Agora, o que eu já notei viajando é que fronteira com a Bolívia é grande. Relativamente grande.

P: E diversa. Muito diversa.

R: Pois é, eu acho que a relação das cidades-gêmeas Brasil-Bolívia, são diferentes, dá para notar isso na comunidade local mesmo, o nível de integração e – vamos dizer assim – a visão que um tem do outro são diferentes em pontos diferentes da fronteira. Eu senti lá em Corumbá uma vontade maior, uma disponibilidade, um interesse maior em cooperar, em dialogar do que eu senti em Brasileia, por exemplo, lá no Acre. E assim, para mim a diferença foi nítida e eu não sei explicar muito o porquê, mas dá para sentir essa diferença também no território nacional.

P: É. Eles têm três cidades-gêmeas e uma imensa fronteira fluvial... são muitas questões, e a nossa maior fronteira com país único e eles também.

R: Agora, o que eu ouvi também em uma reunião a semana passada, sobre essa questão dos institutos federais, a dificuldade que esses que tem fronteira com a Bolívia

estão... porque, na hora que você vai fazer esses acordos internacionais geralmente você tem que ter muita... o pessoal se preocupa muito com a reciprocidade, você tem a instituição homóloga do outro lado, o que um dá do lado de lá o outro tem que dar do lado de cá e coisa similar. E quando você vai para a fronteira Uruguai Argentina...

P: Eles são mais estruturados.

R: ... estruturados e preparados para isso. Quando você vai na fronteira com a Bolívia... e isso é outra questão que a gente tem que refletir aqui também. Porque não tem como a gente tratar a fronteira de forma igual, cada lugar é um país com outro nível de institucionalidade. O Mato Grosso do Sul eu acho que seria muito legal você ir nesse encontro mesmo e conversar com algumas pessoas, porque dizem lá que eles têm a fronteira com o Paraguai e com a Bolívia, eles falam que é uma realidade totalmente diferente. Então como que o país vizinho condiciona o território do lado de cá? E as questões de cooperações do lado de cá. E uma coisa sobre Bolívia que me chamou muito atenção, que eu ouvi preparando para o comitê de fronteira, que teve uma época lá em Cáceres, eu ouvi um delegado da Polícia Federal falando quanto era proveitoso o resultado que tinha a doação de equipamento e o que eles conseguiam passar para os bolivianos, em termos de segurança pública do lado de cá. Eles falaram que era muito nítido o quanto melhorava para a Polícia Federal do lado de cá as ações que a própria Polícia Federal fazia do lado de lá.

P: Então os parâmetros de reciprocidade de fato tem que ser repensados?

R: Totalmente, eu acho que principalmente na área de segurança. Eu já pensei, porque (...) participei da reunião preparatória para esse comitê de fronteira e um delegado lá na reunião virou e falou, assim: "(...) cada 100 mil reais ((ênfatisou)) que a gente gasta lá na Bolívia, a gente economiza um milhão ((ênfatisou)) do lado de cá", e ele falou isso na reunião e eu fiquei com esse negócio... como economista eu pensei: "então você passa tudo para o lado de lá ((risos)) porque se cada 100 mil lá equivale a um milhão aqui você tem que passar é muito dinheiro do lado de lá, porque você vai melhorar muito a política do lado de cá, porque pensando a lógica". Depois o comitê de fronteira (...) eu conversei com ele no cafezinho e eu falei: "mas me explica, esse dado", e ele falou: "não, não é um dado, é um sentimento." Mas mesmo enquanto sentimento eu acho que isso traz para nós a reflexão, de a gente precisa estruturar uma forma de ter esses gastos do lado de lá, porque se esses gastos... porque a chave para reduzir a criminalidade, o ilícito transnacional, contrabando, etc., etc., está

em ações do lado de lá, então a gente tem que agir do lado de lá, melhor do que ficar enxugando gelo do lado de cá. Eu cheguei a pensar até políticas sociais, quanto seria bom ter um Bolsa Família do lado de lá, na fronteira do lado de lá. É claro que essas coisas têm milhões de consequências. Como é que eu estabeleço um negócio, vou dar um dinheiro por lá e vai atrair população para fronteira, tem uma série de questões que tem que ser estudadas. Mas, eu acho que é isso, tem que ser estudada, tem que ser enfrentado, porque o importante é o resultado, é a efetividade, o resultado final da política. Se eu vou estar mais seguro no Brasil investindo na Bolívia, eu tenho que investir na Bolívia.

P: Senão a população fronteiriça segue pagando o preço do limbo institucional...

R: Exatamente. Nesse encontro, lá deve estar, com certeza, o professor Tito que estuda muito fronteira Brasil-Bolívia, e ele tem uma visão que você vai achar muito interessante também, de que as comunidades fronteiriças não percebem, não tem essa coisa que o crime passa por lá, mas não fica lá, a população ali em Corumbá se sente relativamente segura, não tem essa... esse estigma que a gente tem por aqui, mas que realmente as coisas passam por lá de alguma forma e acaba colocando esse carimbo negativo no território e que às vezes, não... eles sofrem com essas operações da Polícia Federal, as abordagens policiais, tem aquele cidadão que cruza a fronteira todo dia e sofre essa 'blitz' em cima dele, tem uma série de questões interessantes. Mas, de novo, a gente volta para a legislação, quando a gente fala de gastar dinheiro na Bolívia e tudo mais, a gente volta para a nossa legislação que impede isso, você não consegue fazer política pública do outro lado, nem que o cara queira, nem que você queira, o cara queira e que seja bom para os dois, você não consegue, você não tem uma legislação favorável a isso. E um exemplo que eu tive agora do prefeito de Dionísio Cerqueira, cidade-gêmea, ele falou que conseguiu com o PAC adquirir umas máquinas lá, trator não sei mais o que para Dionísio Cerqueira, e tem Bernardo Yrigoyen que atravessou ali uma rua, tem um parque atravessou, está ali na Argentina, ele falou que a máquina, as máquinas dele às vezes ficam 10-15 dias paradas e que o prefeito argentino adoraria pegar essas máquinas emprestadas para fazer algumas obras, e ele como prefeito de Dionísio Cerqueira adoraria emprestar, mas não pode, não tem um marco legal que possibilita isso. A gente está em um momento que eu acho da fronteira até de inflexão de pensar. Antes, aquela perspectiva de segurança, de defesa, de desconfiança e a gente está mudando o

paradigma agora, a partir desses acordos, MERCOSUL, integração Sul-Americana, a gente está partindo para um outro paradigma, mas o nosso... a nossa roupa é a roupa velha, é a roupa do paradigma anterior, e a gente tem que se adequar.

P: É um trabalho da contradição. Até vencê-la, quem sabe.

R: Exatamente, eu acho que tem que vencer, não tem outro caminho. E para isso essa relação com a ponta é muito importante, porque os caras estão vivenciando isso na prática todos os dias, e a gente está aqui é outra debilidade do Governo Federal, a gente está muito longe e pouca gente conhece de fato o que está acontecendo na ponta. E para sensibilizar na agenda governamental, no alto escalão, o alto escalão não conhece, não tem muita noção do que é que é isso. Quando a gente vai falar desses ministérios, não só o Itamaraty, vários não conhecem exatamente qual é a realidade, o que é uma cidade-gêmea? Pouca gente formuladora de política pública conhece isso. É uma das... dos esforços que a gente faz aqui no MI, é tentar levar algumas reuniões para a ponta, para o pessoal ir lá, conhecer, ver a situação, nem todos os lugares são como Foz do Iguaçu que você tem as pontes, tem atuando na ponte, não, tem lugar que atravessa a rua, você tem que conhecer, identificar essa agenda. E outro aspecto que a gente acha que é importante é o seguinte, integração dos cidadãos, se dá muito ((enfaticou)) mais pela fronteira, então vai falar integração regional, MERCOSUL etc., acaba sendo muito comercial, mas a integração de fato ((enfaticou)) dos cidadãos Sul-Americanos, está acontecendo é na fronteira.

P: Com ou sem instrumentos, ela acontece?

R: Com ou sem instrumentos.

((fim da transcrição))

APÊNDICE J
ENTREVISTA COM GERENTE DE PROJETOS DA COORDENAÇÃO-GERAL DE
AMÉRICA DO SUL, CENTRAL E CARIBE DA ABC

PARTICIPANTES

P: Pergunta (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Wolney Matos de Andrade)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

26 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

P: Boa tarde. Eu gostaria que o senhor falasse o seu nome, o seu cargo e a divisão, explicasse um pouco qual é o trabalho de forma geral.

R: OK. Eu me chamo Wolney Matos de Andrade, eu sou gerente de projetos na gerência de América do Sul, Central e Caribe. E além da coordenação eu me ocupo um pouco da cooperação com alguns países, entre eles a Bolívia. E vamos lá, estou disposto para responder às suas perguntas.

P: Em termos gerais, quais são os principais temas que o Brasil tem em cooperação com a Bolívia?

R: Pois bem, antes de mais nada, esclarecer que aqui na gerência de América do Sul, Central e Caribe nós tratamos os temas bilaterais, ou seja, especificamente Brasil-Bolívia. No âmbito bilateral nós temos... são projetos basicamente na área de agricultura com exceção de um projeto na área de saúde. Esses projetos na área de agricultura, eles são em número de quatro, um deles com a EMBRAPA para fortalecimento de recursos genéticos mais especificamente do sistema de acompanhamento de recursos genéticos e outros três projetos na área de abastecimento em parceria com a CONAB. O projeto na área de saúde é um projeto na área de bancos de leite humano em parceria com a FIOCRUZ.

P: São projetos que tem uma continuidade, uma periodicidade, eles são longos?

R: Os projetos de corporação técnica, eles são sempre com objetivo específico, portanto eles têm um começo, um meio e um fim, eles têm um propósito específico,

então eles não são contínuos. Esses projetos são na sua maioria datados de por volta de 2011 se não me engano e muitos deles já estão em estágio bastante avançado e podem até virem a ser concluídos, talvez nesse ano, no ano que vem, e sendo concluídos esses projetos a gente faz um levantamento de novas demandas para poder manter a pauta como um todo em movimento. Aliás, só fazer um parêntese, é importante ressaltar, não sei se você já teve alguma oportunidade de conhecer um pouco os princípios da nossa cooperação, mas um dos princípios fundamentais é a orientação por demanda. Então, todos esses projetos que eu citei, todos os projetos que nós trabalhamos aqui na ABC, eles são feitos a partir de demandas dos países. Então, esses projetos na área de agricultura, de abastecimento, forma demandas específicas que a Bolívia apresentou e que nós então buscamos parceiros brasileiros de excelência na área e que aceitassem cooperar com o país.

P: Ou seja, a ABC não aborda o país parceiro para oferecer projetos.

R: Exatamente, exatamente. Nós não temos uma carteira de projetos específica em que a gente ofereça para os países, para eles, não.

P: Ou por editais, também não funciona assim?

R: Não, também não. É orientado por demanda, cada país tem as suas demandas prioritárias estratégicas que lhe interessam pela sua própria realidade e nós procuramos atender de acordo com o que eles apresentam como prioritário.

P: Certo. E com a Bolívia no geral, ou se for possível uma memória de dez anos atrás, é sempre esse tipo de projeto e essa quantidade, tem alguma frequência que chame atenção?

R: Não, isso varia, isso varia bastante, inclusive com, como eu disse, as prioridades de cada governo. Então, hoje nós temos esse foco na agricultura, ele perdura, talvez há uns cinco anos, mas antes disso houve projetos importantes em outras áreas como na área de trabalho e emprego, que naquele contexto, naquela época eram de maior importância para o país. Nós já tivemos, por exemplo, projetos na área de prevenção à AIDS na Bolívia que também foi importante na época.

P: E há algum tipo de problema que apareça por parte deles, que aponte para algum tema político ou indefinição de como lidar com o tema internamente na Bolívia ou...

R: É, a cooperação entre países em desenvolvimento, ela naturalmente tem, por serem países em desenvolvimento, ela tem certos desafios que são inerentes a dificuldades institucionais, que o Brasil também tem, sendo bastante honesto, são realidades dos países em desenvolvimento e o Brasil não é exceção. Isso existe, sim, na cooperação com a Bolívia, então às vezes nós temos dificuldades para conseguir resposta das instituições porque eles têm uma certa rotatividade nos quadros de funcionários que gera uma certa perda de memória, então essa dificuldade de manter um bom ritmo de execução existe por conta disso. Do ponto de vista político, bom, é claro que o ideal seria consultar a área política do Itamaraty, que vai ter informações mais detalhadas. Sim, é verdade que fatos políticos podem contribuir positivamente ou negativamente na implementação do programa de cooperação técnica, isso é válido para Bolívia como é válido para qualquer outro país. No caso específico da Bolívia nós temos tido sim, recentemente um pouco mais de dificuldade, o programa continua em execução ele não foi paralisado, mas o ritmo de implementação ficou bastante lento depois que nós tivemos aquele problema com a fuga do senador Roger Pinto, quando ele veio para o Brasil e nós tivemos toda aquela confusão. Hoje nós não temos um embaixador designado na embaixada do Brasil em La Paz, o que dificulta um pouco o diálogo com a instituição da cooperação. Existem esses obstáculos, esses desafios.

P: Certo. Eu lembro que a gente conversou um pouco por telefone, em tema de defesa com a Bolívia. E a gente tem algumas coisas com a África.

R: É. No fim das contas, o tema de defesa ele é tratado de certa forma não especificamente, não bilateralmente propriamente. Quer dizer, nós temos uma parceria com o Ministério da Defesa em que o Ministério da Defesa oferece cursos, oferece vagas nos cursos que são realizados aqui no Brasil e essas vagas são disponibilizadas para diversos países e a seleção de quais países, quais vagas para quais cursos, isso é uma definição que nós recebemos do Ministério da Defesa, é uma orientação deles. E a cada ano nós recebemos essa oferta de curso, essas ofertas de vagas, alguns às vezes para Bolívia dependendo dos temas de interesse do Exército da Bolívia.

P: Sobre cooperação na fronteira em territórios de fronteira a ABC já chegou a atuar em algum tema?

R: Especificamente na fronteira com a Bolívia, no momento nós não temos, não foi apresentada nenhuma demanda, portanto nós não trabalhamos com nenhum projeto nessa área. Mas não que houvesse algum problema, se a Bolívia apresentasse, se tivesse interesse em trabalhar na região de fronteira nós trabalharíamos sim e com outros países nós temos projetos em região de fronteira.

P: Como que se dá essa cooperação? Ela tem alguma especificidade transfronteiriça?

R: A forma como se negocia um projeto, seja na região de fronteira ou não, ele pode ser entre entes federais, ou seja, em nível federal ou ele pode ser em níveis de entes subestatais também, é o que nós chamamos de cooperação descentralizada. Isso acontece, por exemplo, com Argentina, com outros países que tenham um interesse maior nessa cooperação em nível subestatal. Com a Bolívia, nós não temos, especificamente, nenhum caso. Projetos em região transfronteiriça costumam envolver sim as instituições locais, mas não necessariamente como cooperação descentralizada propriamente dita, pode ser feita também em nível federal com um apoio, por exemplo, de universidades locais ou de outras...

P: E essas que você mencionou de Argentina e Uruguai, que tipo de projeto que é? Em região de fronteira.

R: Eu não saberia te dizer, a cooperação descentralizada propriamente dita é uma outra área que não é o ABC que acompanha.

P: Há um marco normativo específico para o estabelecimento da cooperação em região de fronteira?

R: Específico para esse tema de fronteira não, infelizmente nós não temos nada. Quem talvez fosse interessante você conversar no futuro, não sei se você já teve a oportunidade de conversar com eles, o projeto Rondon. O Projeto Rondon, coordena o trabalho de universidades e ele trabalha muito na região de fronteira. Nós tivemos no passado um ou outro projeto com eles nessa região de fronteira, mas isso já há alguns anos atrás, eles talvez tenham mais informações.

P: E a ABC, nesse caso coopera com o próprio Projeto Rondon ou com um outro país?

R: Não, no caso, na época em que nós tínhamos, era o mesmo modelo que nós fazemos com todos os outros projetos, nós temos parceria com o país. Acho que para ficar mais claro talvez seria interessante eu explicar um pouquinho como que acontece

essa negociação de um projeto, a execução de um projeto em termos mais gerais. Como disse, nós trabalhamos com uma orientação por demanda, como que essa demanda chega a nós? Normalmente pelos canais diplomáticos, as nossas embaixadas nos países recebem as demandas da Chancelaria ou às vezes diretamente de algum órgão do país, nos transmitem, às vezes acontece de vir por meio da embaixada do país aqui no Brasil também, mas de toda forma, uma vez que nós recebemos a demanda, seja da nossa embaixada ou da embaixada do país, nós fazemos uma prospecção de instituições brasileiras que atuam naquela área que poderiam nos ajudar na elaboração, na negociação de um projeto e futuramente na sua implementação. Identificado a instituição, nós fazemos uma missão de prospecção ao país que pode acompanhar de uma missão conjunta ou alguma reunião bilateral de maior nível. E a partir dessa oportunidade de ver a realidade do país, de conhecer e conversar com os técnicos especialistas daquele país, nós temos, nós ABC e a instituição brasileira, temos subsídios para elaborar uma proposta de projeto. Toda essa negociação, toda essa elaboração do projeto, isso é tudo sempre feito de forma horizontal. Nós sempre estamos conversando com o país, há uma instituição no país que é a contraparte da ABC, é uma instituição coordenadora que também acompanha e monitora toda essa negociação pelo lado do país, e uma vez chegado a um consenso desse projeto, ou seja, tanto nós de acordo com o que nós podemos oferecer, tanto eles de acordo com que eles pretendem e com o que eles demandam, esse projeto é assinado. Além do projeto normalmente existe algum ato internacional que dá base para sua execução também. Tendo toda essa documentação nós podemos pensar em implementação do projeto. Essa implementação é feita pela instituição executora com acompanhamento da ABC e da mesma forma pelo lado do outro país a instituição que executa o projeto no país é acompanhada da instituição coordenadora do país, também. Ao longo da execução nós fazemos monitoramento, nós fazemos avaliação do projeto no final.

(...) ((interrupção)) (...)

R: Dessa forma o projeto, ele sempre tem uma instituição que coordena e uma instituição que executa de cada lado de cada país. O projeto como foi no passado com o Projeto Rondon e como é hoje em dia com a EMBRAPA ou com a CONAB, todos os projetos seguem esse modelo, essas diferenças são as parceiras na execução do projeto, a ABC pelo lado brasileiro coordenando. No caso da Bolívia a coordenação

normalmente ela é feita pelo vice ministério de investimento público e financiamento externo, a instituição executora dependia de cada projeto. É sempre um concerto entre essas quatro instituições.

P: No projeto Rondon você tem memória de que há ou já houve cooperação da Bolívia a partir do projeto Rondon?

R: Sim, no passado houve, sim.

(...)

P: Que tipo de problema ocorre na relação de cooperação técnica? Eles podem chegar a tomar proporções políticas ou diplomáticas?

R: Em nível técnico, tanto do nosso lado quanto do lado do outro país, caso haja alguma falha ou caso haja alguma necessidade de melhoramento, de alguma coisa, isso pode acontecer. Nunca aconteceu de um problema em nível técnico se transformar num problema em nível diplomático, não. Até porque problema em nível técnico, ele, normalmente, ele é mais fácil de ser resolvido é uma questão de negociar com as instituições a melhor forma de corrigir aquilo, a melhor forma de implementar aquilo que de alguma forma ficou faltando. Nós temos, por exemplo, com a Bolívia, esse projeto com o banco de leite, nós tivemos uma certa dificuldade, estamos tendo até agora uma certa dificuldade na implementação dele, mas que está, pelas conversas com as instituições com a FIOCRUZ, com o Ministério da Saúde da Bolívia, nós estamos conseguindo contornar aos poucos, conseguindo... que é ... sendo um pouquinho mais específico, faltou um pouco mais de infraestrutura para que se pudesse fazer o último treinamento do projeto. Nós, em negociação com a Bolívia, a Bolívia conseguiu, se não me engano, um apoio da UNESCO, para providenciar essa estrutura que estava faltando e a gente, conseguindo essa confirmação, vai poder fazer esse último treinamento. Essas dificuldades técnicas, elas existem e fazem parte, natural. Mas elas raramente, não me lembro de nenhum caso em que tenham se tornado um problema diplomático, nada disso. Normalmente são mais fáceis de serem resolvidos. A cooperação prestada pelo Brasil, normalmente, é mais uma agenda positiva mesmo, os resultados que a gente alcança são bons e geralmente é uma pauta que os países veem com bons olhos, então é muito raro, não me lembro de nenhum caso que isso se tornou um problema diplomático.

P: Há uma avaliação por parte da ABC sobre o que seria o melhor parceiro para a cooperação?

R: O que acontece é que sim, alguns projetos funcionam melhor com alguns parceiros do que com outros. Sempre que possível nós preferimos esses parceiros com quem nós trabalhamos melhor, com certeza. Pode acontecer, por exemplo, de um país apresentar uma demanda, nós já conhecendo a capacidade da instituição brasileira de implementar um projeto, saber se aquela é uma boa escolha ou não para implementar aquele projeto, aquela demanda específica daquele país. Não existe propriamente uma pesquisa... isso faz parte da experiência mesmo, com o tempo.

P: E qual é o tipo de contrapartida, geralmente, que os outros países colocam no projeto?

R: Normalmente o modelo de cooperação que nós seguimos é cooperação técnica, ou seja, capacitação, treinamento de funcionários, de especialistas, frequentemente, aliás quase 100 por cento das vezes é em nível governamental. E esses treinamentos basicamente envolvem idas e vindas de pessoal para o país ou para o Brasil. Boa parte dos nossos projetos se constituem em custeio de unções, despesas de viagem. Em muitos dos casos a ABC paga essas despesas, as passagens, as diárias, em alguns casos alguns países um pouco mais desenvolvidos isso é compartilhado, algumas viagens o Brasil paga outras o país paga. Nós sempre contamos com o país para esse apoio de infraestrutura, de logística. Muito raramente alguns projetos em que o país tenha uma deficiência de equipamentos, e esses equipamentos sejam fundamentais para cooperação e sejam necessários para que a cooperação tenha sustentabilidade, tenha resultados, nós podemos às vezes doar equipamentos, fazer compras de equipamentos e doar equipamentos para outro país. Basicamente, é assim que acontece.

P: Qual a diferença da quantidade de cooperação que a gente tem com a Bolívia e com outros países da América do Sul? Existe uma discrepância muito grande?

R: A Bolívia é um país prioritário. Aliás, de todos os países da América do Sul, principalmente dessas regiões fronteiriças são países prioritários. Dessa forma nós temos sim, com a Bolívia, uma maior disposição para estar atendendo às demandas, estar tendo uma carteira de projetos mais razoável. Claro que comparar com outros países envolve uma série de outros fatores, como a própria capacidade do país de

implementar projetos ou a própria natureza dos projetos. Alguns projetos são de maior escopo, de maior dimensão outros são projetos mais pontuais. É difícil comparar apenas dizendo a quantidade, a quantidade de projetos significa que o país é melhor ou pior atendido ou é mais ou menos importante, não.

P: Como se dá a definição de quais países são prioritários?

R: Essa definição na verdade, ela é da própria presidência, a própria presidência que é a quem compete realmente as relações exteriores, definem os países prioritários, os ministérios de relações exteriores, a chefia, o gabinete também endossa essas prioridades. Então, o que nós fazemos é apenas executar aquele planejamento estratégico que já existe na Chancelaria.

(...)

((fim da transcrição))

APÊNDICE K
ENTREVISTA COM CHEFE DE GABINETE DO EMCFA

PARTICIPANTES

P: Pergunta (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Roberto Severo Ramos)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

16 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

... então, é um fruto de um plano estratégico de fronteiras, sujeito a uma operação 'A', que ela, na verdade, ela... não é que ela complementa, são duas operações que ocorrem na faixa de fronteira, uma é conduzida pela própria Polícia Federal ao longo de todo o ano. E a Ágata, ela é, ela ocorre periodicamente em vamos dizer assim, num período que não é informado. Evidentemente que ele tem toda uma preocupação dos países terem conhecimento, mas ao mesmo tempo que dá conhecimento a gente sabe que às vezes a gente fica sensível que essa informação vaze. Mas, ela tem finalidade, ela não evitar, mas ela restringir os caminhos que é o tráfico de armamento, de drogas, de pessoas, de tudo que a gente possa imaginar. Quando essa operação é planejada pelo Ministério da Defesa, participam efetivamente outras que nós chamamos 'agência', como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal e também o IBAMA, Ministério da Saúde, que são órgãos que muitas vezes não tem condições de chegar a determinadas áreas por receio ou por falta até de meios. Então – vamos dizer –, atualmente mais 40 agências eu vejo aí, o nosso expertise, o nosso oficial, ele vai te dizer com precisão, vai enumerar as agências. E assim nós fazemos o planejamento, informamos os governadores dos Estados onde vai ser realizado, informamos via MRE os países cuja operação vai ser realizada, normalmente não é só frente a um país, a gente sempre pega, por exemplo, a primeira pegou a Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e lá na frente Venezuela, Colômbia, depois Suriname, de maneira que ela... convidamos observadores dos países para participarem. Então, existe – vamos dizer –, essa participação efetiva do Brasil e também dos países onde vai ser realizada aquela operação. Atualmente nós já

realizamos 8 operações, sendo que em 2015 nós tínhamos previsão de realizarmos 2 a 3 operações e vamos realizar possivelmente uma. Isso que eu estou te dizendo faz parte do estudo, mas é... e não informamos os períodos justamente para que a gente tenha um certo grau de surpresa. Agora, vamos lá para a Bolívia. A Bolívia, assim como o Paraguai, a nossa fronteira é fronteira em linha seca. O que é isso daí? Não existe um obstáculo entre um país ou outro que dificulte tanto a entrada como saída, então simplesmente muitas vezes é uma estrada no caso da Bolívia, tem o Paraguai um pedaço, isso facilita a travessia do descaminho para o lado brasileiro e dificulta o controle. Normalmente a Operação Ágata, ela tem todo planejamento, período até extenso, 4-5 meses, nós deslocamos todos os meios que nós temos de concentração estratégica se desloca pessoal e material para aquela região, ocupam posição-chave e aí, nós ficamos por volta de 2 a três semanas intensivamente na parte do (inint), a gente sufoca. E ao mesmo tempo nós levamos para essas áreas o que nós chamamos de ação cívico-social, então abrimos também a outros órgãos principalmente à saúde para que realizem as suas campanhas. Também participamos efetivamente, por exemplo, na fronteira com a Bolívia, com navios da Marinha, navios hospitalares, fazendo um apoio a aquelas comunidades ribeirinhas, tanto do lado brasileiro como também do outro lado. Nessa hora a gente não faz muita diferença, nós ficamos ali dando um apoio. Qual é... vamos dizer assim, vantagem da Operação Ágata? É sufocar o ilícito e permitir que outros órgãos realizem os seus trabalhos com segurança com apoio logístico. Resultado? Uma razoável apreensão de drogas, de armamentos, mas que depois aumenta, por quê? Quando você fecha a fronteira efetiva, expressiva em 25 mil homens, você praticamente inibe que um material passe para esse lado, só que eles têm compromisso, então o que acontece? Quando nós saímos, normalmente a outra operação, que eu te falei, tem prosseguimento e é quando as maiores apreensões ocorrem.

P: Que incluem as corporações policiais dos Estados e as outras forças?

R: Eles participam. Ela não fica restrita às Forças Armadas, mas quem faz o planejamento somos nós. A gente fala que operação Ágata, é conjunta forças armadas e é interagência porque nós estamos interagindo. Chama agência, mas agências são outros órgãos, nível federal, nível estadual e nível municipal. No Mato Grosso do Sul, inclusive tem um órgão da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul que atua na fronteira, isso aí, também... nós podemos depois dizer qual o nome

dos órgãos, os quais o código da Operação Ágata, eles passam a trabalhar conjuntamente conosco, mas nós não subordinamos, é diferente de 'garantia da lei e da ordem'. O 'garantia da lei da ordem' por arcabouço jurídico, eu assumo controle operacional.

P: Tinha... pelo o que eu li no site do Ministério da Defesa, eu tinha entendido que a operação Ágata estava no escopo da garantia da lei da ordem e não está?

R: Não.

P: Não está.

R: Não é para garantir a lei, não está dentro desse (escopo), está mais assim para... vamos dizer, manutenção das fronteiras. Para você imaginar, eu participei de todas as operações Ágata, eu não sou planejador. Como chefe de gabinete, eu sou mais administrativo do que o planejador operacional, mas a gente participa até porque é uma experiência muito boa, porque a gente vê realmente a importância da presença do Estado brasileiro nas faixas de fronteira, é aí que surgem uma série de coisas, coisas que...

P: Essa era uma pergunta até para o senhor num âmbito mais geral. O senhor iniciou falando das nossas tarefas em relação a crime cibernético. Nesse momento fronteira, território, perdeu espaço estratégico para o Estado com relação a essas outras ameaças, esses outros crimes?

R: Não.

P: Ou seguem sendo...

R: Na verdade, hoje nós estamos estruturando o setor cibernético, as forças armadas estão conduzindo, mas existem vários ministérios aí, que também estão conduzindo o processo. Na operação nós empregamos todos os meios de maneira que a gente possa também interferir nas comunicações, não é do outro país e sim das organizações criminosas, a gente consegue fazer escuta, levantar pontos, levantar todo o planejamento, orientações que eles possuem, porque eles também têm uma estrutura. A gente consegue empregando os meios o veículo aéreo não tripulado (VANT), consegue durante o dia ou noite, mapear a movimentação ao longo da fronteira, a gente consegue muitas vezes escuta...

P: Essa já é uma estrutura do SISFRON, em implantação?

R: Já, já nós já (inint). Porque assim, vamos falar, cibernética existe todo o sistema, o hardware com software e você consegue impedir que determinado elemento 'hacker' entre no seu sistema, esse é cibernético. O VANT é mais para a gente fazer uma observação do que está ocorrendo naquela área, naquela faixa de fronteira, tem toda uma preocupação. O comando tem que estar do lado nosso, porque existem acordos internacionais em vários espaços aéreos, é complicado você ficar num limite ali, no 'fio da navalha' mesmo. Os nossos diplomatas participam efetivamente, todos os embaixadores têm conhecimento, informam aos países, os nossos adidos militares também entram em campo. Então, existe... por isso que eu digo para você que o planejamento, ele é longo, porque a gente tem que estar... nós fazemos o planejamento, nós fazemos a informação oportuna e nós com transparência convidamos os países vizinhos a serem observadores. Inclusive já houve situação com a Colômbia que um outro... outros efetivos militares do outro lado também atuaram, mas eles não atuam conjuntamente, não existe esse atuar aqui e nós atuamos aqui.

P: Paralelamente?

R: É... paralelamente.

P: Eu ia fazer essa pergunta. Uma sobre qual é a previsão de estrutura da participação desses observadores, isso é uma cooperação internacional, isso é um convite, só por observação?

R: É... é um convite via... é o que eu falei para ti, os nosso adidos militares, que são militares que estão nas embaixadas. Então, nós temos em todas as embaixadas dos países vizinhos, nós temos adidos militares, das três forças, de maneira que eles são por assim dizer, eles orientam o embaixador e leva comunicação, e cabe ao embaixador comunicar o Governo boliviano, por exemplo, que vai ser realizada no período de tal a tal a Operação Ágata e nós convidamos observadores normalmente militares. Ah... aí, sim, eles são convidados, vêm para o Brasil e acompanhar todo o desenvolver da Operação Ágata. Evidentemente que algumas coisas a gente... na área de inteligência, na área cibernética, a gente evita entrar, aprofundar muito, mas tudo é feito com transparência.

P: E há algum tipo de reação negativa por parte deles?

R: Já houve. Normalmente... está lá o mamógrafo, ninguém sabia o que era isso, então essas pessoas passaram por exames, iam por satélite para o Rio de Janeiro, no hospital da Marinha eles faziam avaliação e em duas horas chegava o resultado. Quando o deslocamento interfere para Manaus dois dias, deslocamento fluvial, o pessoal marcava consulta para daqui seis meses, eu falava "olha, daqui seis meses a pessoa já estava morta e a demanda"... então, têm, têm essas... vamos dizer assim esses frutos positivos e uma operação que não é só militar, é uma operação do Estado brasileiro, a Operação Ágata, ela vai muito além de uma operação militar, porque na verdade, a gente não tem um inimigo, uma coisa é uma guerra que você sabe que é contra determinado país ou é contra hoje... determinado grupo onde você tem definido esse inimigo. Na Ágata a gente não tem... a gente não sabe quem nós iremos encontrar, é como se você coloca uma rede no rio que o que se enganchar ali é peixe. Mas, é isso, você tem mais algum...?

P: Não, acho que nos termos gerais, já... a gente cumpriu.

((fim da transcrição))

APÊNDICE L
ENTREVISTA COM SUPERVISOR DO SISFRON

PARTICIPANTES

P: Pergunta (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Ary Pelegrino Filho)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

76 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

R: Como falei, nós temos uma apresentação que eu vou fazer uso. E aí, eu vou aproveitar para pontuar aqui. Você tem uma visão de futuro do que será o nosso sistema. Baseado nos equipamentos eletrônicos, (optrônicos), satelitais, a própria tropa que vai se valer de todas essas informações para poder atuar de forma eficiente e eficaz na nossa faixa de fronteira. Então, é um sistema integrado. Por que integrado? Porque são vários subsistemas que vão captar imagens da região de fronteira, identificar e aí, com o sistema de apoio à gestão, vai dar condições de atuar, de mandar um atuador para... em última análise, tentar impedir ou dificultar a concretização de crimes transfronteiriços, crimes ambientais ou mesmo aí, vai o ato do Exército na defesa da Pátria. Então, tem esse aspecto, também. Um aspecto importante do nosso projeto do Exército é que isso tem que estar alinhado com a nossa missão, com vários documentos para (inint), a partir da Constituição, o Exército, ele tem a missão de defesa da Pátria, como primeira prioridade, e as garantias dos poderes constitucionais, (inint). E a Lei Complementar estabelece norma para o preparo e emprego da força. Então, o farol primeiro é a Constituição que nos dá essa legalidade da atuação.

Questão geográfica, principalmente com a Lei também Complementar. Então, nós temos uma faixa de fronteiras de mais de 16 mil quilômetros, e essa faixa é definida por lei, até 150 quilômetros da linha de fronteira, o interior é considerado faixa de fronteira. Então, há uma política especial de defesa e uma política de Estado especial para essa faixa de fronteira. Nós temos nessa faixa, para você ter uma ideia, da ordem de 560 municípios e em 11 Estados. Então, você veja aí, a dimensão, que você está

fazendo relações internacionais, você veja que nós temos que atuar na área desses 11 Estados que tem interesse nessa área. E esses 11 Estados fazem fronteira, o Brasil faz fronteira com 10 países. Então, nós temos aí, esses números internos, nossos. Mas, do outro lado da fronteira nós temos 10 países que você bem conhece.

Mais uma vez, a gente insiste nesse aspecto legal, porque o Exército, na Lei Complementar 117, ele tem poder de polícia para atuar contra delitos transfronteiriços e ambientais, na faixa de fronteira. Evidentemente, quando possível em coordenação com o Poder Executivo. Então, Polícia Federal, Receita Federal, então isso tudo está amparado na Lei. Então, o Projeto [SISFRON], na verdade, concretiza todos esses objetivos, a importância do alinhamento estratégico. A Constituição, a Lei Complementar que dá legalidade à atuação do Exército, com poder de polícia.

Aí, nós temos a Estratégia Nacional de Defesa, que é propositadamente chamada de 'nacional de defesa', porque foi elaborado, está baseado na política de defesa nacional. Não é um assunto exclusivo das Forças Armadas.

E isso, dentro da Estratégia Nacional de Defesa, a missão, as condicionantes da nossa atuação, quer dizer, respalda mais ainda o nosso Projeto. Vai respaldar nessa diretriz estratégica.

Três palavrinhas importantes para o nosso sistema, o nosso projeto, é o monitoramento, controle, mobilidade e presença.

O Exército Brasileiro e as Forças Armadas sempre estiveram presentes na faixa de fronteira. O que é que o sistema vai acrescentar? O sistema pretende dar capacidades ao Exército de atuar na faixa de fronteira da forma mais eficiente e eficaz. Então, o Exército atua na fronteira já há muito tempo, talvez desde a formação do Estado civil, então você faz vários fortes, várias fortalezas, criadas pelo colonizador português que fazia com que o Exército e as Forças Armadas estivessem protegendo a fronteira.

Mas, o SISFRON, ele vai dar mais capacidade ao Exército, de atuar com esses delitos transfronteiriços, contra crimes ambientais e contra invasores irregulares de nossa fronteira. Então, vai dar mais eficiência e eficácia e efetividade à atuação do Exército na fronteira. E aí, de novo, monitoramento, controle, mobilidade e presença.

Uma outra coisa da Diretriz, a mensagem sempre da atividade do Exército, da Marinha e da Força Aérea na fronteira. E isso o sistema faz. O SISFRON induz inclusive essa mudança. E o SISFRON, também... junto com outros projetos do Exército capacita a

base industriais da autodefesa. Como? Na medida em que coloco o mercado as indústrias, as empresas nacionais para desenvolver ou para vender produtos de alto valor agregado para nós. Então, são radares, são sensores óticos, são satélites, são aeronaves, sistemas de aeronaves remotamente tripulados, então são estímulos para capacitar a indústria de defesa, e isso está na Estratégia Nacional de Defesa.

Então, eu estou te mostrando, como introdução, que o projeto é estratégico porque está alinhado com todos os documentos do Estado e da Defesa.

Então, além disso, existe um plano estratégico de fronteira do Estado Brasileiro – num decreto de 2011 – que diz que nós temos que fortalecer a presença do Estado na fronteira, temos que fazer uma atuação integrada e temos que tentar projetos estruturais.

Então, o SISFRON vem dar corpo ou materializa o Plano Estratégico de Fronteira. Quer dizer, o SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento da Fronteira – do Exército está alinhado com o Plano Estratégico de Fronteira e é por isso que ele é projeto estratégico. Ele está alinhado com o Plano Estratégico e o Plano do Estado de Fronteira. Então, esse é um dos fundamentos aqui.

E aí, vem a justificativa. Por que o Exército? Ele é a instituição com maior capilaridade na fronteira, mais de 16 mil quilômetros e nós temos 87 organizações militares na fronteira, em torno de 87 organizações militares na fronteira.

E aqui nós temos algumas coisas. Aqui você tem o nosso programa, aí, você tem o problema, tem a causa, e o SISFRON vai permitir se tomar ações para monitorar e fortalecer essas sinergias. Então, esse quadro aqui justifica o projeto SISFRON. Você tem violência e ausência do Estado, por causa da ausência do Estado da fronteira. Dentro da estratégia nacional, você precisa gerar emprego e renda e capacitar as indústrias nacionais e como princípio também o Estado tem que ser indutor de tudo isso.

Então, o SISFRON, não há dúvida que o SISFRON é um projeto estratégico que está alinhado com todos os planos estratégicos do Estado Brasileiro no que diz respeito às políticas de fronteira.

Então, essa introdução mostra esse alinhamento estratégico, e como está alinhado estrategicamente, está alinhado, está identificado no orçamento do Exército, no

orçamento do Estado. O nosso sistema, o nosso projeto, ele está totalmente no PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento.

E isso significa o que? Prioridade de recursos. Tenho recebido, ainda que com contingenciamento (inint), mas temos recebido. Então, é isso que a gente está mostrando.

Aí, a gente mostra os tipos de ilícitos transfronteiriços como ambientais. Então, você tem narcotráfico, contrabando, evasão fiscal, imigração ilegal, um problema que a Europa está tendo agora, o tráfico de pessoas lá no Mar Mediterrâneo, levado turma lá para a Itália – a terra dos meus antepassados, que eu sou descendente.

Mas, a imigração ilegal, ações de crime organizado, pistas de pouso ilegais.

Então, são delitos, ilícitos transfronteiriços e ambiental.

Caiu o desmatamento. Nós temos problema na Guiana Francesa, que eles desenvolvem a Operação (Armatam) que patrulha a fronteira do lado deles, para evitar o garimpo ilegal.

Com esse sistema, quando chegar lá na fronteira Norte, nós estaremos até contribuindo com os vizinhos – e aí, estão as relações internacionais – aí, entra a relação com os países vizinhos.

Isso é uma comparação para mostrar que os EUA tem problema lá de imigração ilegal com o México, só que a fronteira deles lá com o México, é um quinto da nossa. Só para você entender a dimensão do nosso desafio. Nós temos uma fronteira muito maior, e com realidades geográficas ou fisiográficas completamente diferentes.

Então, é esse o nosso desafio, que a qualidade de nosso gerente é o General Forin, eu sou supervisor do projeto, e trabalho com a nossa equipe de oficiais que são encarregados dos subprojetos.

Então, são assistentes de subprojeto, que como eu te falei, o sistema SISFRON, ele é um sistema, porque nós temos vários subsistemas dentro de um sistema SISFRON.

Então, mais aí, uma ideia para você do que é a faixa de fronteira, grande distância, a presença do Estado, ocorrência de ilícito e necessidade de monitoramento.

Então, aqui, nessa gravura, você imagina, que nós temos uma realidade fisiográfica totalmente diferente na fronteira norte, aqui a Amazônia Legal, aqui ainda uma outra

visão (inint) do Pantanal matogrossense, outra visão aqui da região pantaneira nossa, que de março a outubro fica alagada.

Nós temos aqui, já, mais do Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o comércio ilegal.

E já mais na região Sul, nós temos ali uma fronteira mais urbanizada, então eu creio que as soluções nem sempre serão as mesmas em toda a extensão da nossa fronteira. A gente tem essa questão toda.

E aqui, o que já ocorre, é o combatente. E nós cunhamos esse nome, os combatentes do SISFRON porque é o Exército do futuro. Aliás é o Exército do presente na região do outro. Já tem que seguir esse padrão, então é um soldado muito mais capacitado do ponto de vista tecnológico para atuar com eficiência e eficácia nesses problemas da fronteira. Então, você vê ali equipamentos óticos e eletrônicos, planilhas, ou tablets, binóculos, equipamentos de comunicação, tudo isso (inint).

Eu vou te mostrar só um vídeo institucional que foi preparado pelo (inint). Você consegue ver o Centro de Comunicações do Exército que diz um pouco do nosso projeto antes de a gente detalhar um pouco mais.

(...) ((vídeo))

R: E não tem condições de atuar, de mobilidade para atuar. Lanchas, helicópteros, patrulha terrestre, qual é... o que... qual o atuador melhor para resolver aquele problema. Entendeu? Então, o sistema. Em suma, ele funcionará dessa forma.

P: Então, esse piloto, ele fica no Mato Grosso do Sul na fronteira com o Paraguai?

R: Exatamente.

P: Tá.

R: Em uma faixa de 600 quilômetros. Esse piloto, você vê aqui, que nós... eu vou mostrar aqui, aqui eu vou chegar lá daqui a pouco. Bom, por que é que ele é integrado? Ele é integrado porque integra em si vários subsistemas, mas ele, em visão prospectiva, ele deverá se integrar a todos os sistemas de segurança e proteção do nível federal. Então, o SISFRON ele vai se integrar com o SIPAM, o Sistema de Proteção do Amazonas, com o sistema de defesa aeroespacial brasileiro que já existe, está implantado, com o sistema de gerenciamento da Amazônia Azul da Marinha do Brasil que vai fazer algo semelhante com a fronteira molhada que a gente diz, não é?

Com a fronteira terrestre, ao Exército, a fronteira marítima, quer dizer, a fronteira molhada, com o litoral, com a Marinha de Guerra que vai... que está desenvolvendo em... aliás nós começamos na frente, nós já estamos por concluir o projeto-piloto, se tudo permitir no ano que vem, no final do ano que vem, se o fluxo de recursos permanecer conforme o previsto. Mas, o SISFRON, que queria mostrar para você, que ele, em última análise, ele vai... ele se integrará ao programa estratégico de sistemas espaciais, porque imagens satelitais deverão estar disponíveis para entrar no sistema. E outra, ele tem uma característica de estimular a coordenação entre os órgãos de segurança pública também, porque esse sistema vai permitir atuar em íntima coordenação com a Polícia Federal, com o IBAMA, com a ABIN, com a Receita Federal, com a Cruz Vermelha se tivermos algum problema de defesa civil, com todos esses, Ministério da Fazenda, IBAMA, GSI, a Agência Brasileira de Inteligência. Então, esse, o SISFRON, se interligará, terá capacidade de se interligar aos demais sistemas existentes ou de fácil implantação. Então, essa é uma característica do nosso programa. Aí, você tem uma outra visão do alinhamento estratégico do SISFRON e da integração com os demais sistemas existentes. Então, aqui temos o que é o SIPAM, ele pega toda Amazônia Legal, o SINDACTA todo ((enfaticou)) território nacional, mas aí, no momento que entra na faixa de fronteira, ele se interliga ao SISFRON. O SISFRON, ele terá uma ligação em Brasília com o comando de operações terrestres, e todos os comandos militares da fronteira ((enfaticou)) e com, como eu te falei, a Amazônia Azul. Aqui olha, enquanto a Marinha está protegendo ou monitorando a fronteira molhada, nós estamos, 20 anos estamos na frente, na fronteira terrestre. A Marinha ainda não chegou na fase de implantação do piloto, está ainda em fase de contratos e licitações de contratos. Então, aqui nós temos aqui a concepção do sistema. O sistema se divide em três vertentes principais, você tem aqui o sensoriamento, no centro apoio à decisão e lá o apoio à atuação. O que é que é isso? Sensoriamento eu tenho que dotar o Exército de toda essa gama de equipamentos para permitir que os problemas ainda sejam... sejam imagiados ou fotografados ou detectados, esse é o sensoriamento. São os captores, olha ali o veículo aéreo não tripulado, o sistema aéreo... o sistema de aeronave remotamente pilotada, essa é a parte do sensoriamento e apoio à decisão, sensores, optônicos. Apoio à decisão, o que é que é isso, o apoio à decisão? É a parte de software, que vai permitir todas essas imagens, todas... de radar, e de equipamento óptico, ela ser integrada para permitir que quem decida possa dizer o que fazer, tem um problema,

identifique pode dizer, “não, isso aqui não é um problema” ou “isso aqui é um grande problema e nós vamos atuar enviando helicópteros e patrulha fluvial”, ou “não, tem uma tropa próxima, vou enviar uma patrulha terrestre para poder chegar até o local do problema e resolver”. E o apoio à atuação, que é a parte onde nós podemos comprarmos do... que a gente diz alfinete ao foguete, porque o apoio a atuação é o equipamento do soldado individual. Você tem que lembrar é a viatura para... uma boa viatura para que ele possa ter mobilidade, são embarcações novas para que ele possa se deslocar rapidamente nos... por meio das vias aquáticas, não é? Então, isso tudo são partes do nosso sistema, e tudo isso coordenado, não é? Então, você tem ali sensores, decisores e atuadores, é a concepção do nosso projeto. Então, o sensor, uma informação de uma patrulha área, de helicóptero, viu algum problema, ele é um sensor, ele identificou. Pode ser uma imagem de... de uma aeronave remotamente tripulada, pode ser uma imagem de uma câmera que está em um balão no (aerospito), pode ser até mesmo de uma aeronave de asa fixa ou de um radar geoestacionário que está interno ali com alguma patrulha que viu o problema, então sensores. Sistemas de informática que vão transformar tudo isso, vão integrar, fundir tudo isso para dar uma... uma cara nova para que o decisor, a autoridade, possa ver o que está acontecendo e dizer como que ele vai atuar. E o apoio à atuação são os atuadores, não é? Uma patrulha a pé, uma patrulha fluvial em embarcação, um helicóptero, e tipo de atuação esse...

P: E há um funcionamento contínuo?

R: E um funcionamento que se pretende contínuo porque na verdade, tudo isso vai acontecer 24 horas. Porque hoje, hoje como eu te disse, isso ocorre, tem patrulha tem tudo. Agora você imagina, 17 mil quilômetros de fronteira, floresta, então você... a gente não vê tudo e nem todo tempo. Então, as coisas podem acontecer, é uma fronteira porosa e você não têm condições de identificar tudo e nem de ver tudo. Tanto é que tem pistas clandestinas, plantação de maconha, tráfico de drogas, tráfico de armas, de toda ordem, porque isso não se consegue ver todo tempo. Com esses sensores isso vai ser 24 por 24 horas, e vai permitir a eficiência do sistema. Então, você tem aí, tecnologia da informação, simulação, logística. Aí, vem aqui uma logística e obra de infraestrutura, porque o nosso projeto, ele precisa do quê? Como é que eu vou comprar todos esses equipamentos? E onde eu vou guardá-los, onde eu vou instalá-los? Eu tenho que construir centros de comando e controle fixo, com toda essa

tecnologia da informação, isso tudo está sendo feito. Então, tem uma vertente, você vai ver aqui, que é de obra de engenharia também, por isso que a equipe trabalha todo tempo cada um, e eu... como supervisor, tenho que juntar e discutir com o general a melhor solução. Bom, isso aqui é um histórico do projeto, o início do projeto-piloto, ele foi em 2012, mas o projeto básico ele foi feito antes, quando se visualizou o projeto. É feito um projeto básico depois o executivo, depois a implantação e o piloto pretende disseminar em 2016 e já estamos avançando para a segunda fase. Segunda fase, quer dizer, nós vamos... nós temos que fechar toda fronteira terrestre. Esse prazo de dez anos, ele poderá e terá que ser maior, em razão de uma série de dificuldades encontradas e incluindo aí, o orçamento, não é? Esse aqui, para você ter uma ideia, aí, já entra a sua parte de Relações Internacionais também um pouco, é uma risca... porque uma... quando diz adensamento das unidades na fronteira, então você verifica que isso aqui é estrutura existente, ou melhor, a estrutura antiga nessa parte de fronteira, muitos destacamentos para tentar... para tentar ter... ter – vamos dizer assim – mais olhos na fronteira. Com o sensoriamento essa ocupação da fronteira, essa presença na fronteira ela fica mais racional, a gente consegue aumentar, até aumentar efetivo, mas é otimizar as instalações. Então, você vê que tem uma mudança aqui olha, tá vendo, olha? Ali você tem... porque o destacamento é formiguinha, não é? Isso quer dizer poucos homens. Aqui eu concentro, eu transformei destacamento em pelotão, isso quer dizer, ele tem instalações mais condignas, melhora o bem-estar da tropa e, principalmente, consegue otimizar a presença do Exército na fronteira. Então, isso tudo o SISFRON consegue fazer e está fazendo. Então, você vê aqui que nós estamos... nós estamos atualmente com... com comando militar do Oeste do Campo Grande, mas em Dourados a gente está com essa fronteira, aproximadamente aqui, a fronteira com o Paraguai aqui, e vamos subir mais para a Bolívia também, em outra fase do projeto, o projeto do SISFRON. Essa é uma ideia geral. Aqui você consegue ver a faixa de fronteira com o Paraguai. Essa parte de Dourados o projeto-piloto é com o Paraguai, na segunda fase que nós vamos com a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada e fica... que vai pegar Paraguai e Bolívia, e essa... e depois a 18ª... a outra brigada mais ao norte aqui que vai pegar... aí, vai a parte do seu trabalho de relação com a Bolívia. Então, esse projeto vai incluir, evidentemente, a fronteira com a Bolívia, na segunda fase. Nós estamos... nós deveremos começar a entrar esse ano com contratos e se o orçamento permitir o ano que vem nós estamos iniciando a segunda fase. Aqui você tem a segunda fase, Com a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira

((enfaticou)) a gente vai abarcar parte da fronteira com a Bolívia, e ela está na segunda fase, o nosso projeto-piloto está aqui, não é? A 4ª está aqui, com o Paraguai. Na segunda fase, os contratos já em 2015, pretendemos, nós vamos avançar para 18, para 13, para 17 e para o Sul 15, é bem ousado, é um passo grande aí, que nós vamos dar depois do piloto. Mas, isso tudo vai depender também dos recursos orçamentários que a gente vai receber. Então, esses já foram adquiridos no projeto-piloto, você vai perguntar por que é que são sensores, na prática, o que é que o exército já adquiriu? Isso tudo aqui já foi adquirido, radares, sensores óticos, eletromagnéticos, equipamentos de comunicações táticas, equipamentos por satélites, sistema de apoio à decisão – como eu te falei – são programas de computador que vai fundir e vai receber todos esses dados e transformar em algo palpável para que o decisor, a autoridade na fronteira, o general-comandante da brigada, junto com os órgãos mais outras agências, vão identificar o problema e vão tornar aí, visível para poder até desenvolver políticas que possam finalmente eliminar problemas. Este é o sensoriamento, não é? Como eu te falei, você tem aqui uma visão da concepção dos nossos projetos... se eu estiver indo muito no detalhe aí, você me avisa.

P: Tá.

R: Porque aqui nós aqui nós estamos aqui como se fosse a faixa de fronteira, não é? Nós temos até 150 quilômetros, mas aqui você vê que dos... lá na fronteira mesmo, a 20 quilômetros, nós temos lá um soldado bem equipado com esse sistema ótico, que vai... vai verificar o problema e esta ((enfaticou)) imagem que o soldado está vendo vai chegar, vai chegar ao comando da brigada e ao comando da divisão até chegar em Brasília no (QUATER/quartel) para que uma decisão possa ser tomada.

P: Isso em tempo real?

R: Isso em tempo real, exatamente, é isso que o sistema vai fazer. Então, se nós temos... o nosso projeto é dual, ele é defesa da Pátria, mas também defesa interna.

P: Que era o que se lançaria...

R: Então você imagina se... se o coronel do Exército brasileiro, a gente... defesa da Pátria é a nossa primeira prioridade, risco transfronteiriços e riscos ambientais são ações complementares, subsidiárias. Mas, você imagina se houver uma movimentação estranha na área de fronteira que possa... que possa ameaçar a segurança nacional, o comandante do Exército, ele vai saber aqui em tempo real. Nós não temos problema

com o nosso vizinho, não temos atritos com nenhum vizinho, mas se houver uma movimentação estranha que possa... que possa, por exemplo, ter que resultar com uma atuação, com um envio de tropa paraquedista para definir o bate, entre aspas, o comandante do exército está sabendo aqui, vai informar ao presidente da república e vai decidir ou não pelo envio de uma... de uma ação, que eu estou dizendo ali no último nível, na defesa da Pátria, crime transfronteiriço talvez fique até no nível da brigada que o comandante do Exército vai estar acompanhando, mas o comandante da brigada terá uma autonomia para resolver, agora, conforme o problema vai se agravando, Brasília tem essas imagens em tempo real e até o comando de operações terrestre vai tomar as primeiras medidas e o comandante do Exército vai também acompanhar. Então, isso é para você ter uma ideia da dimensão do nosso projeto. Isso aqui, para entender as três partes do projeto. Então, a gente tem sensores que a gente adquire, você ali tem uma viatura e um módulo de telecomunicações, um módulo de telemático, comunicações em informática operacional. Você tem ali aparelhos optrônicos, binóculos, câmeras filmadoras, vídeo, máquina fotográfica, são sensores optrônicos, comunicações inteligentes e radares. Aí, você tem a parte de comunicações, ((enfaticou)) esse é o objeto do projeto, e o que o Exército está comprando? Rádios, se interligando a Embratel, e construindo, implantando as Infovias e rádios em geral. 'Então tá'tica satelital e tal, comunicações. Comando e controle, centro de operações móveis. ((enfaticou)) então, o comandante do regimento é uma unidade da brigada, você tem em uma brigada 5 mil, 6 mil homens e essa brigada é constituída com regimentos, pode ser três ou quatro. Esse comandante de regimento, que é um tenente-coronel, ele estará dentro de uma viatura dessa daqui e vendo tudo, recebendo todas essas imagens e tal, dentro de um programa de apoio à decisão, que se estiver em um nível dele, ele mesmo atua. Se não estiver no nível dele, ele vai para o comando da brigada. Se o assunto foi mais grave ainda vai parar, como eu te falei, aqui em Brasília no centro de monitoramento de fronteiras que está sendo construído aqui em Brasília, já está avançada a construção ali no centro. O que é que é objeto do projeto? Software, desenvolvimento de software. Para quê? Sistema de apoio à decisão e o sistema de gerenciamento logístico. Você entende que esse sistema para estar funcionando, ele vai precisar ser... você manter isso o tempo todo, porque se uma câmera dessa for... um computador desse, esse sistema tem que ser substituído, tem que ser... tem que haver desvios para poder a imagem chegar em tempo real como você falou.

P: E até agora vocês conseguiram adquirir isso da indústria nacional, ou não?

R: Vou te mostrar. Sim, conseguimos, 75 por cento nacional. E infraestrutura – aquilo que eu te falei –, não adianta se adquirir tudo isso se eu não tenho essa infraestrutura para receber. Então, tudo isso que é comprado tem o 'Off' 7 quer dizer, transferência de sistema, transferência de tecnologia para desenvolver ainda mais a indústria nacional de defesa. Você tem o suporte integrado que abarca tudo isso, e tudo isso tem que ser integrado. Talvez esse seja o grande desafio, porque você imagina, têm imagens vindas de radares, eu tenho imagens vinda de vídeos de câmeras em balões, eu tenho imagem de satélite, eu tenho a imagem que sai lá do equipamento de luneta do soldado...

P: Dos soldados.

R: ... que está vendo um problema lá na frente, isso tudo precisa integrado e dentro de um sistema de software e tudo isso tem que chegar de forma mais clara para os decisores. Então, é um grande desafio nosso. Aí, vou te responder à pergunta que você pediu, que você fez agora a pouco. O projeto-piloto tem esse consórcio térreo, que é capitaneado pela SAVIS que é uma empresa da EMBRAER, aí, são integrador, tem uma empresa integradora, tem uma empresa fiscalizadora e junto com essas que são fornecedoras do consórcio vão... então, aqui você tem, isso tudo aqui é nacional, a (ELGA) é capital misto, a MEDAV é internacional, ela é Israelense, a (DIVONTER) é americana, (Harrison) americana e a (KUNIN) se não me engano também é americana. Então, você tem aqui, respeitando a estratégia nacional da (inint), você tem cerca de 75 por cento de conteúdo nacional. Então, você... isso aqui te dá uma ideia do... da nacionalização aqui das nossas empresas, do consórcio do projeto-piloto que é a fronteira com o Paraguai. Ópticos eletrônicos, para você ter uma ideia, eu já te falei os óculos de visão noturnos, binóculo. Aqui você tem radares, câmeras, isso aqui o RDT que é um radar, eles são transportáveis, isso aqui é uma Infovia, isso aqui é um rádio de comunicações, você tem aí, uma visão do que pode um militar dentro daquelas viaturas observar no seu... na sua tela. Aí, o sensoriamento eletromagnético, pode captar comunicações, celulares ilegais, aí, na faixa de fronteira, comunicações, rádios ilegais, comunicações táticas nossos. Isso tudo aí, foi comprado já para o piloto, como funciona essa comunicação tática, não é isso? Aqui você tem... você tem essas viaturas aqui, lá no nível mais profundo na fronteira. Isso aqui, esses módulos aqui estão mais lá perto da fronteira, eles transmitem para trás e recebe de trás para frente.

Você viu aqui como ele é todo escalonado para receber, aqui é uma visão mais ampla do que isso. Como isso pode acontecer, está acontecendo, ainda falta integrar muita coisa ainda. Mas, você tem lá, o módulo tático operacional de brigada, aí, aqui vem para o batalhão, vem para a companhia, isso aqui está bem pertinho, isso aqui já está na fronteira lá. E aqui já está mais no interior. Então, você tem uma visão aqui que é infovia, são torres de telecomunicações de visagem direta para transmissão dos dados, que pode vir de uma aeronave, de um satélite, que pode vir de terra, aí, precisa, e como eles vão chegar em Brasília? Nessa solução do piloto por meio das torres ou das chamadas infovias, não é? Vias de informação, para passar dado, imagem de radar, câmeras, vídeos. Isso é uma questão técnica, aí, você vê aqui o Paraguai, essa fronteira aqui, e esse aqui é uma... é um teste, uma simulação do teste. Aqui você tem a comunicação do satélite que vai ser feito, o sistema de apoio à decisão, que aqui você tem o sensor humano, o soldado viu a coisa e escreveu. Você tem o sensor... o sensor de sinal, o radar detectou uma aeronave ou a embarcação fazendo comércio ilegal num rio da fronteira. Você tem as imagens de satélite ou imagens de câmeras. Você tem os equipamentos eletrônicos e outros e isso tudo alimenta o sistema. Então, você tem uma fase de processamento técnico daqueles dados que fundem, aí, tem uma análise de inteligência, que é normal, não é normal, uma anormalidade, o que é aquilo, e aí, você tem a consciência situacional do que se espera, o que está acontecendo na fronteira. Nós temos uma movimentação normal aqui, nós temos algo aqui suspeito, aqui parece uma entrada de arma ilegal, aqui nós temos essas situações. E aí, é essa a concepção de sistema. Então, aqui você tem uma ideia da grandeza do sistema. Você tem o centro de operações do batalhão ou do regimento lá da fronteira, aí, você tem o centro de operações da brigada que fica mais atrás, você tem o centro de operações, o comando militar de área mais atrás ainda... que vai se ligar ao gabinete de gestão integrada de fronteira, isso aqui dá o plano estratégico de fronteira. Então, esse é o casamento do SISFRON com os planos do Estado. E isso nos dá força para estarmos no PAC e sermos prioritários em termos de recurso. E essa dualidade de emprego. Há um emprego de defesa interna, de defesa civil e há uma com a defesa da Pátria. (inint) Então, com isso nós temos conseguido sensibilizar o Estado para que o projeto fosse... que a gente possa aparelhar o Exército adequadamente para cumprir a sua missão. Então, a gente está... o Exército está conseguindo fazer isso. Então, aqui, o mais prático aqui para você. E o que é que é isso? Isso tudo aqui não existia, foi construído com recursos do

SISFRON. E isso aqui são viaturas compradas. E esse aqui é uma foto real do funcionamento do Centro de Ações (inint). Então, você tem alguma coisa com vários (terminais) de computadores, varrer essa... esse... se o comandante do Exército, (inint) mandou a (inint), ou alguém vem até ele e ele sabe tudo o que está acontecendo na fronteira. Então, tem uma consciência situacional de tudo que está acontecendo na fronteira.

P: Certo. E esse é o time de Campo Grande?

R: Esse. Esse aqui, fica. Tem um em Campo Grande e tem um em Dourados, que são fixos. Tem em Dourado também, tem em Campo Grande. E os móveis são... impulsionam a viatura para permitir o deslocamento, ele está tomando decisões a todo momento. ((silêncio)) Essa é uma imagem do que seria o software de apoio à decisão, que é como ele veria que é uma ideia geral, pode ser visto. Os meios de transporte adquiridos também pelo SISFRON, mas existem outros projetos de obtenção da capacidade operacional. E aí, a gente conversa para ver o que é do SISFRON, o que o SISFRON pode ajudar ou não. E tem, aí, você viu as entregas. Você viu que foi entregue, agora pelo assessoramento e apoio à decisão. Olhe lá, as infovias. Isso já está no terreno lá na parte, (inint), lá em Dourados, Ponta Porã, na verdade Dourados e Ponta Porã. Esse aqui é centro regional de monitoramento, cada um tem os centros regionais de cada comando militar de área e um centro de monitoramento de fronteira que é em Brasília, que é o (Cenajeds). Fica ali para o lado da Torre Digital, (inint) digital. Ali está sendo construído um centro de monitoramento. E os centros de monitoramento regionais estarão nas sedes dos comandos militares de área. Então, o general de Exército comandante militar do Oeste, ele terá no seu... ele tem, já está em construção, um centro regional de monitoramento para que ele possa ter essa consciência situacional. E poderá e deverá chamar representantes de todas as agências de segurança, todos os órgãos de segurança pública ou agências federais que tem interesse ou missões na fronteira, porque você tem que entender que nem toda solução é solução amarga, não? Uma solução de intervenção militar, às vezes tem que se estudar o problema. Há um problema social, há um problema de outro nível. E aí, você pode ver, que já foi entregue para o soldado o equipamento na cabeça dele. Aquilo ali ele vê e interpreta. Aqui são viaturas, aqui são os radares de comunicação, o centro de comando de controle. E isso aqui já foi entregue. Essa é uma visão interna da viatura, aquele caminhão (inint), e isso aqui o Exército já tem. Ali

é a visão por fora dele. Esse aqui é o centro de comando móvel. Isso nós... não usamos antes do sistema. Então, aqui o sistema de apoio à decisão, é uma entrega também, é um objeto, só que é um objetivo a ser adquirido, comprado. Aliás o Bill Gates é que transformou o programa de computador em objetivo comercial, que até antes dele não se tinha isso. Então, desenvolvia...

P: Era de uso militar, não?

R: É de uso militar. Viu, Heloísa, essa capacitação, o soldado do futuro, ele já está sendo feito. Porque você veja, esses equipamentos são sensíveis, precisa de capacitação para saber operar. Então, isso tudo está levando, induz o Exército da era industrial, transforma o Exército da era industrial para a era com o conhecimento. Isso é um grande passo na transformação do Exército. Aí, você tem um exemplo aqui do suporte logístico integrado, você vai ter alguém encarregado de resolver os problemas do funcionamento do sistema. Agora o apoio à atuação. O que é o apoio à atuação? É o concreto. Aí, eu identifiquei. E aí, como eu vou intervir, de que forma? Temos patrulha terrestre próxima? Não temos. Temos uma embarcação próxima? Temos. É melhor atuar com a embarcação. Não, mas temos o helicóptero. Não. Precisamos de um diálogo maior, um remotamente do lado para poder identificar melhor o problema. Então, você vê, nós soltamos do alfinete ao foguete. Está vendo? Equipamentos de bloqueio de ponto de bloqueio e controle de estrada também faz parte. Embarcações para permitir a mobilidade, também... faz parte. Balsa, (ferry) boat para transportar equipamentos e material de uma margem do rio à outra, faz parte. Tem que ter mobilidade na fronteira. Tudo isso foi adquirido para o projeto-piloto. Nós temos um projeto de 11 bilhões de reais como previsão inicial, a ser executado num período de 10 a 20 anos. Então, isso aqui, por exemplo, é um material de triagem. É um material, um hospital de campanha que já foi adquirido que será entregue – que já foi entregue.

P: É destinado à população local?

R: Ah, não. Ao Exército. Mas, isso pode ser montado numa crise tanto para atender à população local, ou até mesmo feridos em combate, ou soldados feridos. E isso aqui, na realidade a concepção é um apoio médico a quem está atuando. A um policial federal, a um agente do IBAMA ou ao Exército. Porque se na verdade se houver, poderá atender à população civil se a Defesa Civil, com outros problemas, não puder fazê-lo. Enfermeiro, alguma coisa, se não puder fazer. E por isso essa atuação integrada. Porque nesses projetos de fronteira, esse plano estratégico de fronteira,

tem consequências não só para as Forças Armadas, mas para o Distrito Federal, para o IBAMA, que interessa desenvolver ações para aquele apoio, também. Porque se não o SISFRON não pode resolver todas as coisas. Então, vai mais de 12... vai mais de 12. Então, aí, está a toda a atuação e o que é que é a primeira atuação? Viaturas, motocicletas, ambulâncias, viaturas especializadas para tirar carga, botar dentro de uma embarcação, tirar dele. Obra de engenharia, por isso que o (inint) tenho três carregados de plus orçamentários, que querem dizer recursos. Então, o recurso soma, o gerente e eu vão discutir com a equipe e vão dividir o bolo. E olha o apoio à atuação, vai receber tanto. O sensoriamento, que é aquela parte de equipamento e integração que é o cerne do projeto, houve um sensoriamento. Mas, sem os outros, ele não é nada. Então, eu preciso de apoio à atuação e preciso de obra de engenharia. Onde é que eu vou entregar todos esses computadores com todos esses sistemas, equipamentos eletrônicos e material se ela não tem lugar para colocar e nem para instalar isso? Então, eu tenho que construir um centro operações para abrigar. "Não, existe um centro de operações", mas ele precisa ter toda sua instalação elétrica toda reformada para receber os novos equipamentos, então nós vamos lá vamos entrar com recursos para que seja realiza da a obra de reforma das instalações. Então, tudo isso é do projeto. Aqui, esse aqui é o centro de operações do comando é nossa. Você notou? Olha lá. Lá tem o centro de comando fixo em Campo Grande. E esse aqui é na área abrigada. É em (inint), entendeu? Aqui você tem cada regimento da 4ª Brigada, você está vendo ali o regimento lá, como se tudo isso aqui foi entregue agora, o projeto-piloto. Todas essas sondas foram compradas com recursos de (soma) e se são necessários ao funcionamento do sistema. Até o gerador. Faltou luz, ou as forças adversas cortaram a luz, eu tenho gerador. Então, eu tenho gerador. Eu tenho um sistema alternativo aqui, que não é só aquele sistema de gerenciamento (inint) que isso vai resolver um problema, que ele identifique ou não. Então, nós temos que ter essa alternativa. Não é algo... é só para você ver a dimensão da complexidade de (inint) do projeto que inclui vários subsistemas. Então, aí, você tem as obras da 4ª Brigada (SEMEC), geradores, centro de operações. Aqui o pavilhão, o depósito do 9º Batalhão de Manutenção. Por que isso? Porque eu tenho que ter um depósito de suprimentos para atender ao SISFRON. Suprimentos de comunicação, suprimentos de toda ordem. Eu vou ter que eu preciso ter. Aí, mais uma visão da segunda fase, e é ali onde te interessa em termos da Bolívia a 18ª Unidade de Fronteira. É a área ali do Pantanal e da fronteira com a Bolívia. Então, você tem todos os recursos previstos

que são de futuro, prospectivo para os outros projetos. Balões, aeronaves, e veículos tripulados, veículos não tripulados. E há integração desse sistema de base de dados com o de outros sistemas, porque a ANAC, numa visão prospectiva que a ANAC tem – Agência Nacional – poderá entrar no sistema. O SINDACTA, todos esses sistemas, até mesmo jornais, notícias de jornais, dados estatísticos, por isso o dado do PF, o pelotão de fronteira, a INTERPOL, a (inint) tudo isso pode chegar no SISFRON que vai distinguir essa informação, de forma... vai fundir esses dados e ter uma consciência situacional. Porque não adianta eu ter um milhão de dados, e então, que você tem todos aqueles programas que vão transformar aquilo, aquele montão de dados em algo que possa... custa se medir, possa ser identificado, e ter aí, uma reação da força, da tropa ou de algum órgão ambiental, por exemplo. Então, você tem aqui por exemplo, dentro do nosso projeto o mapeamento da fronteira, pela Divisão de Levantamento, também. Nós estamos mapeando a fronteira. Não adianta, você ter cartas com mapas-detalhes da fronteira, isso a (inint) tem. Nós tínhamos adquirido um sistema de remotamente pilotado porque ela pode transmitir informações para os radares. Ela detectou o problema, a câmera detectou aquela imagem e ela transmite. Aqui, o combatente que está aqui, viu no monitor essas viaturas chegando, isso vai interligar com os demais, que poderão se atuar. Então, uma outra visão da concepção do sistema. A infovia. Aqui você tem um exemplo aqui da câmera da aeronave remotamente tripulada. Ela detectou o problema, ela transmite às torres, as infovias vão chegar fazer chegar até mesmo ao combatente que está lá patrulhando, ao comandante da patrulha que está lá que recebe a informação do seu chefe que diz, "olha, capturar, prender e deter o indivíduo a (inint) tal. Recolher os equipamentos, prender e entregar à Polícia Federal e tal", então vai ter uma sequência aqui, uso isso. Aí, a nossa, são perspectivas, por quê? Na região do Pantanal, como é que eu vou montar uma torre dessas? Se de março a outubro está alagado? Provavelmente, estamos estudando e discutindo, será um aero (inint), um balão cativo. E quais são as implicações e os objetivos disso? Onde eu vou guardar e a manutenção? Como é que vamos fazer? Isso daí é do projeto. Então, nós estamos conversando, estamos avaliando com o tempo, com essa inovação. É da era, tirar da era, vamos transformar o Exército da consciência e tirar o Exército da era industrial pós-2ª Guerra para a era do conhecimento. Então, isso é a era do conhecimento. Lá em Campo Grande isso já existe. Não estamos 100 por cento integrados, mas pretendemos ao final do ano que vem. Então, a interação do SISFRON com o Programa Estratégico de Sistemas

Espaciais. Veja a grandeza. Então, nós pretendemos numa visão de perspectiva futura sair com esses programas da (digital). Então, tínhamos faixa de frequência, como é que o SISFRON vai trabalhar com faixa de frequência para a gente destinar essa faixa? Então, tem problemas técnicos de comunicação e eletrônica e os nossos engenheiros e comunicantes, do Centro de Comunicação e Eletrônica do Exército, o engenheiro (inint) trabalhando conosco, discutiu com as empresas e vão desenvolvendo aquilo que precisamos desenvolver. É um desafio enorme. E como conclusão, após a implantação, o que serve isso? A efetividade do projeto? Fortalecer a presença do Estado, melhorar ou capacitar o Exército para as missões, apoiar o Plano Estratégico que envolve as Forças Armadas, em várias situações. Como você falou, "ah, o hospital para a população", poderá ser e muitas vezes é. (inint) é algo que acaba ficando para o Exército, mas você imagina qual é o mais difícil. Você precisa ter mesmo um agente do IBAMA que está ferido, um soldado, enfim, (inint) numa situação. Normalmente não é isso que a gente chega com força, mas resolve o problema. A não ser que a gente encontre alguma força do outro lado que tem alguma força também para... como já houve algumas vezes. Operações conjuntas interagências. Nós vamos, o sistema vai permitir que se coopere mais com outras agências que se saiba trabalhar com as outras agências. Que as agências entendam a forma do Exército trabalhar, quando você vê sinergia com as outras agências. Então, é uma operação interagências. Órgãos do governo. E aí, entra a Heloisa aí, com as Relações Internacionais. Isso vai melhorar, assim se espera, a relação que é muito boa, com os nossos vizinhos. Na medida em que a França lá na Guiana, ela tem uma operação (inint) permanente para evitar o garimpo ilegal, que muitas vezes são de brasileiros que atravessam para o outro lado, e a gente tem como evitar que isso aconteça, ou aconteça com muito menos frequência, eu estou contribuindo nas relações com o vizinho. A mesma coisa com a Bolívia. A mesma coisa com o Paraguai. E todos os outros que estão na Argentina, todos os outros que estão na nossa fronteira, o Peru, a Bolívia, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana e o Suriname que estão... e outra, preservação ambiental, geração de emprego e renda na faixa de fronteira. Você verifica que com isso se espera que a gente contribua, o projeto vai contribuir com o desenvolvimento da região inteira, a região fronteira. Porque se esses ilícitos não ocorrerem, ou se forem reduzidos drasticamente você tem melhor qualidade de vida, você faz gerar renda na fronteira, você permite que as pessoas trabalhem de maneira mais organizada. A produção de emprego (inint), é aquilo que

eu te falei, é de emprego civil e militar. Exportação, sustentabilidade, porque aí, nós estamos cuidando do meio ambiente. Capacidade do Estado monitorar, porque todo esse sistema estará a serviço de outros órgãos governamentais. E aí, está a nossa (inint). Até que não demoramos muito. Mais ou menos.

P: Obrigada. 'Nossa!'... é muito complexa. Estou revisando as minhas perguntas, elas foram praticamente todas contempladas. Eu vou só insistir um pouco no tema internacional. Se nessa fase, tanto do planejamento anterior como do projeto-piloto, que tipo de – eu sei que foi com o Paraguai – mas que tipo de relação vocês tiveram com as autoridades ou com as Forças de lá? Eu imagino que possa haver alguma dúvida quanto como há o monitoramento aéreo, como é esse limite na fronteira? Se existe uma perspectiva ou deles de "a minha fronteira também está sendo monitorada", ou se de repente de compartilhamento desse sistema com os outros países, também. Qual é... como é que isso acontece?

R: Olha só. O nosso monitoramento, ele é... ele, sem sombra de dúvida, que ele vê dentro e fora. Ele tem emprego dual. Mas, nós não temos, à medida que nós não temos áreas de fricção na fronteira, porque as fronteiras estão bem estabilizadas, nós já temos uma boa relação com os vizinhos. Agora, o projeto se limita à questão técnicas dentro de (inint). O comando de operações (inint) desenvolve e o Ministério da Defesa do Brasil, ele desenvolve operações conjuntas das Forças Armadas em coordenação com órgãos de segurança pública. Isso chama por exemplo, Operação (Ágata), que ele esse ano será na fronteira do (inint) com a 4ª Brigada. Se observa lá até por uma decisão que normalmente a região, ela é definida em cima da hora até para evitar que os malintencionados ((acha graça)) saibam e escapem ao controle. Mas, os vizinhos normalmente são chamados a como observadores participar das operações. Isso é o que eu posso dizer na minha condição como supervisor. Então, demais operações conjuntas, toda vez que envolve e vai envolver países vizinhos, esses países, eles já tomam conhecimento da operação e são muitas vezes convidados a mandarem observadores para mostrar que não há hostilidade naquela operação com relação ao vizinho. Não é verdade? E que inclusive o Chile, recentemente, ele tem interesse no nosso projeto, e ver o funcionamento como 'benchmark', como quem diz, ele é um potencial comprador do nosso projeto. E quem se beneficiou com isso é a indústria nacional de defesa. Então, nós acreditamos que na realidade o sistema vai melhorar as nossas relações internacionais, que já são

muito boas com o vizinho, na medida que os crimes ambientais transfronteiriços não interessam a nenhum dos lados, não é verdade? Nós não podemos negar que existem... que nós conseguimos ver alguém a contento. Porque é uma necessidade também de defesa da Pátria, diria assim, mas ele tem muito mais um emprego interno do que externo. Não... até onde eu sei, não temos tido problema com os vizinhos. Há interesse de conhecer o sistema, até para poder comprar e acho que ir e fazer. Nós agora vamos trabalhar com a Itaipu, uma empresa binacional, os diretores da Itaipu já começaram a falar, o Paraguai vai ter que chegar lá e tem sido compreendidos as nossas necessidades, e essas relações continuam boas. E nós esperamos que elas melhorem. O Exército foi... eu vivi na França por um tempo. Fui oficial de ligação do Exército francês. E o Exército francês distribui recursos na operação (Amata). Ela faz da Guiana Francesa, ela patrulha a fronteira para... contra os garimpos ilegais. Só que eles não tem um sistema como o nosso, como nós teremos, ainda não temos lá. E na medida, imagine, que nós chegemos lá, e que nós possamos, no nosso lado, resolver esse problema, ele vai ficar muito mais facilitado a Operação (Matan) contra o garimpo ilegal, porque 99 por cento ou 95 por cento dos problemas lá, são de garimpeiros brasileiros ((enfaticou)) que entram na Guiana para explorar garimpo lá dentro. E que então, com relação a isso, acredito que nós vamos fortalecer essa questão. Na medida em que – aí, é uma opinião minha – na medida em que os nossos vizinhos não tenham intenções outras de conquista ou de penetração na faixa da nossa fronteira, eu acredito que isso não ocorra, não deverá ameaçar a segurança do vizinho. Até porque a gente pode vir, mas não deveremos penetrar se não formos ameaçados. A gente pode ter, mas supervisionar uma faixa grande dessa. Então, é essa a concepção, e nós não temos tido problema porque no contexto das operações que já existem antes do SISFRON, toda a operação de fronteira, é normal que o comando do Exército, em cooperação com os exércitos vizinhos, ou eles fazem do outro lado algo parecido, ou eles enviam observadores para em determinado nível para acompanhar a Operação Ágata (inint) para perceber que não há nenhum risco (inint) ao país vizinho. Entendeu? (inint)

((fim da transcrição))

APÊNDICE M

**ENTREVISTA COM DIRETOR DA DIVISÃO DE INVESTIGAÇÃO E COMBATE
AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL DA POLÍCIA FEDERAL**

PARTICIPANTES

P: Pergunta (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Oslain Campos Santana)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

46 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

P: Bom, primeiro eu gostaria que o senhor me explicasse, comentasse um pouco qual a diferença de atuação da polícia antes e após o Plano Estratégico de Fronteira, à operação Sentinela...

R: Tá. Qual foi a concepção do plano estratégico de fronteira? Quando o governo Dilma em 2011, Ministro Cardozo junto com o Ministro da Defesa na época, Celso Amorim, uma determinação de ter uma política de fortalecimento dos órgãos federais na região de fronteira. Essa foi a ideia principal. Particularmente combate a crimes transnacionais, crimes transnacionais são tráfico drogas, os tráficos, então a gente sempre fala de forma genérica, o termo correto é tráfico, tráfico de droga, tráfico de arma, tráfico de mercadoria, vulgo contrabando, tráfico de pessoas. Esses são os crimes que são transnacionais. O crime financeiro também, não é? A evasão de divisas, que é tráfico de dinheiro, muitas vezes em espécie. Esses crimes, principalmente, eram o foco, e foco especial em tráfico de droga tendo em vista a Bolívia, em particular, que é um dos produtores, hoje é o terceiro maior produtor de cocaína do mundo, já foi o primeiro, nos anos 1980-1990, era o maior produtor, maior área plantada de coca era um território boliviano, maiores os traficantes eram ali também, o mercado mudou. Então, voltando ao plano de fronteira, veio esse... essa determinação, nós sentamos com o Ministério da Defesa e falamos da necessidade de segurança pública e necessidade do Ministério de Defesa. Dentro desse plano tinha as ações emergenciais e as ações estruturantes. As ações emergenciais, são aquela resposta imediata a esses crimes transnacionais, basicamente um reforço da atuação dos órgãos federais na região de fronteira. As ações emergenciais eram

dividas em operação Ágata das Forças Armadas, e operação Sentinela por parte da Polícia Federal, Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal. A operação Ágata é um reforço de efetivo, seria um trabalho, uma operação que antigamente já existia com outro nome, chamava Operações Cadeado antigamente, Tacuru, em pontos das fronteiras eles tinham esse nome, na região ali era Operação Cadeado. Era uma operação de uma semana ou duas, onde você colocava unidades das Forças Armadas ali, um patrulhamento, um trabalho ostensivo de fiscalização. Basicamente era isso, uma atenção da força aérea, do exército, essa é o foco da operação Ágata. A Sentinela, a Sentinela é um reforço, por quê? A droga... a região de fronteira é um palco, então ali passa, a droga passa, mas não fica ali, por quê? Você não tem mercado consumidor no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, 2 milhões de habitantes, 2 milhões e meio e Mato Grosso 3 milhões. O mercado consumidor da cocaína, que é o produto produzido na Bolívia, o foco no seu trabalho é Rio, São Paulo, Minas Gerais, os estados da região Sudeste, onde você concentra 60 por cento da população e 70 por cento do PIB. Droga é negócio, você vai colocar a tua mercadoria aonde as pessoas compram, então você tem concentração maior de população ali, o maior poder aquisitivo ali, então a droga é colocada ali. A explicação básica, por que é que os Estados Unidos é o maior consumidor de drogas no mundo? E a Europa hoje, mais que os Estados Unidos? Eles têm 4-5 por cento da população e os maiores consumidores de drogas, por quê? É um terço do PIB ((mundial)). É o mesmo raciocínio Bolívia-Brasil, a droga vai passar para a região de fronteira Brasil-Bolívia e vai com destino ao mercado consumidor. Em cima disso, a operação Sentinela, nós falamos, “vamos tirar policiais”, policiais federais e rodoviários federais dos estados... os estados consumidores, Sul, Sudeste e Nordeste e reforçar efetiva das polícias e da Receita Federal na fronteira do Brasil todo, particularmente no caso, Mato Grosso, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, a Sentinela é essa, tiro policiais de lá e coloco ali, uma ação integrada, trabalho ostensivo por parte da Polícia Rodoviária Federal e o nosso no começo era ostensivo e acabou evoluindo com o trabalho de inteligência. Então, eu faço a inteligência ali, eu investigo os transportadores, porque o segmento de droga é bem sedimentado, você não tem... quem produz não é quem transporta e quem comercializa, não é, é um negócio. Então, tem a produção, quem produz, tem o vendedor aqui, tem quem transporta e tem quem distribui. Então, o foco nessa... reforço efetivo, essa diferença básica, o enfoque nosso e das Forças Armadas, eles fazem temporário e o nosso é permanente com foco em

inteligência e patrulhamento constante. Então, isso que foi tratado as ações emergenciais das ações de fronteira. As ações estruturais, seria nós provermos os órgãos de segurança pública federal, as polícias, particularmente mais as polícias e o Ministério da Justiça, a Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, aumenta a capacidade operacional delas, dessa região de fronteira. Então, um investimento muito grande, foi autorizado... foi autorizado a contratação de novos policiais de preencher, nós tínhamos na época... estava no (MJ) na época nós tínhamos 3 mil e 500 cargos, e hoje nós temos 3 mil e 600 cargos, não foi autorizado concurso nesses quatro anos, a presidência deu uma determinação, mas não foi implementada. Então, o preenchimento dos 3 mil cargos, e esse efetivo quase, 60 por cento, deveria ser colocado na região de fronteira e da PRF, também. Então, essa é uma medida estruturante. A outra medida estruturante, investimento no projeto da Polícia Federal, então o projeto VANT que foi implementado, o SIS, Sistema de Intercepção de Sinais, é que seria intercepção telefônica, foi implementado. A construção de unidades na fronteira do Brasil, nossas delegacias, eram 27, foi liberado recurso, por outros motivos não foram feitos, mas estão sendo feitos. A compra de aviões e barcos, isso aí, foram adquiridos, hoje nós não temos problema com embarcações na região da Amazônia. Na região de Mato Grosso do Sul, lanchas foram colocadas em Corumbá, em Cáceres têm lanchas, falando na questão da fronteira com a Bolívia para não fugir o foco. Foram compradas aeronaves, helicópteros, por parte da Polícia Federal, isso foi atendido. Na PRF era o projeto Alerta Brasil que são câmeras nas rodovias federais que identificam placas, tem esse sistema implementado, região de fronteira, já foi colocado. A compra de 'scanner' veiculares, que eles conseguem passar do lado do caminhão ou de uma viatura e verificar se tem droga ali escondida ou outro produto ou armas.

P: Consegue verificar todos ou é por amostragem?

R: É (inint). Não tem como, você usa, não dá para passar... é praticamente impossível, você pegar a 364 em Rondônia, a 262 em Mato Grosso do Sul, o fluxo é muito grande, mas se você utilizar a ferramenta você vai pegar a pessoa que passa naquela região, cara que... sempre um vendedor, ele estava em Campo Grande e vai para Corumbá, essa pessoa não precisa ser fiscalizada, mas se você... quando você está em um ponto fixo desse você sabe quais veículos podem ser fiscalizados. Mas, isso foi comprado também como medida estruturante para PRF, a contratação de policiais por

parte da PRF e o adicional de fronteira. Aí, você colocou medidas também de sentido da permanência do policial ali, o adicional de fronteira foi aprovado, tem uma lei, não foi regulamentado ainda, o pessoal não está recebendo, mas foi aprovado, isso dentro das ações estruturantes. Então... que não foram implementadas, isso é verdade, você está fazendo a pesquisa, se você pegar... foi instituído pela presidenta lá atrás, por uma série de motivos, eu falo, minha instituição tem a culpa dela também que não efetivou aquilo que a presidenta falou, mas, até porque não efetivou porque tem resistência de outros ministérios. Mas, não conseguimos fazer, foi deliberado, o efetivo não aumentou, o adicional teve aprovada a lei, mas não foi implementado, a construção das delegacias não foi colocada, construção de PNRs, muitas vezes o policial na região de fronteira, ele não tem nem onde alugar, o imóvel, você vai alugar, mas, infelizmente, Corumbá, Ponta Porã, Cáceres, os próprios donos dos imóveis é que são envolvidos com o crime. Então, qual é a solução? Construção de PNR, umas casas militares, onde os militares moravam, pagam aluguel para a União. Nós colocamos isso também dentro do plano de fronteira, está em estudo e não foi implementando. Mas, a ideia básica da Sentinela seria o aumento do efetivo. Houve um aumento efetivo, anteriormente, se comparar com 2005 que é o prazo inicial seu, o efetivo da Polícia Federal aumentou na região de fronteira, por uma simples medida interna. Então, veio uma determinação do diretor-geral, doutor Paulo Lacerda, que foi seguida pelo doutor Paulo... perdão, doutor Paulo Lacerda, doutor Luiz Fernando e doutor Leandro, todo policial que forma na Academia de Polícia Federal, ele vai para fronteira, a partir de 2007, com o doutor Luiz Fernando. Então, não fica ninguém, "ah, o cara não pode ir para Rio São Paulo, então ele vai para fronteira, depois da fronteira ele vai para o estado de origem dele. Então, um simples procedimento administrativo, sem regulamentação, mas que por uso e costumes a Polícia Federal fez e teve um resultado muito bom. Outro ponto, a fronteira, é interessante porque o policial, eu falo sempre fronteira é (inint) de escola, porque você aprende a trabalhar ali depois você trabalha em qualquer lugar do Brasil, você dá essa capacitação para o policial, depois ele vai trabalhar no estado da Região Sul e Sudeste. Ao mesmo tempo não é interessante o policial ficar muito ((enfaticou)) tempo como militar, no mesmo local, porque ele pode ser contaminado, cooptado pelo crime, então é interessante essa rotatividade. Então, com esse... essa simples medida administrativa nós conseguimos duas coisas, você dá uma... aumentar o efetivo na fronteira, capacitar esse policial e aquela rotatividade normal, ninguém fica ali e o policial acaba não se contaminando.

Isso foi uma medida administrativa que nós colocamos, houve um aumento natural do efetivo e dentro do plano de fronteira tem a previsão de quando nós complementarmos 3 mil e 500 cargos, metade, mil e 600 desses policiais ficarão colocados na região de fronteira.

P: Quais são os principais aspectos ou entraves na relação com as polícias estaduais nos estados de fronteira? Como que se dá o trabalho conjunto?

R: O trabalho sempre tem o trabalho conjunto de cooperação, sempre tem, é até de forma informal, você pode fazer um acordo de cooperação aqui. É que o policial, pela própria natureza dele, eu falo meu pai, meu pai é policial, PM em São Paulo ((acha graça)) ele fala que o policial é pago para desconfiar, é a profissão nossa. Você vai investigar as pessoas que cometem crime, mas você tem que ter o contato pessoal e confiança. Isso ocorre até pela situação que você está isolado em uma cidade de Cáceres, Corumbá, Guajará Mirim, há essa aproximação, há essa aproximação natural, não tem um entrave. Poderia ter algo institucional, poderia você investir mais em capacitação, um trabalho conjunto, até estava conversando com um colega aqui, doutor (Zantuan) da divisão de repressão a crimes patrimoniais, um trabalho que a gente faz de força-tarefa, poderia ocorrer isso aí, daria para caminhar, isso depende de recurso, doutrina diferente, filosofia de trabalho é diferente e é complicado... Então esse trabalho conjunto, desde que acabem aceitando, não é? Aceitando as condições impostas operacionais que a Polícia Federal tem, mas hoje é informalmente, não tem nada institucional. Para ser institucional algumas condições operacionais que funciona na nossa instituição que eu acho interessante que se fizerem vai dar certo, eu aposto aí, um ano de salário meu que dá certo, ((acha graça)) um ano que vai dar resultado sim o trabalho integrado, já existe isso, podemos avançar mais em um trabalho mais aproximado, mais em conjunto, como têm algumas agências dos Estados Unidos hoje já trabalha.

P: E com as Forças Armadas na fronteira, como que se dá a interação?

R: A interação das Forças Armadas é até atribuição constitucional, não é? O trabalho das Forças Armadas é... o trabalho ostensivo da Ágata, quando nós fizemos um apoio com a força aérea esse trabalho é muito próximo, nós trabalhamos a interceptação de aeronaves, isso há mais de dez anos já, trabalho com o COMDABRA, então quando nós temos informações de inteligência que determinada aeronave está transportando droga ou contrabando nós contactamos o COMDABRA que eles vão com os tucanos

fazer essa interceptação dessa aeronave, há um contato da inteligência nosso com o COMDABRA. Com a marinha um bom contato, também... quando precisamos de apoio em ações no pantanal, só focar na... na situação da Bolívia que é o teu foco do teu trabalho, nós contatamos a marinha, a interação é boa. Com o exército o apoio é mais... não é tão próximo porque... porque a diferença do trabalho, nós trabalhamos mais com inteligência, focamos, nós pegamos a grande carga de droga, então não fazemos um trabalho tão ostensivo, mas o apoio do exército é basicamente quando as operações nossas, no alojamento de policiais, concentração do efetivo, fazer uma operação que vou prender 30-40 pessoas, eu tenho que concentrar 200 policiais no local, nós utilizamos as unidades do exército, em Cáceres já utilizei, utilizamos, Corumbá utilizamos, para concentrar esse apoio, e troca de informações de ordem de inteligência. Quando têm as operações Ágata, já trabalham em conjunto, mas deixar por essa característica das três forças. Digamos, para aeronáutica, na linha de investigações é essencial, sem a aeronáutica eu não faço o meu trabalho, algumas situações nos rios da Amazônia sem a marinha eu não faço o meu trabalho. Com o exército eu faço o meu trabalho, eu consigo fazer o meu trabalho se o exército não me apoiar. Com a marinha vai me dar uma dificuldade maior, porque essa aeronave uma hora ela vai pousar eu vou pegar a droga no chão, mas para fazer essa interceptação do piloto eu preciso da aeronáutica, para eu abordar uma embarcação, muitas vezes, eu preciso da marinha, do pessoal da marinha e do barco da marinha. Com o exército vou fazer meu trabalho, que é em terra, que é o mesmo princípio do exército, a gente não precisa tanto, mas tem a integração dos trabalhos de fiscalização ostensivo, tem, tem a cooperação. O que as vezes você tem que... quando você entender a problemática, você está fazendo esse trabalho em cima da Bolívia, basicamente o foco principal é cocaína, é interessante você ler o relatório da UNODC, tem a bibliografia que eu posso te passar também para você entender a problemática da cocaína. A cocaína é uma mercadoria, é uma droga, e 'tá bom', quanto que é produzido? Tá, vou enfrentar meu inimigo, princípio militar, qual é o tamanho do meu inimigo? Então, a produção mundial de cocaína é de mil toneladas, o UNODC fala em 800. Para abastecer o mercado americano, são 300 toneladas, para o europeu, mais 300. Então, da produção da América do Sul, 600 toneladas vão para o Hemisfério Norte.

P: Isso anual?

R: Anual. Sobram 400 para Ásia, África e América do Sul. Fazendo uma estimativa de que entram no Brasil 400 toneladas, entre o que fica e o que vai para a Europa, são cinco carretas carregadas. Já viu um caminhão bitrem?

P: Uhum.

R: Então, o ano todo, a quantidade apreendida, que parece muita, são cinco caminhões; para exportar a produção de soja do Mato Grosso são quase 30 milhões de toneladas, quase de 50 mil caminhões. Quantos caminhões eu precisaria fiscalizar para levar essa quantidade picada em 365 dias? Quantos caminhões eu precisaria para colocar? Então, é algo muito... sem inteligência você não tem como localizar a cocaína. Grande parte desse tráfico vem por via aérea, entra no Brasil por via área, desembarca em um ponto e dali vai por via terrestre, então ele não passa na região de fronteira, a cocaína. Isso, a gente tem dado de 60-70 por cento da cocaína que vem para o Brasil ele entra por via aérea, ele passa na fronteira, pousa no Mato Grosso, pousa no interior de São Paulo, Guararapes. Eu trabalhei em Araçatuba, Guararapes, a gente deu várias apreensões de drogas no aeroporto de Guararapes, Promissão, Avanhadava, dei cana de... pessoal arremessando a cocaína no canavial de Avanhadava que é pertinho ali de Promissão, pertinho de Lins, então o gavião vem e despeja ali, e dali vai por terra para São Paulo. Então, se eu não tiver informação de inteligência ((acha graça)) eu não vou pegar isso, por mais que eu tenha a fiscalização das Forças Armadas ali eu coloque ali, eu não vou pegar essa droga. Por quê? Porque não passa tanto quanto as pessoas imaginam, não passa tanto, e não é um negócio que passa toda hora, são 16 mil quilômetros de fronteira, a fronteira da Bolívia são 3 mil quilômetros com o Brasil, é o mesmo tamanho da fronteira do México com os Estados Unidos, eles têm 22 mil policiais ali da... da ICE, uma Agência de... 'border Patrol', segurança, patrulha de fronteira, 25 mil policiais, fazendo trabalho ostensivo, eles têm vários de VANTs, centenas de VANTs, eles têm satélites, mil quilômetros dessa fronteira tem muro, tem muro, eles têm mais o pessoal da DEA, são 15 mil homens da DEA, eu tenho 11 mil na polícia, tem 15 mil homens na DEA, eles têm FBI, tem a ETT, que é... várias agências, são quase... tem o pessoal que faz o trabalho de fiscalização ali, que seria a receita deles, são 70 mil na fronteira do México e Estados Unidos, fiscalizando todos os veículos que entram ali, e entram 300 toneladas de cocaína lá todo ano, é o maior consumidor mundial. Então, muitas vezes, a ideia que tem, "ah, vamos colocar o exército", não vai resolver, não vai

resolver, resolve um trabalho... eu tenho que ter esse trabalho, mas esse trabalho sozinho não resolve, eu gosto sempre de pregar isso porque... para o gestor não investir o dinheiro de forma errada, vou colocar... isso que se está fazendo no SISFRON, colocando câmeras, alarmes e etc., nos Estados Unidos tem, a fronteira dos Estados Unidos tem. Então, isso começaram na (inint), eles fizeram um trabalho muito bom do relatório de fronteira ali e os pesquisadores foram lá e viram, eles têm sensores, têm câmeras e não seguram a entrada. Por quê? Porque não é muita coisa que se imagina, a produção de soja são quase 30 milhões de toneladas, aí, eu estou falando em controlar 400 toneladas de um produto que está entrando. Quantos caminhões eu preciso? Vamos colocar lá 400 toneladas, 100... não é muita coisa, põe 50 toneladas, uma caminhonete ela comporta quase 500-300 quilos de cocaína, uma caminhonete. Então, eu precisaria, no Brasil, a gente não tem esse dado preciso, mas para atender o mercado brasileiro, o consumo brasileiro de drogas, a gente tem os números de usuários, tem o números de usuários dos Estados Unidos, número de usuários na Europa, então, quer dizer, lá eles têm a quantidade de droga para abastecer esse mercado, fazendo uma regra de três simples, que eu não tenho esse estudo ainda, a gente acredita, a Polícia Federal, de 80 a 100 toneladas para abastecer o mercado consumidor brasileiro. Passa muita droga no Brasil também com destino à Europa, mas é trânsito, e as vezes são logística nem com contato brasileiro, às vezes é um caminhão, um 'container' com exportação que sai da Bolívia, só vai para o Porto de Santos e ele, não... nós não temos nem como fiscalizar esse 'container', então uma rota segura para eles, isso aí, passa em território nacional e não fica. Para abastecer o mercado nacional são 100 toneladas, isso pode ser cocaína pura, tá? 100 toneladas. Por que pura? Porque muitas vezes o pessoal adultera aí, aumenta, mas pura é 100 toneladas, é o que é produzido na Bolívia. 100 toneladas você imagina, são 100 caminhões, cada caminhonetas, 100 caminhonetas entrando em território nacional, cada avião transporta 500 quilos, seriam 200 voos, com 200 voos, um avião só com um voo diário ou um a cada dia sim dia não, ele colocaria toda cocaína destinado ao mercado brasileiro aqui dentro. Então, você vê como é difícil fiscalizar, então só a fiscalização ostensiva com as Forças Armadas não vai resolver. Tem que ter esse trabalho como tem na fronteira dos Estados Unidos, mas você tem que ter um trabalho de inteligência. A Faixa de Gaza, eu vi em uma entrevista eu erreí, é menor do que eu falei, eu falei 20 por 80, ela é menor, parece que é 15 por 40 ((acha graça)) é menor do que eu falei, e é toda murada Israel, porque os VANTs que tem

aqui são os VANTs que eles venderam, os israelenses. Meu, eles têm toda essa tecnologia e teve o conflito na Faixa de Gaza foram arremessados, saíram de território... míssil é um negócio enorme, não é? 3 mil e 500 mísseis foram disparados em território Palestino para território Israelense, com todo esse bloqueio, eles conseguiram contrabandear, que é o mesmo princípio de mercadoria, produzir e colocar lá. Então, só o trabalho ostensivo não adianta, e Israel conseguia identificar da onde saía o míssil para fazer fogos de contrabateria e destruir o local. Por quê? Trabalharam com inteligência, também. Então, só se vender para a sociedade ou falar, “olha, segurando a fronteira de Brasil e Bolívia vai diminuir a quantidade de droga”, não vai diminuir, não vai, vai se gastar muito e vai gastar errado, você tem que gastar nisso, mas naquelas medidas do plano estratégico de fronteira que é aumentar o efetivo das polícias, capacidade operacional dela, resolveria. É um trabalho de pesquisa, como eu estou aposentando, nós não temos 500 policiais federais combatendo o tráfico de drogas no Brasil tem umas mil e 500, eu tenho... eu combato...

P: Para o território todo ou só para fronteira?

R: Para o território todo. Especializados em repressão, eu tenho 2 mil e 500 policiais, meus policiais que estão na fronteira você combate crime ambiental, você combate contrabando descaminho, você combate crime financeiro, você combate tráfico de pessoas, você tem o trabalho normal, os crimes de corrupção, previdenciário, têm todos os crimes de atribuição da Polícia Federal que também existe na delegacia de fronteira, é óbvio, você prioriza o efetivo maior de combate a drogas ali, mas se eu pegar especializados na Polícia Federal de combate de tráfico de drogas, são 500 policiais, entre delegados, agentes, são 500 policiais, aí, eu tenho outros crimes, tem corrupção, Lava Jato, tem eu tenho que ter policial para fazer isso, daqueles 11 mil e 400 que esse dado é público, eu tenho 5 por cento, esses 5 por cento, o ano passado, apreendeu 33 toneladas de cocaína, em 2013 apreendeu 41 toneladas de cocaína, esses 500 policiais. O que é que eu faria com mais mil?

P: Completa.

R: O que é que eu faria com... por isso que eu... o raciocínio, o ministro aprovou e a presidenta aprovou, me dê mais mil homens, eu triplico essa apreensão, eu quase consigo apreender quase tudo que vai para o mercado consumidor nacional. E quando você vê, no combate à cocaína, se você é efetivo, ou não? Objetivo tutelado pela lei

de drogas é saúde pública, então, por mais que fala, “mas a cocaína continua... como você vê se você está sendo efetivo ou não no combate?”, se o preço da droga no mercado subiu ou abaixou, se continua uma dose ali, um papelote há 10 reais, se ele subir para 20, 'opa!', a repressão melhorou, ou se o grau de pureza é o mesmo, muitas vezes continuam essa droga que vende a 10 por cento e um grau de pureza 50 por cento, continua sendo vendida a 10 reais, mas com grau de pureza é 25, eu estou atingindo, ou seja, a pessoa está ingerindo menos droga, que é cocaína, o restante ali é farinha, codeína, que não faz... que não causa dano à saúde. Mas, a repressão está sendo eficiente. Então, pode acontecer que o mercado vai subir o preço, a quantidade de cocaína comercializada vai ser menor, e vou atingir quanto mais caro menos a pessoa compra e menos prejuízo a saúde dela ocorre, então estou sendo efetivo. "Me dê mil homens eu consigo triplicar a apreensão". Então, eu consegui esses dados com 500 policiais, trabalhando o quê? Na inteligência, um trabalho integrado de coordenação em Brasília que em quatro anos conseguimos fazer, uma investigação lá em Chuí de um traficante que em Brasília está sabendo que tem ligação com a delegacia de Cáceres, há essa troca de informações, a gente consegue com efetivo menor um resultado maior, por isso que o plano era aumento do efetivo, eu aumentar o número de policiais na região de fronteira. Por quê na fronteira, também? Porque dentro do Brasil, o Fernando Beira-mar, o primeiro comando, comando vermelho no Rio, o PCC em São Paulo, eles nunca conseguiram dominar a cadeia de transporte. A cadeia de transporte são... é um esquema organizações criminosas de matriz mafiosa que eu chamo, que operava desde a época do contrabando, no interior de São Paulo, que chamava contrabando de café, café era produzido em São Paulo e contrabandeado para o Paraguai, contrabando de café e soja nos anos 1970-1980. Aqueles grupos que trabalhavam no contrabando migraram para o tráfico de droga, então eles dominam a estrutura de transporte, eles têm a corrupção de agentes públicos nos mais variados níveis, tem o 'know-how', como fazer, se você ver foto de um caminhão, a gente fala mocó, não é? Parada de mocó e transporte de cocaína dos anos 1970 é o mesmo, caminhão de leite, é o mesmo mocó que você aprende hoje, ou seja, o mesmo 'know-how', passou. Então, esses grupos têm o domínio, tem o poder de armas muito grande, teve guerra no Paraguai e na Bolívia para esses grupos de São Paulo e Rio dominarem o transporte e não conseguiram. Então, eles se associaram e continuam transportando, se eu acompanhar os transportadores eu consigo apreender grande quantidade, essa é a

filosofia da Polícia Federal, nós acompanhamos os transportadores, os vendedores, os transportadores e os grandes compradores. Não tem como, muitas vezes o estado, jogar a responsabilidade, “ah, a patrulha fronteira que define o problema”, não, eu tenho o comprador, se eu tenho o comprador, alguma forma essa droga vai entrar, porque eu tenho quem pague, se eu pegar um caminhão de soja com quase carregado com 40-50 mil quilos de... de grãos, de soja, eu coloco 100 quilos de cocaína ali, como você vai passar uma barreira com o exército, como vai descobrir? E muitas vezes o motorista não sabe o que está transportando, às vezes no interrogatório se o cara sabe que está transportando ele se entrega, às vezes ele não sabe, é só passar ali na ponte, em Ilha Solteira, em Jupia ou mais para cima ali em Aparecida do Taboado, você é paulista você vai me entender, a quantidade de caminhão que passa. Qual caminhão está transportando 100 quilos? Pode estar com 500 quilos, qual que está? Você não sabe. Qual caminhoneta, às vezes, carros de luxo, você pega um mocó aqui, você faz a funilaria fica perfeito, como que vai saber que está transportando? Qual carro está transportando? Ou, quando muitas vezes, vem de avião, como eu te falei 60 por cento chega de avião já no interior de São Paulo, então muitas vezes não adianta esse trabalho de fiscalização. Agora, quem está comprando? Essa estrutura de transporte tem alguém que organiza, isso é o nosso foco, um efetivo maior, um maior resultado. Por isso que a gente comenta, tem uma interação com as Forças Armadas? Tem que ter, esse trabalho de fiscalização, até soberania nacional, militar, 'Nossa!'... idealista, uma opção idealista, nós gostamos disso, mas tem que ter esse trabalho, só que só investir nisso... Estava colocando, é fundamental você identificar quem compra a mercadoria, é isso a nossa... a nossa doutrina da Polícia Federal, é você pegar todas as apreensões de drogas das polícias estaduais, das polícias militares, principalmente, as próprias apreensões das Forças Armadas da operação Ágata, vai confirmar o que eu falei, um efetivo menor, efetivo menor, focado na inteligência e um resultado maior. Isso está sempre falando de cocaína. Às vezes você vê apreensões de... nunca se confunda... combate da maconha é diferente da cocaína, o cuidado que você tem no transporte da cocaína, até por ser um número menor, é bem diferente do que o da maconha, a produção do Paraguai de maconha são 6 mil toneladas, ((enfaticou)) quase 80 por cento dessa produção atende o mercado nacional, consumo de maconha é até maior, o volume é maior, a cocaína são 100 toneladas, é diferente, são 60 ((enfaticou)) vezes mais a quantidade de cocaína que entra em território nacional. Você pode até falar são menos eficientes no

combate à maconha, nós trabalhamos muito com a erradicação, não é? Erradicação do território do Paraguai, então é outra filosofia de combate que parte da Polícia Federal, a gente prefere cortar do que realizar a apreensão, nós focamos mais a inteligência na cocaína, não que deixamos de combater a maconha, não é? Muitas vezes, principalmente no mercado consumidor, o traficante, ele comercializa maconha e cocaína, mas é diferente a estratégia e nós focamos mais na produção dentro do Paraguai pela parceria que nós temos. E focamos mais a inteligência no combate a cocaína, até pelo prejuízo maior, e até porque o efetivo não é muito grande. Talvez se eu conseguisse esses 1 mil e 500 homens eu colocaria um número maior de policiais para focar também na maconha, mas a gente tem que focar, temos focado, pelo valor também não é? Um quilo de cocaína, pela seletividade e o lucro que dá ao traficante, um quilo de cocaína na Bolívia é comprado a 5 mil dólares, um quilo de maconha no Paraguai é 250 dólares, bem diferente as duas mercadorias, não é? Em pensar que tem um número maior de pessoas interessadas e o lucro é maior quando consegue vender, e ele... o poder econômico se fortalecendo se torna uma pessoa mais difícil de se investigar com mais poder. Então, o nosso foco é sempre quem está comprando, quem está distribuindo. E isso, nesse contato com as Forças Armadas, não que vai dissociar, mas não é a gente focando nisso que vai se dar resultado, é essa... por experiência própria, da instituição, contribuição nossa de combate ao tráfico de droga também, o 'know-how', que a gente tem no combate a gente acredita nisso, e exemplos de outros países, não é? Se a gente investir tanto, por que é que então o exército americano não conseguiu barrar a entrada de cocaína no território nacional, por que é que o exército Israelense não conseguiu barrar a entrada de mísseis dentro da Faixa de Gaza, no território tão pequeno só com trabalho ostensivo, por isso nós acreditamos mais na inteligência. As duas coisas têm que existir, só que se eu tivesse 10 reais para investir, eu investiria em quê? Identificar quem está comercializando, é mais fácil, é mais fácil, eu tenho 100 pessoas que passam na fronteira, uma vai estar fazendo tráfico de drogas, 99 não, e essa pessoa que está fazendo tráfico de droga tem que identificar quem é, porque tem 99 pessoas ali que são pessoas de bem que estão passando na fronteira, são bolivianos, são paraguaios, estão ali fazendo negócio ali, tráfico de mercado lícitas ou viagem de turismo, intercâmbio. E tem um ou dois que está cometendo crime, eu tenho que identificar e não são... a maioria ((acha graça)) estão na fronteira, eu tenho que identificar quem são essas pessoas, qual o interesse dela, esse é a nossa doutrina.

P: E com... a relação com a polícia boliviana ou com as instituições bolivianas para esse fim, como se dá?

R: Nós temos acordo de cooperação com a Bolívia desde 2008, desde 2008 nós temos um acordo com a polícia boliviana, nós tínhamos um acordo via MRE, de repressão a narcótico junto com o governo boliviano, e depois nós fizemos com esse acordo guarda-chuva um acordo com a polícia boliviana e os resultados foram excelentes. Nós temos policiais trabalhando dentro, além o Adido, um auxiliar de Adido, e oficiais de ligação, policiais brasileiros trabalhando em território boliviano junto ((ênfatisou)) com policiais bolivianos, mas eles não têm arma, eles não operam...

P: O território é na fronteira?

R: Não, não. Tem em La Paz e Santa Cruz, Santa Cruz de La Sierra e La Paz, eles não operam, mas troca bastante informações. Trocamos informações, coordenamos operações conjuntas, ostensivas, às vezes eles querem fazer o lado boliviano a gente faz do lado brasileiro, que tem que ter essa fiscalização de vez em quando, mas não é essencial, mas nós fazemos, também. Trocamos policiais de investigação, às vezes policiais bolivianos estão operando nossa base de inteligência no Brasil, policiais brasileiros às vezes operando com eles lá, além desses oficiais, eu tenho policiais operando, eu tenho fixo, oficial de ligação em Santa Cruz e tenho dois ou três policiais lá intercambiando com a FELCN que é... você conhece então nós trabalhamos junto com a FELCN. E também policiais dentro das nossas bases aqui, às vezes para facilitar a tradução, coisa que não opera, não estão armados, não prendem ninguém... mais, troca de informações, de inteligência. Com a mesma cautela nós trabalhamos com eles, trabalhamos em conjunto com eles e os resultados são bons. Eu acho que há restrições, sabemos que... eu sempre falo que as instituições são boas, os homens não tão bons, a polícia boliviana é boa, tem problema como a minha instituição também tem.

P: E o nível de institucionalidade em geral do estado lá também é mais baixo do que aqui, não é? Número de corporações mesmo, de efetivos e presença do estado nas fronteiras.

R: É um país pobre, não é? Se você vê pelo PIB, pelo tamanho dele e pelo tamanho de Mato Grosso e o PIB é menor do que o estado de Mato Grosso, é um país pobre,

parte da economia gira em torno da produção de petróleo, a extração de estanho diminuiu bastante, é um país pobre.

P: Sim.

R: A produção, tem que falar esse uso, não é? Tradicional da folha de coca.

P: Vocês têm alguma visão dessa deliberação atual governo boliviano sobre a produção tradicional da folha de coca e também sobre a saída da DEA do país?

R: Se você pegar a história, é bom você... eu vou te passar o nome dos livros e você ver, para você entender, e os dados do UNODC também tem esses dados. A área plantada chegou a 130 mil hectares, de cocaína plantada na Bolívia nos anos 1970-1980, nós tivemos governos ali, que é narco governo, comprovado, narcos governos que dominavam, Garcia Meza, Hugo Banzer, eram ligados a narcotráfico, eram militares ligados ao narcotráfico. Essa área plantada de 130 mil hectares, Roberto Suarez, um dos maiores traficantes, um filme interessante do Al Pacino para você... como que é o nome, 'Scarface', do Al Pacino, você vê que é um traficante de Miami que vinha para a América do Sul, se contactava com o comprador aqui. Aquele personagem do vendedor era o Roberto Suarez, que nos anos 1980, ele prometeu, fez uma proposta de pagar dívida externa da Bolívia, desde que deixassem ele operar, a mesma proposta que o traficante colombiano, que... um traficante grande traficante que morreu morto em 1993, fugiu o nome dele, a mesma proposta que esse traficante colombiano fez ele fez também de pagar a dívida externa. Inclusive, Roberto Suarez era o fornecedor desse, me fugiu o nome dele agora, desse traficante colombiano. Então, ele dominava, área plantava de 130 mil hectares, uma ação efetiva da DEA diminui bastante a área de cultivo, os dados são 30 mil hectares, para consumo interno de 15 a 18 mil hectares para o consumo tradicional ((ênfatisou)) do povo boliviano, de chá de coca... o índio nativo mascar a coca é costume tradicional, e o excedente que é utilizado, destinado a produção de... de cocaína, de cloridrato. Então, esse mercado não daria para atender todas as demandas, então parte da cocaína produzida no Peru, e essa cocaína, já a pasta-base, é levada para a Bolívia. Até porque área plantada hoje, grande parte são 30 mil hectares, os dados da própria ONU, de 15 a 18 mil é para consumo interno, aquele excedente é para produção de pasta, produção de cocaína, e da inteligência nossa, o volume que sai de cocaína da Bolívia com destino ao Brasil, não... essa quantidade, de 7-12 mil hectares seria o suficiente para produzir aquela quantidade. Então, vem cocaína do Peru, Bolívia, Bolívia-Brasil, isso é dado

de inteligência que nós temos desde 2008. Eu trabalhei em Mato Grosso com o superintendente lá de 2007 a 2010, são dados de inteligência que nós tínhamos, voos regulares do Peru, Bolívia, Bolívia para cá. Então, quanto à atuação do Evo Morales não aumentou a área plantada, não sei se houve tanta liberação como se fala. Uma coisa que poucas pessoas falam, até propaganda negativa para a Coca-Cola, que os Estados Unidos importam folha de coca, se tem essa informação, utilizam folhas de coca para a produção da Coca-Cola. O que o governo boliviano, aí, não estou defendendo, não estou acusando, eu acho justo o pleito deles, é um costume tradicional, há 3 mil e 500 anos a população índia ali consome, masca uma folha de coca, isso está provado – gente... – eles querem continuar com esse direito, que é o respeito, desde que tenha o controle. E tem convenção da ONU, ela disse que simplesmente teria que erradicar todo ((enfaticamente)) o plantio, era para terminar isso em 1985, nenhuma produção de coca para esses fins tradicionais poderia existir, poderia existir para fins comerciais. Eu acho uma injustiça, para fins industriais, ou seja, aquela área plantada para a Coca-Cola poderia, para multinacional, para o consumo do povo boliviano tradicional não? Eles teriam que mudar a cultura deles. Eu acho um pouco de arrogância esse discurso, o meu ponto de vista, “ah, estou sendo ingênuo”, posso até estar sendo ingênuo, mas o quadro que se desenhou, então você permite que se exporte para a Coca-Cola ou para outra coca ou outro consumo industrializado ou farmacêutico e você não permite para o uso tradicional. Não é mais fácil você fiscalizar e controlar? Não é mais fácil você dar uma alternativa para o pequeno produtor que planta a coca? Uma oportunidade, um salário ou uma oportunidade no valor de uma cultura que ele plante a um valor equivalente destinado ao que o traficante paga pela produção de folha de coca? São alternativas que eu vejo viáveis. Eu estou vendo com uma análise crítica, e aí, vem um pouco de história, “ah, aumentou a área plantada”, de vez em quando vem esse discurso – gente... – a área nos anos 1970-1980 se você ver era 180 mil hectares, diminuiu bastante, e não aumentou tanto no governo Evo como eles falam, aumentou muito mais o Peru nos últimos... (inint) em 2010, quando houve a repressão à droga, o Peru aumentou a área, e o Peru não é tão acusado quanto a Bolívia, não há acusações tanto quanto o aumento de área.

P: É porque eles fazem uma defesa pública do uso tradicional e há muito preconceito também não é?

R: Eu penso... eu vejo um pouco o preconceito nisso. Se você ver a convenção da ordem de combate à corrupção em 1962 ali é bem claro, olha, "a erradicação de toda área... de toda área de produção de coca, até 1985", deram um prazo de 20-25 anos para isso, e preservando-se para uso medicinal, uso industrial e farmacêutico. Uma hipocrisia, não é? Defender o interesse da Coca-Cola e o povo tem que mudar a sua cultura? Eu acho que é hipócrita, então vamos acabar com tudo, não é? Vamos erradicar, é uma planta banida e vamos erradicar todo ((ênfatisou)) toda a produção dela. Mas, a produção de... a quantidade de folha que vai para exportação para a Coca não é tão grande, não é? Não é algo, ah... se tivesse... se não salvo engano, que eu li, de 90-100 hectares para atender o mercado da multinacional, 100 hectares plantados atenderia o mercado da multinacional, onde que hoje a área hoje plantada é de 450 mil hectares, para você extrair essa produção de cocaína de quase mil toneladas.

P: É ínfimo, não é?

R: É ínfimo, mas mesmo assim, porque eu tenho para atender a população boliviana e também, salvo me engano, também... tem esse costume de mascar no Peru, que é dos incas, e na Colômbia, para atender o consumo deles é em torno de 15 mil... 15 mil hectares. A embaixada brasileira, se você tiver oportunidade... se não foi e tiver a oportunidade de ir, o pessoal acaba servindo ali, porque é o costume deles como café, chá de coca até para combater os efeitos de altitude, a quantidade de alcalóide que tem é mínimo, é mínimo. Mas, eu acho que tem que respeitar então, ou então, "ah, não pode para o consumo tradicional da Bolívia, Peru e Colômbia, também não pode comerciais".

P: Bom, eu queria saber se a polícia tem alguma percepção sobre o impacto do combate ostensivo na região de fronteira para a população. Se vocês têm alguma devolutiva, se fazem algum tipo de estudo, de contato com a população civil que está ali.

R: Não, a gente não tem essa pesquisa, esses dados. Toda cidade fronteira é complicado, você tem grande... não é preconceito, mas há um aliciamento das pessoas para os tráficos, é o contrabando, contrabando e tráfico de drogas, as vezes por falta de emprego, as vezes por falta de desenvolvimento econômico dessas cidades, e aí, os jovens são seduzidos para esse mercado, serem utilizados como transportadores de drogas ou comerciantes de droga, de drogas ou contrabando e

descaminho. Então, eu vejo que tem que ter um investimento maior de outros ministérios ali para evitar que esses jovens sejam aliciados pelo crime, seja para o contrabando, seja o tráfico de droga. Então, ter um investimento ali em políticas públicas, educação, políticas públicas, disponibilidade de emprego para as pessoas não serem aliciadas. Eu trabalhei em... minha primeira lotação foi em Três Lagoas, em 1996, só tinha pecuária em Três Lagoas quando eu morei ali, você via o número interessante de traficantes, de grandes traficantes dentro da Polícia Federal, a gente respeita, a gente fala traficante de tom, que mexe com tom de cocaína ou maconha, que eram oriundos de Três Lagoas, e a minha conclusão de forma empírica, não tinha uma pesquisa, mas você via de forma empírica, é que o cara de Três Lagoas, ele conhece o mercado consumidor de São Paulo, quem compra e conhece quem fornece em Corumbá, ele é sul-mato-grossense, ele conhece e conhece aqui. Então, grandes traficantes ((acha graça)) infelizmente saíram de Três Lagoas. Aí, você vê, com o passar do tempo, houve investimentos, várias indústrias em Três Lagoas, hoje indústrias de papel enormes são duas ali, várias indústrias instaladas ali, tem uma unidade da Petrobrás ali de fabricação de ureia, a cidade cresceu muito e o número de jovens aliciados pelo crime diminuiu. Hoje é interessante, você acompanha... é difícil você encontrar um traficante crescendo, médio, oriundo de Três Lagoas, e antigamente os maiores sempre saíam de lá. Por quê? Oportunidade de emprego, o cara tem oportunidade de estudar, fazer uma faculdade, arrumar um emprego ali e não é aliciado pelo crime. Porque o traficante, ele começa pequenininho, não é? Vai lá, um quilinho, dois quilinhos transportando de ônibus, da viação Reunidas, pega a Reunidas lá, Corumbá-São Paulo, Corumbá-Lins ou Corumbá-Araçatuba, de lá distribuindo, depois vai crescendo, e assim todos eles começam, assim. Então, essas pessoas, com oportunidade de emprego, oportunidade de estudo, não são aliciadas pelo tráfico. A percepção que a gente tem na fronteira, a gente não tem esse estudo, mas Corumbá, Cáceres, Guajará Mirim que são cidades fronteiriças, mais para cima ali Epitaciolândia, que é Assis Brasil, é no Acre, você vê muitas pessoas sendo aliciadas pelo tráfico, tráfico de drogas, contrabando e descaminho. Essa é a percepção que nós encontramos.

P: Está bem.... se o senhor tiver mais alguma observação.

R: Não, não, só isso daí. Não acho que... o foco principal é defesa e polícia, tem que... essa integração tem que ter, o trabalho é um pouco distinto, se a gente está falando,

se você escolheu... se fosse Paraguai é um pouquinho diferente, eu acho que o trabalho ostensivo na região da fronteira com o Paraguai, até pelo volume maior de maconha e de contrabando que passa ali ele é mais... dá um resultado maior do que na fronteira com a Bolívia, porque a mercadoria, que a gente está falando de cocaína, é esse tamanho que você tem que pensar, vai entrar no Brasil 100 para nosso mercado interno e 100 passando aqui em trânsito, 200 toneladas, você imagina três caminhões de Bertin ali, três caminhos Bertin, transportando essa cocaína. Já demos cana em três caminhões-frigoríficos, saindo de Mato Grosso, estava indo para São Paulo, cada um com 400 quilos de cocaína, eram caminhões-frigoríficos, foram preparados no fundo do caminhão ali, colocaram a cocaína, fizeram a câmara frigorífica, carregaram de carne e estavam indo para São Paulo. Como você vai achar cocaína ali? Aí, nós tivemos a informação da inteligência, e paramos os caminhões, descarregamos toda... aqueles quartos dianteiro de boi e achou a cocaína ali, 1 mil e 200 quilos estava indo para São Paulo, em três caminhões, três caminhões não eram trucados, eram caminhões pequenos. Então, inteligência. É... sempre quando você pensar em cocaína, no trabalho, é o volume e como que eu vou combater isso? Imagina se daria para patrulhar para ver aonde que vai entrar, imagina distribuir as 200 toneladas, 200 mil quilos, por três mil quilômetros de fronteira, vou passar... passando um quilo a cada três quilômetros, você passa um quilo a cada três quilômetros, você tem que passar por uma ação toda. Como eu vou patrulhar esses 3 mil quilômetros? Então, se o problema seu, o foco, a escolha do trabalho é cocaína, começa a imaginar com isso. E vou te passar o nome de alguns livros ali...

((fim da transcrição))

APÊNDICE N
ENTREVISTA COM VICE-PREFEITA DE CORUMBÁ

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Márcia Rolon)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

9 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

(...) ((corte))

((ruído))

R: Aqui foram todas as... para você ter uma ideia de quem é que a gente convidou, preparar, a diretoria departamental de imigração, fiscal do distrito de Santa Cruz... eles têm muita coisa lá. Então, olha só, o tanto de autoridades que fizeram parte na primeira reunião. Entendeu? 17...

P: Essas reuniões começaram agora em 2012?

R: Em 2014.

P: 2014? E antes não existiam?

R: Nunca existiram. Então, na verdade foi assim, uma conversa nossa. Nós ((enfaticou)) procuramos... a Bolívia para falar... como não somos obrigados mesmo de cima para baixo, que eu acredito muito no plano da fronteira, que a fronteira teria que ser uma região, ter recurso próprio, ter um acordo de cooperação bem com todos os países vizinhos, porque a gente vive de educação e saúde, principalmente. Cultura é o de menos ((acha graça)) é 'assim'. Mas, financeiramente, para o município, é muito peso. Então, somos em 107 mil, mas tem lá Ladário e tem o fluxo todo. Para você ter uma ideia, vem gente aqui que... mais de 250 bolivianos apresentam o mesmo ((enfaticou)) endereço de...

P: De residente?

R: De residência, que é uma boliviana que realmente mora aqui, ela passa para todo mundo e tem que ter um atestado de residência para você conseguir isso e isso, um comprovante de residência. Então, achamos sérios problemas de saúde. E de educação, temos mais de 800 ((enfaticizou)) bolivianos que estudam nas nossas escolas. E que voltam todo dia para lá e o Ministério da Educação não vê isso como esse fluxo. É um fluxo de pessoas que não ((enfaticizou)) são brasileiras.

P: E que censo não pega porque eles não estão aqui.

R: O censo não pega porque eles não estão aqui. E falta recurso ((enfaticizou)) e tem coisas gravíssimas, como a pessoa está passando mal, ((enfaticizou)) precisando fazer um parto por exemplo, e não consegue por deficiência na área da saúde, chega aqui no limite, ((enfaticizou)) com a criança nascendo, deixa a criança, some ((enfaticizou)) e não volta nunca mais. ((enfaticizou)) A criança com deficiência e tal, então isso é um dos casos, mas vários outros casos que eles chegam, e que a gente tem que encaminhar e a criança, essa pessoa, até para Campo Grande porque aqui também não tem UTI neonatural. E quem paga é o Governo Federal e a pessoa...? Ela é boliviana. Então, nós temos uma faixa de fronteira em que se tem essa cooperação, nós jamais negamos atendimento nem de educação e nem de saúde. Mas, nós temos problemas sérios. A carne, por exemplo, não sei se você viu. Se você abrir no nosso site da prefeitura, foi apreendida. Foram apreendidos carnes. Tem em restaurantes aqui, que para diminuir o custeio, vai comprar carne na Bolívia, onde não tem a questão da Vigilância Sanitária nossa, traz essa carne para cá para vender nos restaurantes ou até nos açougues. Então, se nós tivéssemos esse olhar com região e tivéssemos as mesmas leis de Vigilância Sanitária e de saúde, 'aqui' e 'aqui', nós poderíamos nos proteger melhor e dividir até o consumo, o turismo acontece. O pessoal, todo mundo que vem aqui, o turista vai fazer compras em... ali em Porto Quijarro, eles vão para o shopping fazer compra, e tal. Nós fizemos um levantamento, que as compras, eu não tenho números aqui, mas tenho a pesquisa que eu posso mandar. Os números de gastos durante o período de carnaval no ano passado, foi muito maior na Bolívia em Porto Quijarro do que em Corumbá, o nosso comércio. Então, isso é... que agregamos valor para eles. E aí, a gente vai lá e mostra "ó está aqui. E em troca precisamos disso". Então, não tem essa cooperação realmente, esse olhar. Eu sinto muita dificuldade disso. Mas...

P: De instrumentos formais?

R: Instrumentos formais e legais de cooperação, de atividade, as pessoas ficam horas ((enfaticou)) às vezes dentro... para dar permissão de saída e de entrada, sendo que nós poderíamos ter em um espaço único, ((enfaticou)) o mesmo espaço, os brasileiros e bolivianos trabalhando na Receita Federal, dando saída e dando entrada para conseguir fechar num único lugar, onde as pessoas não podem, não possam falsificar documentos, porque dez passos daqui para cá e a hora que eles falsificam documentos. Dez passos ((enfaticou)) colocam os coiotes aqui, levando as pessoas para São Paulo. Aqui é que nós tivemos, procuramos o governo da Bolívia. O Paulo Duarte, falou com o próprio presidente, numa pequena oportunidade, rápida oportunidade que o presidente Evo veio, falou assim, "nós queremos um órgão seu que fale de fronteira, para a gente conseguir conversar, para pelo menos solucionar o problema que é a saúde e roubo de veículos. Então, as pessoas querem passar por aqui porque fica com medo e tal". "OK". Na semana seguinte já tinha todo um grupo da ADEMAF que é a agência de desenvolvimento de fronteira deles – você sabe, não é? – então, e a ADEMAF veio aqui para conversar. Então, tivemos uma primeira conversa macro, ((enfaticou)) onde o primeiro levantamento foi sobre segurança. Então, nós temos, na ata, tudo o que foi colocado. Mas, nós temos uma grande dificuldade. Porque nós começamos então a conversar do micro, ((enfaticou)) para que o macro nos olhem. Então, quando começou por exemplo, para desenvolver essa região 'aqui' na área de transporte aqui, a gente precisa da ANTT. E aí, a gente precisa também conversar lá em cima com a Bolívia, que a Bolívia tem que liberar os ('bitrains') que não andam lá. E põe "como é que a gente vai fazer que o caminhão naquela subida tal?" "Ah, se abrir 60 quilômetros para cá vai dar". "E quem paga isso?", "alguém que pode pagar isso". Então. Mas, aí, o pessoal lá da ANTT não pode vir, ou vem mas vem alguém... que não pode decidir. Então, hoje eu tenho uma lista de demandas e eu não tenho soluções por falta de ferramentas. Nós resolvemos coisas muito ((enfaticou)) pequeninas. Nós conseguimos, por exemplo, explicar para a Receita Federal, nós não podemos construir um muro ali que ele pediu para o Exército. "Constroi um muro para parar de passar por aquele micro córrego ali com a droga", "meu amigo, muro, a gente constroi em um dia. Cooperação é anos e anos que a gente leva para construir", quando a gente está aqui com um acordo de cooperação. Não vai ser muro que vai adiantar alguma coisa. Não vamos retroceder ou copiar modelos que não... não funcionam. Então, eu... Márcia, antes de ser vice-prefeita, a gente criou um projeto que chama "União Cultural Sul-americana", um

instituto. E a principal visão do instituto é interlocução cultural e cultura de paz por meio da arte para a gente poder começar a olhar para a Bolívia e a Bolívia olhar para a gente como algo de oportunidades e desafios e emprego. E na área artística primeiro, por quê? Porque fala e ninguém põe nada. Então, tem dez anos já o projeto e está bem legal. Hoje já tem mais de dez meninos que são bolivianos contratados na Bolívia, mesmo. Cochabamba, La Paz, e...

((fim da transcrição))

APÊNDICE O
ENTREVISTA COM DELEGADO-CHEFE DA POLÍCIA FEDERAL EM CORUMBÁ

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Sérgio Luiz Macedo)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

25 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

R: ... caminho das pedras, agora não sei, mas tem quem sabe.

P: Certo. Então, se o senhor puder me falar o seu nome completo?

R: Sérgio Luiz Macedo. Eu sou delegado-chefe da Polícia Federal em Corumbá, Mato Grosso do Sul.

P: E o senhor está aqui neste posto, há quanto tempo?

R: Desde junho de 2009. E como chefe desde outubro do ano passado.

P: Se o senhor puder, gostaria de saber como eram as operações da PF antes e depois do plano estratégico de fronteiras, de 2011, como a polícia se organizava e se relacionava com as demais forças, tanto o Exército quanto as forças estaduais?

R: É. Esse plano, ele foi feito exatamente por um clamor popular. Isso. Ele foi criado a partir de um clamor popular, parece que teve alguns incidentes, e me parece que foi abatido um helicóptero no Rio de Janeiro, da polícia. E os grandes centros, eles têm grandes problemas de segurança e uma das – vamos dizer assim – uma das explicações seria a entrada de armas. E é sempre comum se dizer que as armas entram pela fronteira e que a violência, ela – nos grandes centros – se deve ao tráfico de drogas, uma coisa está ligada à outra. E então, a partir dessa premissa – vamos dizer assim – foi criado esse plano nacional de fronteiras. Com relação à Polícia Federal, desse período que eu estou aqui, nós tivemos um incremento de apoio da Força Nacional de Segurança e algum apoio na área de material e pessoal para que nós aumentássemos, além de nosso efetivo, a nossa operacionalidade nessa região, tudo com vistas a evitar que drogas e armas passem por aqui e cheguem aos grandes

centros. Mas, esse incremento foi da ordem de... digamos, 10 por cento aos nossos trabalhos, não mais do que isso. Nós continuamos a fazer as nossas operações, os nossos trabalhos, entende? Nós recebemos uma caminhonete, o pessoal da Força Nacional ficou aqui mais de um ano. Mas, eu não acredito que isso tenha modificado a entrada de drogas e armas por aqui. As armas e drogas que chegam no Rio de Janeiro ou em São Paulo ou em Belo Horizonte, ou em Curitiba, elas também passam por aqui. Mas, existem várias ((enfaticou)) formas e vários locais. Ultimamente, pelas nossas informações, está vindo muita coisa de armas da Venezuela. Eu não tenho como comprovar isso, é de ouvir dizer. E essas operações – vamos dizer assim – ostensivas, midiáticas, elas não inibem o traficante de drogas e de armas. Ele vai mandar ou de avião, ou ele vai mandar de caminhão, num local preparado, e que não adianta, que esse incremento de dez policiais na pista, eles não vão achar essa droga, e não vão achar essas armas. A intenção – vou repetir – me pareceu midiática. Não resolve. Eu gosto de fazer uma comparação com os EUA. Eles têm recursos à vontade e eles não conseguem barrar a entrada de ilegais e de drogas no país deles. Então, aqui, o que poderia, talvez, se fosse um a política mais objetiva, aumentar o nosso efetivo. E isso, sim. Eu teria mais pessoal treinado, específico na área, a valorização do nosso policial que está na fronteira. Existe nas Forças Armadas, o pessoal recebe um valor a mais por estar aqui. O Ministério Público recebe o adicional de moradia, a Justiça recebe, e nós, não. Eu recebo o mesmo que o delegado que está em Florianópolis. Então, eu acho que falta, do governo, essa ideia de nos dar um incentivo para que nós trabalhemos com afinco nessa fronteira. Alguns policiais estão aqui porque gostam, mas esses são a minoria. A maioria vem –a gente chama, de ré – com a ré engatada. Ele quer voltar para casa. Ele quer cumprir aqui o estágio probatório dele de dois anos ou três anos e quer voltar para casa. Eu acho que a política que seria mais útil seria valorizar o policial que está na fronteira, que ele é o responsável pelo primeiro combate, aqui ((enfaticou)) nessa área. Agora, políticas midiáticas, "vamos dar mais apoio ao efetivo", foi o que eu te disse. Foi um incremento de efetivo e de recursos da ordem de 10 por cento.

P: E a estrutura que o gabinete de gestão integrada propõe, que fica em Campo Grande, mas que tem uma equipe aqui, que se reúne em Corumbá, como que se estabelece a relação da Polícia Federal com as outras forças?

R: Sim. Há o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteiras. Foi uma ideia interessante no sentido que aproximou as forças. Então, nós fazemos ações – como o nome já diz – com ações integradas. Nós fazemos reuniões periódicas, e nessas reuniões, sem hierarquia, nós decidimos qual será a próxima ação do GGIFRON. Teve a época que o pessoal estava muito incomodado com roubo de motos. Essa última ação que nós fizemos é porque um setor específico aqui da cidade tinha um (incremento) muito grande de tráfico de drogas. Então, nós resolvemos fazer essa ação. Decidimos o local que a gente ia fazer, qual o efetivo empregável, e nessa última nós não contamos com o Exército, mas já teve em ações antes, inclusive nós contamos com o efetivo do Exército, nós contamos com a inteligência da Marinha, com a inteligência do Exército, e é difícil estar fazendo isso toda semana. Então, normalmente [se] faz reuniões mensais e aí, em decurso de tempo até maior. E nessas reuniões, como eu já disse, sem hierarquia, nós decidimos qual será a próxima ação. Nós discutimos por exemplo, qual o problema que está acontecendo na nossa região no momento. "Ah, nós temos o problema – como aconteceu das outras vezes – tivemos muito furto em Ladário". Tinham grupos especializados cometendo delitos. Então, vamos fazer uma ação conjunta para combater aquele crime ali naquele momento. Há uma separação de tarefas, cada organismo vai realizar uma função específica definida pelo grupo e, normalmente, nós obtemos bons resultados. Voltando a dizer, nós temos o problema do envolvimento de muitos entes. Quando tem muita ((enfaticou)) gente envolvida, essa operação, a última, nós tivemos que abortá-la na data que estava marcada, porque nós tínhamos informações de inteligência de que os traficantes que seriam alvo do nosso trabalho, tinham conhecimento que ia ser realizada uma operação naquele dia e naquela hora. Então, nós abortamos e deixamos para fazer em um momento que nós achamos mais oportuno. Mas, essa integração é altamente interessante para quem está nessa região de fronteira. Porque muitas vezes o criminoso, ele vê assim "não, mas a PM tem só dez viaturas. A Polícia Federal tem não sei quantos agentes". Mas, se juntar os meus agentes com os da PM, o Exército brasileiro tem 500, a Marinha tem 1 mil – entende? – então nós vamos mostrar para o crime organizado que nós somos fortes. É uma forma de você avisar "aqui não está ao Deus-dará", a ideia então é essa.

P: Certo. E há algum tipo de integração com as forças policiais bolivianas? Com a polícia e com o Exército?

R: Sim, nós temos alguma coisa na área de inteligência, mas a polícia boliviana, ela tem um viés e eu não entendo como funciona. Eles trocam de chefia com uma certa habitualidade. Então, eu faço contato hoje com o capitão da polícia boliviana, e na semana que vem, eu ligo e já não é aquele capitão, é outro. Mas, assim, existe, sim, nós já fizemos inclusive reuniões conjuntas, já fizemos operações em que nós dependemos do apoio deles lá na Bolívia e vice-versa. E ocorreram de bom tamanho.

P: E existe algum mecanismo formal para essa relação? Ou não?

R: Eles citam o Tratado de (Roboré), 1900 e não sei quanto...

P: 1958.

R: ... é uma coisa antiga, não é? Mas, na realidade é aquela habitualidade. Normalmente, quando troca o comandante de lá, eles vêm e nos fazem uma visita. Quando troca o nosso pessoal aqui, que eu cheguei aqui em 2009, eu fui fazer uma visita à chefia de lá. Agora, eles têm muitas dificuldades. Eles têm uma escassez de meios muito grande. Mas, existe sim, mas não é, vamos dizer que não seria uma coisa de vulto, ações esporádicas acontecem.

P: E já existiu alguma ocasião de uma força policial precisar adentrar o lado do outro e isso gerar problema? R: Com relação à Bolívia?

R: Não, não... nesse ponto é tranquilo.

P: Quais as principais ocorrências? O que é o principal que a Polícia Federal lida aqui do crime organizado, são armas, drogas?

R: É. A maior parte é droga. Cocaína. Ultimamente andou aparecendo maconha. Maconha era uma droga que era comum somente dentro do presídio, hoje em dia houve várias apreensões. Inclusive nessa última operação do GGIFRON, apreendemos acho que 5, 7 quilos de maconha, um negócio que não é comum aqui. Mas, a maioria é cocaína, é com relação a drogas. Armas, não é muito comum. Já aconteceram algumas apreensões, mas não são comuns. E nós temos, uma série, como uma delegacia de fronteira, nós chamamos de clínica geral. Nós temos toda uma série de crimes que sejam de interesse de apuração da União. Aqui nós temos muitos crimes ambientais. Nós temos o contrabando e descaminho, que é bem constante, não é? E nós temos problema de desvio de verba pública. O Governo Federal remete muita verba para prefeituras e para outras entidades e às vezes ocorre

a malversação desses recursos. Então, tudo isso, nós temos, como é uma região... é, como eu disse, ambiental com relação à pesca, e nós, a Polícia Federal ainda temos alguns serviços administrativos. Nós temos controle de entrada de saída de estrangeiros e de brasileiros – também –, nós temos a nossa... o nosso setor de imigração que é bastante trabalhoso e eu tenho em torno de 20 por cento do meu efetivo fica dedicado praticamente à imigração, emissão de passaportes, visto de estrangeiro... nós temos problema nessa mesma área que nós chamamos de administrativa, de extradição, deportação e expulsão de estrangeiros. Hoje mesmo, algo que eu cheguei aqui pela manhã, eu tive problema com uma estrangeira, e ela está para ser expulsa, com viagem marcada para segunda-feira, e ela foi encontrada numa boca de fumo ontem. Então, toda essa parte que envolve estrangeiro nos demanda pessoal. Nós temos o controle de produtos químicos que nós evitamos que entre o precursor químico para a Bolívia, que ele é utilizado para o refino especialmente de cocaína, é uma área administrativa. Nós temos o controle de segurança privada. Antes de você chegar, tinham duas pessoas aqui. Seguranças, vigilantes, de banco, tudo isso é função da Polícia Federal fiscalizar. E tudo nos demanda tempo. E nós temos pouca gente e poucos recursos para tudo isso. Nós temos um projeto para fazer outra delegacia, e que... a última informação que eu tive é que o Governo Federal, no momento, pelas contingências que são notórias, não há previsão para fazer isso. Então, isso tudo nos afeta.

P: Vocês observam algum aumento na circulação e na apreensão da cocaína depois que a Bolívia declarou a produção tradicional e tem incentivado a produção tradicional de folha de coca?

R: É muito complicado você fazer isso. Eu poderia até te mostrar números de apreensão de 2011-2014 e não vai mudar muita coisa, não. A gente teria que ter essa informação, talvez que seria mais fidedigna na coordenação geral na Coordenação de Repressão de Drogas em Brasília. Então, eles poderiam, talvez eles tenham um pessoal para fazer essa análise. Para a gente é mais ou menos a mesma coisa.

P: Qual a percepção de vocês da relação da PF com a sociedade corumbaense e também das cidades de fronteira? É uma relação boa?

R: Eu vou falar pela Polícia Federal. É devido ao nosso trabalho de vários anos nessa região – eu já trabalhei aqui antes, no Mato Grosso do Sul –, e devido ao trabalho da Polícia Federal é uma polícia respeitada sempre. Nos respeitam, os criminosos – eles

respeitam muito – a população nos respeita muito. Inclusive muitas vezes eles vêm a nós pedindo que a gente apure algo que não é da nossa competência. "Ah, mas eu... eu quero passar para a Polícia Federal porque vocês resolvem, vocês fazem". Então, nesse ponto é muito tranquilo o nosso relacionamento com a sociedade. Não há nenhum problema, a própria Bolívia nos respeita. Nós temos também um respeito pelo trabalho deles. Se eles tiveram algum problema interno com eles, é deles, não é nosso. Mas, o nosso tratamento instituição-instituição, é o melhor possível. Com a população, com os outros entes, com os outros organismos que trabalham na área de segurança, é 'espetáculo' – vamos dizer assim – acima do normal.

P: Eu vi que o município tem uma Secretaria de Segurança Pública. Vocês chegam a ter contato com ela?

R: É. Eu acho que ainda não sei se chegou ao nível de secretaria, não? Tem uma pessoa que é responsável pela guarda municipal, trabalha com trânsito. Inclusive o responsável, eu não sei se já é chamado de secretaria, é um ex-agente da Polícia Federal. Entendeu? Então, no nosso relacionamento também é muito bom.

P: E vocês chegam a ter contato com o consulado boliviano em Corumbá, ou não?

R: Vamos dizer, assim... toda semana.

P: E qual é a pauta?

R: Um preso boliviano. Sempre que nós prendemos um boliviano, ou utilizar de tarjeta de entrada ou documento de entrada e saída falsificado, que é um problema que nós temos já de algum tempo, ou então por tráfico de drogas, é. Acho que são os mais comuns, nós comunicamos imediatamente. Sempre que há prisão de um nacional boliviano, é feita a comunicação para... hoje aqui não temos um Consul aqui em Corumbá. Nós temos um... se não me engano, o cargo seria um agente consular. Mas, ele é um parceiro. Sempre que a gente precisa de alguma coisa, a gente tem um sistema deles de informatização, os documentos deles, mas às vezes a gente precisa confirmar a autenticidade de uma carteira boliviana. Eles prontamente tentam nos ajudar só que eles também têm dificuldades quanto a isso.

P: Certo, obrigada. Há alguma questão específica da fronteira que não perguntei?

R: Aqui é muito bonito. Eu estive agora – e eu não sei se você estava também – nessa... uma expedição da cidadania, você ficou sabendo?

P: Não, não soube.

R: Nós tivemos lá na Barra de São Lourenço. Então, foi uma iniciativa da associação dos juizes federais no sentido de se abrir um canal de diálogo entre ribeirinhos e ONGs e o setor público. E foi uma expedição cansativa. Seis horas numa lancha pequena é complicado. O pessoal que foi no barco da Marinha, dez dias viajando, por aí. Mas, o que se vê de natureza, da beleza, quando nós estávamos voltando, tinha, nós passamos, nós estávamos em duas lanchas, teve uma revoada de garças, como que mostrando o caminho do rio para a gente. O colega, acho que até chegou a filmar. Um espetáculo. E isso nos dá uma responsabilidade maior de tentar manter isso. Foi uma audiência de quase sete horas, e os mosquitos, ele não respeitam se você é da polícia ou do Ministério Público – entende? – ((acha graça)) eles vão em cima de todo mundo. Eles só respeitam os ribeirinhos. Mosquito, com o braço cheio de mosquito, e o ribeirinho, a criança desse tamanhinho do meu lado, e nenhum mosquito nela. Não sei como é que eles fazem. ((acha graça)) Mas isso nos dá uma responsabilidade muito grande. Tive uma oportunidade de conversar com o pessoal do ICMBIO, o Instituto Chico Mendes, e há essa preocupação governamental e extragovernamental, e não governamental, no sentido de se preservar e conservar o pantanal. Está legal.

P: Está bem. Muito obrigada.

((fim da transcrição))

APÊNDICE P
ENTREVISTA COM DELEGADA DE POLÍCIA CIVIL DO MATOGROSSO DO SUL
EM CURUMBÁ

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Joilce)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

11 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

P: Boa tarde. Delegada, desde quando a senhora está e quais são as suas funções e as atribuições em geral?

R: Sou delegada regional de Corumbá que atende as cidades de Corumbá e Ladário. Estou no cargo desde fevereiro, mas já estou há três anos em Corumbá. Trabalhei dois anos na delegacia da mulher e um ano no 1º DP. Assim, as divisões são a Delegacia da Mulher, Delegacia da Infância e Juventude, 1º DP e Ladário. São quatro delegacias subordinadas à delegacia regional.

P: O que há de específico em temas de região fronteira que vocês trabalham nessa delegacia?

R: Na verdade, por sermos fronteira com a Bolívia, aumenta o tráfico de drogas e, conseqüentemente, roubo e furto. Mas, existem todos os demais crimes de um país para o outro é da competência da Polícia Federal e não é nossa. Então, tráfico de drogas, droga que sai da Bolívia para ser vendida em outro local, não é com a gente. O nosso, são bocas de fumo, as pessoas que vendem dentro de Corumbá, para pessoas de Corumbá, dentro da cidade.

P: E o trabalho do Gabinete de gestão Integrada de Fronteira que existe aqui em Mato Grosso do Sul desde 2012 e a equipe que trabalha em Corumbá, modificou a rotina da Polícia Civil em Corumbá com relação ao trabalho de luta contra o tráfico? Como é que funciona?

R: Na verdade, não. O que nós temos é um apoio bem grande de todas as forças policiais no dia da operação. Nós montamos uma operação policial, uma vez por mês

ou uma vez a cada dois meses e aí, todos participam. A Polícia Federal, a Polícia Civil, Militar, PRF, o DOF, todos em conjunto. Nesse dia, sim, nós temos um apoio muito grande. Fora isso entra depois cada um na sua competência.

P: E como é a relação da Polícia Civil com as demais forças? Estaduais e a Federal e o Exército também, nessas operações?

R: Temos um bom relacionamento. Aliás, inclusive que passa pelo GGIF mesmo, temos muitas reuniões juntos, estamos sempre em contato. Então, temos um bom relacionamento com todas as demais entidades de segurança.

P: Com relação às ocorrências de homicídio, há muito envolvimento de bolivianos?

R: Não. Quase não temos. A maioria dos crimes que nós temos aqui, os autores são brasileiros. Do tempo que eu estou aqui, a única vez que teve prisão de boliviano foi por dirigir veículo embriagado, isso a gente tem bastante. Mas, fora isso, o povo boliviano é um povo pacífico e eles se sentem submissos ao brasileiro. Então, existe essa submissão. Eles não se sentem igual ou superior. Eles estão sempre se pondo em condições de submissão. Então, em todas as situações de crimes que acontecem aqui, eu digo assim, o fato de a gente ser fronteira, existem aproximadamente 20 mil bolivianos morando aqui, residindo aqui, a família, e mulher e filho e criança. Eles, não... não aumentam o índice de criminalidade na cidade. Não são eles que praticam roubos e furtos, não são eles donos de bocas de fumo. Não são eles traficantes que vendem aqui. Então, existe, sim, um aumento alarmante de tráfico de drogas por sermos fronteira, porque a droga é muito barata na Bolívia. Não existe nenhuma outra cidade do país onde tem paradinha de 1 real, que é a droga que o usuário compra para consumir (pasta-base, maconha, cocaína). Eles embalam em trouxinhas e chamam ou trouxinhas ou paradinhas. Só em Corumbá.

P: Quantos gramas ela tem?

R: Não tenho ideia. É uma quantidade mínima, mas é o único lugar que tem de 1 real. Então, tem de 1 real, 2 reais, 3 reais, de 5 reais. E geralmente outras cidades, é a partir de 10 reais a mais barata.

P: E essa é consumida aqui no município?

R: Consumida aqui. Geralmente pelos moradores daqui. Então, isso aumenta muito ((enfaticamente)) a quantidade de moradores de rua que vem para cá atraídos pela droga

barata e ficam, dormem durante a noite praticam roubos e furtos para poder sustentar o vício e também dos usuários de droga mesmo, em Corumbá. Sem ser moradores de rua, filhos, geralmente adolescente, que é uma quantidade que vicia mais rápido. Então, aumenta muito – muito – a quantidade de roubos e furtos em razão de sermos fronteira. Mais pela droga ser barata, não pelos bolivianos virem praticar crime aqui.

P: Tem alguma ação, dos brasileiros ou dos corumbaenses de tratar os bolivianos como inferiores, também? A senhora nota, ou não?

R: Eu não noto esse tratamento com eles não, mas eles se sentem, sim. A gente percebe quando eles chegam na delegacia, nesses crimes que eu fiz prisão deles, eles são muito submissos. Eu comparo assim, porque a fronteira com o Paraguai é uma fronteira muito perigosa, porque os paraguaios, eles se sentem superior – não superiores – mas eles são valentes. Eles resolvem, matam, resolvem na facada, é um povo assim, que... que qualquer coisa, já... lá tem muita pistolagem, isso, aqui não tem ainda. Então, comparado ao povo paraguaio, eles são bastante submissos.

P: Pacíficos.

R: Então, são bem pacíficos, tranquilos. A gente não tem, eu não enfrento os problemas que a divisa com o Paraguai enfrenta. Porque aí, lá sim, os pistoleiros, matadores de aluguel, os paraguaios entram dentro do Brasil para praticar assalto. E aqui não, aqui é ao contrário, os brasileiros praticam assalto ali. A maioria dessas... caminhonetes que eram roubadas quando o pessoal está entre a Feirinha e a Casa China, que é o local que mais assalto de caminhonete, é tudo brasileiro que assaltam.

P: Interessante. Às vezes se tem a impressão – de fora, de outros estados – que o perigo é quem está além da fronteira, mas nem sempre isso se...

R: Não. Realmente os assaltos que tem lá... por exemplo, na Feirinha mesmo, não tem furto. Eles têm segurança lá para cuidar os meninos brasileiros que iam praticar furto lá. Mas, os meninos bolivianos, não praticam furto de jeito nenhum, ali naquele comércio ali, onde os turistas vão.

P: Sobre homicídios...

R: O homicídio também aumenta em Corumbá em razão do tráfico de drogas... mas, também não são bolivianos – nem os que matam e nem os que morrem. No ano, que eu me lembre, no ano passado, em 2014, não é um número exato, mas, de

aproximadamente 22 homicídios, desses 22, vinte eram envolvimento com drogas. E dois eram de pessoas honestas que não tinham passagem pela polícia e teve alguma briga, assim. Mas, os outros 20, eram todos acerto de drogas e todas as vítimas já tinham passagem por roubo, furto ou tráfico de drogas. Todos envolvidos em drogas. E então, o homicídio não é uma preocupação para a gente aqui em Corumbá. Os índices não são tão altos, igual Dourados, Três Lagoas, que são cidades do mesmo tamanho. E os que existem, geralmente a vítima tem mais passagem do que o autor.

P: E vocês têm alguma demanda enquanto Polícia Civil de cidade fronteira, de política ou tratamento específico para o poder público? Seja de formação, seja de estrutura?

R: Na verdade precisávamos, por ser fronteira, receber bem mais estrutura. Mas, a gente, não sei se por não ter deputado e nem senador que seja daqui de Corumbá, a gente não tem esse privilégio, não. O auxílio que nós recebemos é do GGIF, por existir o GGIF, e quem manda esses recursos para a gente é a nossa própria secretaria, ou a SENASP ou o ENAFRON. A SENASP e a ENAFRON são federais.

P: E o que é que vem de lá? E isso é mais recente ou sempre existiu esse apoio da SENASP?

R: Viatura, móveis, computadores, eles encaminharam para a gente no ano passado.

R: Não, é mais recente. Agora depois que foi para o GGIF, é uma coisa mais recente.

P: E o que é que é mais difícil na fronteira, com relação a outros municípios, que a Polícia Civil não enfrenta?

R: ((silêncio)) Exatamente pela quantidade de bocas de fumo, de tráfico de drogas, de roubo, de furto, tudo gira em torno do tráfico, exatamente em razão do preço da droga na Bolívia. A droga, também... aumenta a violência doméstica. Os índices da delegacia da mulher são bem altos. Que geralmente o que aumenta a violência doméstica é o álcool. E aqui o álcool e as drogas, às vezes as drogas mais do que o álcool. A maioria dos casos que a gente atende aqui, geralmente o que agride é o usuário de drogas.

P: Quando a senhora fala de droga, é cocaína?

R: Não. Drogas são todos os tipos. A cocaína, a pasta-base, o crack, a maconha, são todos drogas, considerado droga. Quando fala droga está se referindo a tudo. Aqui,

só a gente não tem visto uso de crack. Aqui usa muito cocaína, pasta-base e maconha. Esses três.

P: Vocês registram, associam a violência doméstica com o uso dessas drogas além do álcool?

R: Aumenta bastante, os índices de violência doméstica. Principalmente estando de filho contra mãe, nem tanto de marido contra a mulher, mas de filho contra a mãe... usuário de droga que agride pai e mãe. Porque geralmente eles querem dinheiro, aí, chegam e não contam para o pai, não dá mais porque não trabalha, e aí, começa a furtar as coisas de dentro de casa. A gente tem bastante famílias sofrendo com isso aqui em Corumbá. Aí, até chegar ao ponto que não aceitar mais dentro de casa, e que tem que morar para a rua porque ninguém suporta mais dentro de casa.

P: E nos outros municípios, isso é menor? Os que a senhora já trabalhou?

R: Sim. Menor. Bem menor. Os municípios que eu vim de Sonora, não é? E toda aquela região norte, Coxim, que não faz fronteira com um país, assim, o índice de violência doméstica, principalmente filho contra mãe. Difícil um filho agredir a mãe se ele não for usuário de drogas. Aqui a gente tem um índice bem alto desse tipo.

P: Interessante. Obrigada, então.

R: Estou à disposição.

((fim da transcrição))

APÊNDICE Q
ENTREVISTA COM TENENTE CORONEL VELÁSQUES, DA POLÍCIA MILITAR
DO MATO GROSSO DO SUL EM CORUMBÁ

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Wilson César Velasques)

TEMPO DE GRAVAÇÃO

32 minutos

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

R: ... Porque cada país tem sua legislação própria no que se refere a essa relação institucional segurança pública, entendeu? O Paraguai... a Bolívia, por exemplo, que é polícia nacional. Eles fazem o ciclo completo de polícia. E o Brasil? Como é que eu posso tratar desse assunto? Que aqui nós temos praticamente cinco polícias, né. Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Rodoviária Federal... Como que... de que forma você vê essa lei? Para quem que ele entregaria o veículo? Direto para a Polícia Militar ou direto para a Polícia Civil? Será que entregaria, por exemplo, essas... essas (inint) de menor potencialidade, de crime de menor potencialidade como um veículo apreendido? Para quem seria entregue? Para a Polícia Civil, para a Polícia Federal? Como é que poderia ser feito? Então, são questões simples... creio eu. Simples. São questões que devem ser colocadas, elas têm que ser estudadas entre os dois países. E esse estudo mesmo não é tão simples.

P: Mas isso é feito de alguma forma na prática. Hoje como se dá?

R: Na prática é muito mais... ela é muito mais recorrente no Paraguai. Na fronteira com o Paraguai. Esse relacionamento, ele já é facilitado. Porque a fronteira, realmente é fronteira seca. E é questão de linha, de metros. Você conhece lá a fronteira com o Paraguai, não é?

P: Não.

R: Não conhece Ponta Porã, Paraguai ali? Então, ali é... a fronteira é seca, é rua. Entendeu? Então, por diversas vezes, tanto Paraguai... polícia paraguaia, ele às vezes adentra, informa a gente que está entrando, como o Brasil. No Brasil nós

fazemos, informamos para a polícia nacional que nós estamos adentrando o território dele atrás de determinado veículo furtado ou roubado, que se evadiu durante a abordagem.

P: E isso é estabelecido por uma relação de confiança...?

R: Exatamente. É uma convenção que nós... para facilitar o trabalho. Para evitar que o criminoso... conclua o seu intento. Mas, é feito assim sem nada. Se qualquer um dos dois resolver... qualquer um dos dois países resolver complicar, complica. E você pode ver que isso é... esse relacionamento é mais facilitado entre a Polícia Militar... a Polícia Civil com a Polícia Nacional. A Polícia Federal já tem receio, assim como o Departamento de Operações de Fronteira.

P: Então aqui com a polícia boliviana isso não acontece de forma...

R: Nós estamos tentando estreitar esse relacionamento. Tivemos um caso já, que eles entregaram o veículo para nós. Eles pegaram... apreenderam o veículo furtado aqui no Brasil e foi levado para lá, eles pegaram. Foi um Gol. Tem até a notícia, se você quiser depois eu vejo para você isso aí. Essa ocorrência. Esse veículo é mais utilizado como moeda de troca, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas. Ele é levado para lá para... é revendido... é vendido por um valor bem abaixo do mercado... mercado brasileiro, e é assim que nós conseguimos (inint).

P: E o fato do veículo ser brasileiro é mais fácil de ser vendido lá sem ser detectado do que se fosse vendido aqui?

R: Exato. Entendeu? Agora, o que as pessoas fazem com o veículo do outro lado, aí, eu já também não sei lhe dizer – entendeu? – o que é feito. Alguns... segundo o governo boliviano, eles estão tentando impedir que legalizem o veículo daquele lado.

P: E o tráfico de drogas? Qual é o impacto para o trabalho da polícia aqui?

R: Antes a droga não ficava tanto no Brasil. Aqui principalmente, no local. Aqui em Corumbá – vamos dizer –, assim. Eram mais mandado para fora, São Paulo, os grandes centros. Mas, como o preço aqui é muito baixo, nós percebemos que tem aumentando bastante o número de bocas de fumo. Onde se comercializa drogas em menor quantidade e a população local também está aumentando... o consumo. Isso tem gerado sérios problemas. E muita gente vem de fora também e se estabelece

aqui justamente pelo preço. Muitos (viciados), pessoas (viciadas), que consomem essa droga, devido ao valor.

P: E vocês têm alguma avaliação de que se isso é propício porque é uma cidade fronteira ou isso poderia ocorrer em qualquer outro município brasileiro?

R: Não, ela é facilitada pela fronteira. E outra coisa, a droga sai de diversos meios daqui. O cara fala "ah, só sai por terra?" Não. Sai por água, pelo ar. Todos os meios de realizar o tráfico são utilizados. Nós já tivemos casos aí, relatos, porque nós não conseguimos prender ainda, por exemplo, uma embarcação completa chegando até Campo Grande. Porque eles chegam. Eles chegam. Aqui entra nos rios aqui, nos braços de rio, vai sair lá no Rio Aquidauana, pega Miranda, Campo Grande, Aquidauana, vai embora. Que ali ele tem acesso, vai embora. Entendeu? Então, essa questão também é uma questão bastante delicada, do patrulhamento fluvial. São várias...

P: E nesse ponto, como que é o diálogo ou o trabalho em conjunto de vocês com o Exército, com a Marinha?

R: Não, cada um fica nas suas esferas de atribuição. Isso aí, não tem como a gente...

P: Não existe um trabalho conjunto nem por meio do...

R: Existe em conjunto... existem vários tipos de operações conjuntas. Nós temos a operação GGIFRON, que é o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, temos a Operação Ágata, que é uma grande operação também que por esses dias também vai se desenrolando. Principalmente Exército que é feito, as Forças Armadas. Operação Ágata através do investimento do Governo Federal.

P: Mas estes são mecanismos recentes. Antes era Operação Cadeado... há uma diferença de atuação entre uma e outra, tanto de integração, quanto de resultado?

R: A gente procura trabalhar em conjunto. Devido justamente ao poder de polícia concedido ao Exército, nesse tipo de operação. Na verdade, o poder de polícia é perene, é direto. Basta que se atue com mais frequência. Só que é localizado, só de vez em quando, é periódico esse tipo de operação. Mas nós trabalhamos... nós temos um bom relacionamento com todas as outras instituições. Mas, não assim de forma continuada. É só operações que são desencadeadas por períodos, de tempo em tempo. Agora, a operação GGIFRON, por exemplo... a GGIFRON, Gabinete de

Gestão Integrada de Fronteira. Esse tipo de operação tem sido mais frequente, onde são envolvidas todas as instituições. Receita Federal, Receita Estadual, na última operação conseguimos incluir o IAGRO, que é nossa agência de controle agropecuário do estado. Que entra nessa parte de fiscalização de comércio de gado, vacinação, febre aftosa, por exemplo, (inint).

P: Mas, o GGIFRON, ele fica lá em Campo Grande, certo?

R: Exato. O centro de controle dele é lá em Campo Grande.

P: E aqui vocês têm uma estrutura específica do GGIFRON?

R: Ele é... só uma sala de reuniões. Ela não tem assim uma equipe própria. O GGIFRON é acionado, todos os órgãos que vão trabalhar em conjunto se reúnem lá nesse local, que é ali na Polícia Regional. Delegacia de Polícia Regional.

P: E é por situações, por emergência...?

R: Exato. Eh... "... dia tal vamos fazer uma operação? Vamos embora". Antes disso nós temos que marcar reunião, aí, o secretário da gestão, do gabinete liga para todos os chefes dessas instituições, aí, a gente se reúne, "lá vamos fazer que tipo de operação?" aí, a gente decide. Nós realizamos duas ou três reuniões antes de levar a cabo a operação.

P: Antes de ter essa previsão legal, como se davam essas operações conjuntas entre as forças?

R: Eram raras. Na verdade, não existiam quase. Era mais, por exemplo, a Polícia Militar e a Polícia Civil, "poxa, a gente precisa fazer boca de fumo. Ah, vamos fazer então, vamos montar uma operação". Era desse jeito. Aí, a gente reunia, não tinha um planejamento específico de quantas operações no ano.

P: E nem uma avaliação?

R: Nem uma avaliação.

P: Vocês já têm avaliações do GGIFRON?

R: Já deve ter. Lá em Campo Grande deve ter, no gabinete já deve ter tudo isso aí. Porque o GGIFRON, ele abrange todo o estado, não é só Corumbá. É todo o estado. Com certeza os dados que ele tem lá muito... são muito mais amplos que o nosso. O

nosso é regional. Cada regional tem a sua estatística. Tem seus números. Agra lá deve ter de todo o estado.

P: Entendi. E houve mudanças das principais ocorrências antes e depois da implementação do GGIFRON?

R: Normalmente quando se desenrola a operação, a gente percebe uma certa tranquilidade por um determinado período, aí, parece que o pessoal volta novamente. Porque não tem como a gente ficar o tempo todo fazendo essas operações, sai muito caro e demanda muito... Muito efetivo, também. Então, não tem como a gente prolongar muito essas operações. Normalmente... o máximo que nós fizemos aqui foram dois dias. E nós temos o nosso cotidiano, nossa rotina. Quer dizer, então não tem como a gente ficar muito tempo nessas operações, percebe? É muita gente.

P: Então o que o GGIFRON faz, ele estabelece uma relação de planejamento conjunto para vocês planejarem ações.

R: Exato.

P: Ele não é permanente?

R: Não, ela é permanente, porém não é assim... não é diário, não é corriqueiro. Ela é permanente, existe o gabinete, existe um grupo... as pessoas que devem ser contatadas, mas as operações mesmo elas ocorrem de vez em quando.

P: E vocês já chegaram a chamar oficiais bolivianos?

R: Já, já. Sim.

P: Porque na Ágata eu soube que eles convidam também, não é?

R: Sim. Então, no mesmo dia que nós realizamos essas operações do Gabinete de gestão Integrada, eles faziam lá.

P: E um não acompanha a operação do outro?

R: Não. Porque são países distintos. Não tem como a gente adentrar com efetivo lá, armado, equipado para fazer essa operação lá dentro da Bolívia. Fere a questão da soberania.

P: São operações conjuntas. Vocês chegam a discutir algum mecanismo ou tem alguma proposta que seja...

R: Tem algumas linguagens que fica... essa guarnição foi acionada pelo CIOPS. O que é o CIOPS? O nosso Centro Integrado de Operações de Segurança. Esse CIOPS, ele foi criado justamente na intenção de aproximar as instituições. Por isso que ela fala 'centro' integrado. Ela foi criada para trabalharem juntos Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros. Só que quem está agora aqui é só a Polícia Militar. Os outros saíram. Veja essa tentativa de unificar ações, aí, para prestar apoio à Polícia Federal. Ou seja, a polícia nacional boliviana queria entregar para a Polícia Federal e a Polícia Federal não quis receber. Então, olha só, "essa guarnição foi acionada pelo CIOPS para prestar um apoio à Polícia Federal. A polícia boliviana recuperara o veículo de placa... né... furtado e que constava busca no sistema (SIGA)". "Junto com o veículo foram detidos cinco envolvidos em uma ação cooperativa entre a Polícia Militar e a polícia boliviana... a polícia boliviana. A polícia boliviana soube do delito do furto do referido veículo, obteve sucesso em recuperar o veículo furtado na Bolívia. ((ressalta)) Deteve cinco elementos. Entregou os três adolescentes envolvidos para a Polícia Federal e os dois adultos envolvidos, junto com o referido veículo, a esta guarnição". Olha que dificuldade. Entendeu? "Conforme a ata de entrega do veículo e dois possíveis autores. Ata de entrega dos menores. Esta guarnição encaminhou os envolvidos e o veículo placa... para a Primeira Delegacia de Polícia Civil".

P: Vai um para cada organização.

R: "... e os cinco possíveis autores foram entregues sem lesões". Olha a dificuldade que é. Entendeu?

P: Isso para um veículo.

R: Para um veículo. Na ata de entrega, o veículo foi entregue para a Polícia Militar e dois menores, e os adultos ficaram com eles. Então, não tem um procedimento, um manual de como... uma legislação para disciplinar esse tipo de ação. Percebe a dificuldade que existe na segurança pública nessa parte de fronteira?

P: E vocês têm encaminhado aos parlamentares do estado algum tipo de proposta legislativa para resolver isso... em termos de cooperação?

R: Na verdade, muitos acadêmicos... essa questão de estudos de fronteira são... já foram temas de vários artigos, monografias, TCCs, mas eu não posso lhe dizer com certeza se isso foi matéria de... projetos para serem levados para políticos, entendeu? Aí, a gente... eu por exemplo, tenho um estudo sobre esse assunto, um artigo sobre

esse assunto. Mas, é mais voltado à questão de benefícios para policiais militares que trabalham na faixa de fronteira. É coisa que nas forças armadas já vêm de longa data... então, o meu estudo também foi baseado na legislação do Exército, das Forças Armadas, sobre essa questão de fronteira. Agora, com relação a relacionamento, segurança pública, instituição, Polícia Militar com a Bolívia, essa questão de segurança pública, creio que não deva ter nenhuma...

P: E vocês não chegam a ter um contato, por exemplo, com consulado brasileiro lá na cidade vizinha, nem no consulado boliviano aqui, ou não?

R: Não. Essas questões não se misturam. Eu conheço o cônsul boliviano no Brasil, mas não conheço o cônsul brasileiro na Bolívia. Entendeu? Não chega a se misturar.

P: E aqueles comitês de fronteira, chegaram a acontecer aqui?

R: Eu participei de algumas reuniões no que se refere à questão do turismo. Turismo internacional apenas. Sobre essas questões de segurança pública, particularmente, não... eu nunca participei de nenhum comitê ou saiba (de) comitê específico.

P: E sobre a CDIF, que é a Comissão de Desenvolvimento da Faixa de Fronteiras, do Ministério da Integração Nacional?

R: Eu participei de uma reunião dessa em Ponta Porã. Mas aqui na fronteira com a Bolívia ainda não.

P: Mesmo com baixa institucionalidade para a cooperação, há o contato permanente com os bolivianos, não?

R: Exato. Mas esse convívio, ele não é tão estreito, como por exemplo, o Paraguai. Pelo rio e pela distância, aqui a distância é maior. Daqui até a faixa de fronteira parece que são 10 quilômetros aproximadamente.

P: E qual a percepção do cidadão boliviano e corumbaense sobre a atuação da polícia brasileira? Vocês notam...

R: Na verdade, essa relação ela é bem delicada. Ela é muito delicada. Por exemplo, se nós... porque nós temos uma certa relevância, nós relevamos muita coisa que vem da Bolívia. Por exemplo, veículos bolivianos que adentram território brasileiro. Se nós formos levar ao pé da letra o que a legislação brasileira... parece que ela é muito mais rígida... a legislação... A legislação brasileira, ela é muito rígida. Ela é mais rígida, eu creio, que a boliviana. Inclusive em controle de veículos, essas coisas, emplacamento,

essas coisas. Então, se nós formos muito rígidos no que se refere à cobrança, muitos veículos bolivianos não vão passar da fronteira. Não vão adentrar o território brasileiro. Estado mesmo de conservação, documentação, essas coisas todas. Principalmente no que se refere à conservação, não é? Poderia gerar muito transtorno internacional – vamos dizer –, assim. Entendeu? Porque se a gente fecha... começa a abordar veículo boliviano irregular, daqui a pouco nós temos um pátio lotado de veículos apreendidos. E aí, como ficaria esse relacionamento? Poderia gerar um problema interno. E veículos... por exemplo, há muitos veículos bolivianos que... esses bolivianos eles são feirantes, por exemplo. E esses produtos que eles trazem de lá? Não tem essa questão sanitária? Não tem a questão sanitária? Entendeu? E se a gente começar a apreender? Fala "não, não pode entrar aqui porque o produto é... não tem vigilância". Não passou pela Vigilância Sanitária, por exemplo. Como é que ficaria? Então esse relacionamento é muito mais sensível... esse relacionamento é muito mais sensível do que algumas pessoas imaginam. Tem essas questões diplomáticas, essas questões da própria pobreza. Tem todas essas questões que a Polícia Militar em si... a gente pode proibir, não pode? A gente consegue? Consegue. Mas, e aí? É conveniente? Ao mesmo tempo isso talvez denotaria que não há um grande problema uma circulação comum, cotidiana aqui. Se o veículo adentra e sai, mas não tem... Se você for fazer uma pesquisa com a população, "o que você acha do controle dos veículos bolivianos no Brasil?" "Ah, é largado. Entra aqui, eles fazem o que bem entendem". É desse jeito. Mas, não que a gente não possa fiscalizar ou não consiga. É porque quais são as consequências disso? Não estariam no padrão que o Brasil exige dos brasileiros. Pneu, a própria aparência do veículo, estado de conservação de uma forma geral.

P: Como é a questão dos homicídios aqui e em Puerto Quijarro? E o envolvimento de brasileiros e bolivianos em ocorrências no país vizinho?

R: Ele é bem... bem reduzido. Eu creio que não tem essa relação de boliviano praticar homicídio aqui no Brasil. Eu acho que o brasileiro, ele é mais criminoso que o próprio boliviano. Porque a gente percebe alguma... essa formação de quadrilha, normalmente é liderada pelo brasileiro, entendeu? O boliviano mesmo, em si parece ser mais pacífico. No que se refere a isso aí, é mais humilde, mais... o brasileiro é que é mais malandro.

P: ... Inclusive nos veículos são eles que roubam aqui e vendem lá, não é?

R: A maioria. Não vou dizer 100 por cento de certeza porque a gente não tem esse número. É uma coisa para se avaliar, não? Quem são as pessoas que são presas com seus veículos. (Não sei se) se atentou para esse detalhe. Normalmente quando nós recuperamos veículos estão com brasileiros. Quase sua totalidade. Então, o que a gente percebe com isso? Se essas operações forem mais duradouras, ela cria uma... uma demanda – vamos dizer assim – (inint) porque você... (eles recuam mesmo). Fica aguardando, fica aguardando, fica aguardando...

P: Vocês não divulgam? Como a Operação Ágata, vocês não divulgam quando vai ser a operação?

R: É, a gente tem evitado divulgar, porque a gente percebe que logo depois a população já fica sabendo e todo mundo espalha. Aí, lógico que a gente procura fazer em sigilo, mas... A gente percebe um recuo na operação. Então, pessoas que não têm habilitação, não saem. Aí, você percebe só a tranquilidade muito grande aí, durante as operações.

P: E sobre a atuação do DOF na cidade?

R: O DOF, o Departamento de Operações de Fronteira, ele foi criado justamente para tentar fazer frente a essa... ao tráfico em especial, aos crimes transfronteiriços que a gente chama, também. Mas, só que é do estado, não é da União. Não é atribuição da Polícia Federal, é do estado. Então, a gente atua nessas estradas que é de âmbito estadual. Ela é... inicialmente, ela foi criada em trabalho conjunto com a Polícia Civil e Militar no mesmo local. Novamente tentando esse trabalho em conjunto, integração. E ela... é muito bom. Nós estamos tentando aprimorá-la, aumentando, elevando o número de efetivo, e assim sucessivamente. Tem feito grandes apreensões. Mas eles ficam em Dourados. Aqui também tem. Aqui nós temos... ele tem uma sede, uma base que a gente chama, a base do DOF, do Departamento de Operações de Fronteira, onde o efetivo que está trabalhando nessa região aqui pode chegar para descansar, fazer seu almoço, janta. O DOF é um organismo também que faz parte do gabinete de gestão integrada, quando houver... Ele foi criado há muito tempo atrás. Inclusive você pode pegar depois o histórico. Ela foi criada como GOF, um Grupo de Operações de Fronteira. Acho que em 1988, alguma coisa, assim.

P: Como atua a secretaria municipal de segurança pública, sendo que as forças são estaduais. Como que eles trabalham com vocês?

R: ... até agora eu tenho ainda minhas dúvidas no que se refere à (atuação) deles sobre Secretaria Municipal de Segurança Pública. Visa... devem ser estudos, como melhorar a questão da segurança pública no município. Tem guarda municipal, a Agência Municipal de Trânsito... Na verdade, é atribuição de todo mundo, do município, do estado.

((fim da transcrição))

APÊNDICE R
ENTREVISTA COM EMBAIXADOR E PRIMEIRO SECRETÁRIO BOLIVIANOS
EM BRASÍLIA

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Jerjes Justiniano Talavera e Faleg Valdez Copas)

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

R: Esta trae el otro interesa... tu tienes aquí... es muy importante destacar que la frontera más larga que tiene Brasil es con Bolivia, y la frontera más larga que tiene Bolivia es con Brasil, 3423 km de frontera, de los cuales nosotros tenemos 750 km terrestres. Tenemos 2578 km fluviales, 95 km lacustre, o sea, desde este punto que tu estás viendo aquí, que es Perú, Brasil y Bolivia, se llama Olpetra. Ese punto que está en el Departamento de Pando. Este es el departamento de Pando, que es el departamento que está más al norte de Bolivia, esto es parte de la Amazonia continental. Aquí está la ciudad de capital del departamento de Pando, se llama Cobija. (...) Aquí tenemos ciudades brasileras. Arriba está Porto Velho, está lo que era el Acre... ¿El Acre Brasilerero, entiendes?

Está acá... entonces tu eres... toda esta frontera. Aquí tenemos ríos que nos dividen con Brasil, pero ríos que son caudalosos. Aquí está Jirau y Santo Antonio, arriba, en esa línea roja. O sea, aquí tenemos nosotros... los departamentos, los estados que colindan con Bolivia. Y si bajamos la frontera, tenemos por ejemplo fronteras que son muy interesantes con Brasil. Esto es Mato Grosso, aquí tenemos los otros (inint) en Cuiabá, tenemos nosotros lo que es la frontera con Brasil, allá tenemos Brasileia. Son ciudades muy importantes que vinculan, que están vinculadas al departamento... a Bolivia. Tenemos luego Cáceres...

P: Mato Grosso.

R: Mato Grosso, que está al frente de lo que para nosotros se llama San Matías, allí tenemos nosotros un tubo de gas. Que alimentamos una estación termoeléctrica brasilera, que le vendemos gas. Por ese tubo que va precisamente, que no es el tubo que viene por Corumbá. Es otro. Este es un ramal que va a Mayor. Luego tenemos aquí a Corumbá y el río Paraguay. Tenemos Laguna. Está la Laguna Cáceres, y la frontera de los tres países, Brasil, Bolivia, Brasil y Paraguay. O sea tenemos dos vértices. En el extremo norte, tenemos Perú, Bolivia y Brasil, y en el extremo sur este, Brasil, Paraguay y Bolivia. Esta es la situación. (...) Este cuadro nos hace ver que Bolivia tiene la mayor frontera, la más larga de su frontera es con Brasil y Brasil igualmente, la más larga frontera con un país es con Bolivia. Esto hace que la importancia sea realmente significativa para ambos países, nuestra frontera nos vincula como pueblos, que tradicionalmente han sido vinculados, por ejemplo, entre Brasileia, Cobija...hay una afinidad. Un puente. Es un puente que permite que los habitantes de Bolivia transiten tranquilamente por la frontera y del mismo modo los habitantes brasileros transitan a Bolivia. En este contexto, para el Estado Plurinacional de Bolivia, las relaciones con Brasil son muy ((enfatisa)) importantes. No solamente desde el punto de vista de cuidar de nuestra frontera, porque cuando se habla de integración, estamos planteando ya la integración de nuestra frontera. Yo en lo personal, he estado conversando con el gobernador de Mato Grosso, por ejemplo, para hacer precisamente de San Matías... un polo de desarrollo con Cáceres. (...) que permita además solucionar algunos problemas laterales. No solamente desde el punto de vista de la implicancia de la misma frontera en sí. Con la problemática que significa con el tránsito de ciudadanos que entran y salen, sino además porque hay vías de comunicación que permiten el uso de la carreteras para transportar mercancías y bienes de Brasil a Bolivia, de Bolivia a Brasil. Si no que hay un proyecto que sería interesante destacarlo... en São Paulo hay aproximadamente unos 15 mil, de 10 a 15 mil bolivianos, que trabajan en calidad de casi esclavitud, especialmente están siendo sobre explotados por las empresas de costura. Ellos son costureros. Y están siendo so... hay un proyecto que todavía está en conversaciones entre el estado de Mato Grosso para trasladar unos 10 a 15 mil de eso bolivianos que están en São Paulo para ubicarlos en la frontera, ahí en Cáceres. Utilizando la energía que tenemos a ampliar la planta de energía eléctrica para electrificar toda esa zona y poder industrializar la zona, hay un compromiso y hemos planteado que este compromiso debería de conllevar la necesidad de que el Brasil compre lo que ese polo de

desarrollo produciría. Porque sin el mercado brasilero, es imposible plantearse un polo de desarrollo.

P: Gracias Embajador por esta explicación. Es muy interesante esta conexión de que hay una triple frontera al Norte y una triple frontera al sur... como que aporta una visión importante, incluso simbólica a esa relación.

R: Exacto. Bueno, para nosotros tenemos también otra triple frontera: Argentina, Chile y Bolivia. Pero eso no tiene significado para el estudio de Ud. Solamente para nosotros... solamente es una referencia. Porque, qué bueno e importante que Ud. lo describa también como producto de su estudio, Bolivia está en el centro de América.

P: Si, sí.

R: Bien en el corazón de América Latina.

P: El *heartland*.

R: El *heartland*, claro. Es lo que significaría las fuerzas desde dentro de la América. Y consideramos, además, de que estamos vinculados con países muy importantes en América Latina. Yo diría los más importantes, sin desmerecer a ningún otro país. Pero solamente dado el volumen, capacidad económica, población. Nosotros tenemos límite con Brasil, la más larga frontera tenemos con Brasil. Tenemos una vía férrea que une desde Santa Cruz, a Brasil. Tenemos un aeropuerto internacional en Santa Cruz, justo en el corazón de Bolivia... de América y en Santa Cruz, tenemos una línea férrea que vincula a la Argentina, tenemos carreteras a la Argentina. Tenemos líneas férreas que vinculan al Perú y tenemos líneas férreas que vinculan a Chile, en ambos casos tenemos también carreteras. Tenemos carreteras al Perú, a la Argentina, a Chile, al Paraguay e a Brasil. O sea, nuestras, a todas nuestras fronteras. La significación de Bolivia en todo este contexto, hay que mirarlo desde el punto de vista de que Bolivia está sentada en el corazón de América Latina.

P: ¿Ud. me puede contar un poco qué tipo de cuestión relacionada con la defensa y fronteras, esta embajada maneja actualmente, o ha manejado los últimos diez años? (...)

R: Tenemos, en materia de seguridad, que el ministerio del interior en Bolivia, en coordinación con las fuerzas armadas bolivianas, ha venido sosteniendo reuniones de trabajo con el ministerio de justicia brasilero y especialmente con lo que se llama las

FFAA. Brasil, en... le preocupa en el tema de la frontera con Bolivia el tráfico de narco, digamos de narcóticos o de sustancias prohibidas. Al margen del contrabando. Que si Ud. lo analiza desde la perspectiva de lo que constituye la vivencia o la convivencia en la frontera, no existe contrabando en la frontera, transitan personas y mercancías con absoluta libertad, en la frontera. ¿Entonces dónde está el contrabando? El contrabando está en los grandes comerciantes, poderosos comerciantes que trasladan ya camiones, que trasladan contenedores muy grandes y que se hacen negocios a gran escala. Eso es al margen de la convivencia que tienen los brasileros y los bolivianos en la frontera. Nunca hemos tenido problemas en las fronteras. Yo me refiero a problemas como los que tiene la frontera de México con Estados Unidos. Es muy importante este detalle, porque si Ud. está haciendo un doctorado Ud. tiene que detenerse a analizar este tipo de problemas, mientras que en Brasil, nosotros no tenemos, Bolivia no tiene más que dos helicópteros para controlar 3400kms de frontera con Brasil. Los Estados Unidos, con una frontera menor que la de Bolivia con Brasil, tiene el ejército más poderoso del mundo, el ejército más agresivo del mundo que es el ejército norteamericano, que ha invadido países y naciones enteras, y no puede derrotar al narcotráfico. Además asociado a una de las potencias más grandes de América como es México. Y no lo puede derrotar al narcotráfico. Y nos imponen a nosotros un país de 10 millones de habitantes con una economía ínfima comparándose con el ejército con la economía norteamericana. Un ejército que no es ni siquiera el 2% de la potencia militar agresiva y armada que tiene el ejército norteamericano y nos piden que nosotros seamos eficientes y eficaces en la lucha contra el narcotráfico. Hay un detalle que es bueno destacarlo, no hay ni un solo muerto en la frontera boliviana, ni brasilero ni boliviano por el tema del narcotráfico, hasta ahora, no hay ni un solo muerto. Todos los días hay muertos en la frontera norteamericana. Y bastante cantidad. Entonces nosotros todavía podíamos decir que tenemos control de nuestra frontera. No tenemos la violencia que existe en la frontera Mexicano-Norteamericana. Y EEUU se la tupé de querer censurar a Bolivia, está mirando la paja en ojo ajeno, y no mira la viga que tiene en su casa. Entonces esto es importante porque si vas a hacer un estudio, tiene que ser muy importante esta información, que la puedes cotejar. La puedes verificar, comprobar, precisamente con tus estudios, con México. En Bolivia tenemos, en primer lugar, es importante, los ríos en Bolivia son nuestros medios de comunicación. Los ríos navegables que tenemos con Brasil que nos han afectado las represas evidentemente Jirau y Santo Antonio.

(...) Hay en Bolivia la conciencia de que Brasil va a remediar eso y estamos en esa negociación. Hay un compromiso de parte brasilera de que va a remediar todo esto que ha dado. Hay un antecedente que también es importante desde el punto legal para Bolivia, un juez en... Rondonia, un juez ha condenado a ambas empresas a hacer efectivo las remediaciones y las compensaciones al Brasil. Han demandado las comunidades brasileras, las sociedades brasileras ha demandado ante el juez y el juez ha ordenado que tanto Santo Antonio como el Jirau, tengan que hacer. Y la política de Estado brasilero ya ha conseguido que ambas represas construyan pueblos ya, han construido pueblos. Con... planificación del Estado para poder remediar el efecto. Bolivia está planteando esa compensación, pero la negociación es mucho más lenta, por el problema de que son relaciones bilaterales, diplomáticas, donde comisiones van comisiones vienen. Está trabajando... en este momento hay una comisión que está trabajando en torno a cuanto a la cuantificación de los daños que están emergiendo.

Por otra parte tenemos constantemente con Brasil una relación de... especialmente en lo que se refiere a los pueblos fronterizos. Y tenemos comités de desarrollo de nuestra frontera. Son comités que trabajan buscando el desarrollo de nuestra frontera. Estos comités están trabajando en torno a lo que constituye en la participación social en las comunidades en cada una de las de las comunidades donde trabaja. Hemos tenido, hay cinco comités de frontera. Y tenemos además reuniones bilaterales de estos comités, que son además reuniones donde se amplían a la participación social. Participan los gobernadores, los alcaldes municipales, los... prefectos de Bolivia, los gobernadores, los prefectos de Brasil, participa la sociedad. Hay comités de ciudadanos tanto boliviano hay corporaciones boliviano-brasileras de ciudadanos que están trabajando en el proceso de desarrollo de sus regiones. O sea, yo diría, para hacer una evaluación de síntesis, de que hay un trabajo ordenado, pacífico, consiente del trabajo entre la frontera Brasil y Bolivia.

P: ¿Y en temas específicos por ejemplo de defensa? Desde que salió la ayuda de EEUU a Bolivia, me parece Brasil tiene más participación en la cooperación policial, y en temas de defensa en general. ¿Eso es cierto?

R: Cierto, de varias cosas. Cuando la decisión política norteamericana suspendió el tratado por el cual se concedían determinados beneficios a los productos bolivianos, tres países se comprometieron sustituir el mercado norteamericano, Brasil, la

Argentina y Venezuela. Y hemos venido trabajando en torno a eso, es cierto lo que Ud. dice de que hay una mayor acercamiento de parte de la política brasilera hacia la política boliviana, hay mayor cooperación no solamente de nuestros ejércitos en el tema de la frontera, si no también además en el apoyo de la preparación, vienen constantemente misiones militares a Brasil, vienen cadetes, o sea el estudiante militar viene a hacer cursos en Brasil, todo eso por apoyo de esta política brasilera a la que Ud. hace referencia.

P: En nuestra ley del plan estratégico de fronteras, hay en la previsión de los gabinetes integrados de la zona de frontera de participación con los vecinos. En tanto, conversando con algunos gestores acá de Brasil, se escucha que hay interés en trabajo conjunto pero todavía no hay mecanismos legales suficientes para establecer esta cooperación en el local de la frontera. ¿Ud. tiene esta percepción también?

R: Es cierto de que no hay, no puede haber una ley, porque la ley tendría que ser general y la ley general establece la seguridad de las fronteras, el desarrollo de la frontera. Específicamente en cada lugar hay comité de desarrollo de frontera. Estos comités de desarrollo de frontera están trabajando. En los últimos yo creo que en los últimos cinco años, es cuando más se ha trabajado en el tema de la frontera, en primer lugar entre el gobierno de Brasil, presidido por el señor Lula, y el gobierno de Bolivia presidido por el Sr. Evo Morales ha habido mucha coincidencia, y mucho trabajo de integración. No solamente de la frontera con Bolivia, si no es más una política de integración con el continente. Brasil ha vuelto a mirar a América Latina con más interés y ha desarrollado política de mayor integración. Yo quiero decir a Ud. de que el Brasil impulsó mucho la integración Latinoamericana, y además la integración continental. MERCOSUR nunca tuvo tanto ímpetu, nunca tuvo tanta fuerza, nunca tuvo tanto interés como con el gobierno de Lula. Y producto de ese interés es que invitaron a Bolivia a que sea parte de MERCOSUR. Y Bolivia es parte del MERCOSUR en calidad de observador, porque el próximo año, tenemos la decisión, tenemos la facultad de decidir si seguimos en el MERCOSUR o nos retiramos. Bolivia tiene ese privilegio porque ha sido invitado y tiene esa calidad de observador. Si bien es cierto que en este momento MERCOSUR está un poco apagado. Eso tiene que ver con política estratégica brasilera, probablemente. E yo no puedo intervenir sobre política brasilera no puedo opinar sobre temas de política brasilera, pero yo le hablo a nombre de lo que constituye la política boliviana. Bolivia tiene interés, mucho interés, en la

integración continental, no solamente porque está en los principios que rigen el actual gobierno si no que están en la filosofía consagrada en constitución política del estado. Bolivia se ha calificado como un país de paz, no agresivo esta contra la guerra, en la constitución política del estado hay un mandato para que el gobernante la cumpla, en sentido de que propender a la paz y que Bolivia proclama un territorio de paz, se proclama una nación de paz, y plantea que América sea un territorio de paz. Y que ha logrado en los foros internacionales llevar esa posición boliviana de tal manera que respetuoso a la madre tierra, respetuoso a las políticas ambientales, que construyamos una región de paz, de desarrollo y de convivencia pacífica.

P: ¿Entonces, dice que en su visión un escenario más amplio de integración favorece a que la integración fronteriza crezca?

R: Estamos trabajando en ese plano. La frontera concreta con Brasil la estamos trabajando en los puntos más importantes. Como le digo tenemos cinco comités de frontera que actualmente trabajan. El año pasado hemos tenido tres reuniones de estos comités de frontera, yo creo que este año vamos a hacer dos más que nos faltaría para completar las 5 regiones que están definidas, para que podamos tener...

P: ¿Y estos comités están con el Ministerio de Integración Nacional, los Estados Nacionales, y el Ministerio de Justicia por la policía?

R: Claro, el comité de frontera lo designa cada estado. Brasil designa quienes participan en este comité de frontera de acuerdo a sus intereses. Bolivia designa del mismo modo, entonces pero se hacen reuniones en la región, se discute, hemos tenido comités de frontera en Guayaramerin, hemos tenido comité de frontera en Guajará que es Brasil, hemos tenido reunión de frontera en Cáceres, y hemos tenido reunión de frontera en Corumbá. Entonces hemos tenido yo diría la formación de que estos comités son no solamente que son factores de integración sino además planificadores del desarrollo. O sea ahí participan las fuerzas vivas, ahí participan los movimientos sociales en esos comités. No solamente a nivel de autoridades, no solamente son las autoridades de estado, funcionarios de Estado.

P: ¿Qué comité tiene movimientos sociales?

R: Le digo por ejemplo hay una corporación boliviana-brasilera de ciudad de los que viven y organizado por bolivianos, hay el sindicato de transportistas, en el caso de Pando se usa mucho la motocicleta, hay sindicato de motociclistas que forman parte

de estos comités que se desarrollan estas mezclas, o sea es la sociedad civil organizada.

P: Ya tienen sus demandas...

R: Movimientos sociales, si eso sí. Ya, entonces hasta estas políticas de iguales ocho, diez años. ¿Cómo Ud. crea una percepción de cómo funcionaba la integración fronteriza?

R: Si Ud. me permite yo voy a llamar a un funcionario que ha trabajado en la cancillería que él le va a informar estos detalles de cómo era antes, ¿está bien?

P: Claro.

(...)

R: Permítame un momentito... te presento a la Srta., ella es doctorante, él es Faleg, el primer secretario, quiero que le informes, dale información primero de los cinco comités de frontera. Como han funcionado, como están funcionando, y luego como era antes.

((Entrevista con Faleg, primero secretario))

R: Ya embajador con mucho gusto, claro que sí.

P: Muchas gracias.

R: Licencia para los tres puntos. ¿Ud. está basando su tesis de doctorado en qué tema?

P: Estoy investigando los temas de defensa nacional y seguridad pública en la zona de frontera del Brasil con Bolivia y su interferencia en la relación bilateral, del 2005 al 2014. Yo estuve en Bolivia en contacto con el Ministerio de Gobierno y de Defensa y ahora llego a ustedes. ¿Cómo Uds. ven la integración antes de nuestras políticas de frontera, del GGIF, la CDIF, ya la ADEMAF también, que es recién de Bolivia?

R: Antes del 2005, nosotros teníamos comités, comités de fronteras, así no más se llamaba. "Comité de fronteras". Ahora en 2010 se han suscrito otros convenios con Brasil y Bolivia y se han creado otro nuevo comité que se llama, Comité de Integración Fronteriza, otro nombre tiene pero es para lo mismo. Entonces el gobierno del Presidente Evo Morales ha creado este... se llama... la ADEMAF.

P: Si.

R: Es para salida de la fronteras todo eso. Es la institución que coordina con las FFAA, con todas las instituciones públicas de Bolivia para desarrollar las fronteras. Y aquí venimos de Brasil, tienen una política mucho más clara todavía, porque esa propuesta que hizo Brasil para hacer un trabajo conjunto... no ha coincidido con lo que está haciendo Bolivia. Entonces Brasil está haciendo una política, estos últimos años de proteger más la frontera, de enviar grupos militares, policías todo para cerrar frontera, ampliar un poquito más los servicios de salud, educación, todo eso. Entonces nosotros lo único que hemos hecho ha sido, con la suscripción del acuerdo de... fronteriza el 2010, el 2011 mejor dicho en marzo, el mismo año 2011 en noviembre, se ha llevado a cabo la primera reunión del comité de integración fronteriza de Corumbá. Y después ha sido en Cobija. Porque son cuatro comités que tenemos nosotros en Brasil. Puerto Suarez-Corumbá, Cobija-Brasileia, Epitaciolândia ahí al norte, tenemos San Matías-Cáceres, y Guayaramerín-Guajará-mirim. En octubre de 2012, se ha llevado a cabo el de Cobija-Epitaciolandia. Y en abril de 2013 se ha llevado a cabo el comité de San Matías-Cáceres, y el año pasado en septiembre se ha llevado a cabo el Guayaramerín-Guajará-mirim. Esas son las rondas de reuniones de comités fronterizas. Ahora esperamos que al año podamos otra vez iniciar las reuniones ya no en Corumbá sino en Puerto. Suarez. Porque es alternativo, un año es en Bolivia, un año al otro lado. Estos comités de integración fronteriza tienen por objetivo, escuchar las demandas de la población fronteriza, saber que quieren en tanto las gobernaciones en Bolivia, como las autoridades municipales. Igual que aquí en Brasil también, las autoridades, las gobernaciones, en el Acre y aquí en Mato Grosso. Y es Rondônia en Guayaramerin y Acre en Cobija, entonces se escucha las autoridades, que es lo que quieren, qué hace falta. Hace falta apoyo a la agricultura, apoyo a la ganadería con vacunas, que sé yo. Un montón de cosas, o quieren semillas, para la agricultura para la siembra, o quieren centros de salud para mejor atención de la gente, o quieren más escuelas, pretenden desarrollar escuelas bilingües, que se enseñe castellano en el lado brasileño, y portugués en el lado boliviano, para que la gente en la frontera no tenga problemas en comunicarse, en la comunicación interna. Y también este crear escuelas integrales, donde estudian tanto bolivianos como brasileños, y centros de salud, que puedan atender a ambos lados, como que se da no fácil, bueno y presta mucho apoyo a Bolivia. En algún lugar de Bolivia donde puede también Cobija, hay

mucho brasileño que va al lado de Cobija a hacerse atender, cuando vinieron los cubanos a hacer las operaciones de los ojos vinieron muchos brasileños para una aldea. Y también la cuestión de la educación porque en Cobija es una ciudad de una capital, entonces ahí hay muchas carreras de medicina. Los estudiantes de Brasil pasan al frente y estudian medicina y vuelven por la tarde a su casa, entonces ver esa forma de cómo se puede desarrollar la cooperación más de cerca por las autoridades tanto diplomática como las autoridades gubernamentales de aquí del Brasil. Ese el propósito de los comités de integración fronteriza, que se han llevado a cabo hoy día en las reuniones de ronda. Y tenemos muchos compromisos, seguimos las actas después de que se llevan a todos los acuerdos... Se hace un seguimiento, un punteo de todos los temas, y ahí se firma una acta, para decir hemos acordado esto, esto y esto... y se va esa acta se va implementando los temas de acuerdo al tiempo que va pasando. Ese es el propósito de los comités de integración.

P: ¿Y hay instrumentos legales, formales, entre los países para que funcione el territorio de frontera?

R: Si, ¿no le digo que el 2012 se han suscrito? ¿Se ha suscrito un convenio entre Brasil y Bolivia? Entonces se cambiaban a nombre de los comités de frontera antes, y ahora ya es Comité de Integración Fronteriza. Claro que hay esos dos convenios, hay esos dos convenios.

P: En los comités, ¿hay alguna queja en cuanto a la actuación de las fuerzas policiales y del ejército del Brasil en la frontera sea con respecto a los oficiales del lado boliviano, o a los civiles? ¿Cuál es la integración en este tema de seguridad?

R: Bueno este, ha habido varios encuentros y choques entre la policía por varios motivos, porque están persiguiendo a un delincuente digamos en el lado brasilero, y el delincuente se entra al territorio boliviano, y en muchos casos la fuerza brasileña ha invadido los territorios hasta los regimientos policiales de Bolivia han entrado a los regimientos policiales, ha habido cierto abuso por parte de las autoridades. Pero ya... han hecho las paces.

Porque hay mucho tráfico de droga en la frontera entonces muchos brasileños van en barcos, en barcas van al lado boliviano, compran droga y traen por el río boliviano. La policía brasileña para capturarlos a ellos los controla y ahí se chocan con la policía boliviana. ¿Cuál es la jurisdicción de cada uno? Es para controlar entonces a veces

pasa... o los bolivianos pasan también al lado brasileño. También están prohibidos, porque cada uno tiene su jurisdicción. Claro que tienen convenios ellos para coordinar la parea, pero tienen que hacer de manera combinada. El gobierno brasilero por ejemplo, en la implementación de esta, yo no recuerdo el nombre que le han puesto, pero hay visitas periódicas de las FFAA a la frontera que toman momentáneamente por uno o dos días hacen una batida, como se dice.

R: Una batida al narcotráfico. El gobierno brasileño manda nota a Bolivia para que el ejército boliviano, también se esté presente en la frontera para que el trabajo sea conjunto y no sea unilateral. Hay las operaciones Ágata, 1, 2, 3, 4, 5 – han hecho con Colombia, han hecho con Paraguay, y han hecho con Bolivia también. Eso es muy importante, para todos los temas de tráfico de menores, trata de personas, seguridad de frontera, narcotráfico. Temas policiales y temas militares, también siempre ha habido esos problemas de que el choque de la policía, pero también hay entendimiento, tema de autoridades.

P: ¿En esos temas se involucra la agregaduría de defensa de la embajada?

R: Bueno, ellos tienen su propia hermenéutica. Porque ellos trabajan con el área militar también de otros países que tienen aquí su representación y también con los militares del mismo Brasil. Pero del ejército, de las fuerzas aéreas de la naval, podrán pasar a coordinar las actividades cívicas de las fechas cívicas, ese tema y en otras actividades que el embajador pueda ver conveniente el servicio de ellos, pero ellos están más abogados a sus temas de ellos, porque tiene recepciones e invitación aquí para visitar algún lugar especial en Brasil. Se viajan al interior, etc.

P: ¿Ese tema de la integración aunque en la seguridad de la frontera, está más a cargo la parte política que del embajador de los secretarios?

R: Si, en... o sea en realidad es la responsabilidad de ambos gobiernos a través de sus representaciones diplomáticas... el embajador como máxima autoridad representa al Estado Boliviano en Brasil para los efectos de coordinar con las autoridades brasileras aquí, todos los temas que se quieran llevar a cabo en las fronteras. Bien, creo que era más o menos eso. (...)

Es que hay varios temas pendientes en la frontera, hay un tema por ejemplo que Ud. puede destacar en su trabajo que es el tema del medio ambiente, porque nosotros en Bolivia, en parte tenemos acceso al río Paraguay, entonces no podemos... con marcos

muy grandes del lado boliviano. ¿Por qué? Porque del lado brasilero, tenemos obstáculos para acordar el tratado para que la barcaza pueda llegar más arriba o abajo, no creo que dejar la barcaza allá más allá en los ... Llegué aquí de (inint) llevamos barcaza allá... para decirte ahí vas a pasar, vas a pasar. Entonces ... Brasil... que haya mayor cobertura. Además que hay un convenio. Hay un convenio, un tratado donde el Brasil se compromete a ser el tratado. La hidrobía Paraná-Paraguay. La hidrobía... en el ámbito de la hidrobía ha habido... integración de las fronteras.... y entonces ahí es que nosotros nos decíamos en función del resultado del proyecto del Bravado, que a medio... nos han contaminado el ambiente, supuestamente, porque una ONG le ha seguido un juicio al estado brasilero, pero ya hace más de 10 años. No tenemos información, han llegado a acuerdo, nada pero vamos a seguir esperando que más bien comuniquen... para ellos limpiar bien el río, para ahondar un poquito más y...

((fim da transcrição))

APÊNDICE S

**ENTREVISTA COM DIRETOR-GERAL DE SEGURANÇA CIDADÃ E
PREVENÇÃO DE DELITOS DO MINISTÉRIO DE GOVERNO DA BOLÍVIA**

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Henry Baldelomar Chávez)

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

R: No tenía el carácter integral que tiene la actual promulgada el 2012. Una vez que se promulgó la ley 2012 se elaboró el plan nacional de seguridad ciudadana por los próximos cuatro años que está en implementación. Y, por tanto, ejemplo, el ministro que sea designado o sea ratificado, tendrá que proseguir con la implementación del Plan Nacional de Seguridad Ciudadana. El Plan Nacional, tanto la ley como el plan nacional tienen algunos elementos que son, que no estaban contemplados en la anterior norma. Parentesis: el Viceministerio de Seguridad Ciudadana se crea recién el 2006... antes era una dirección que dependía del Viceministerio del Regimen Interior, Policía y Gobierno. El 2006 por la importancia, la complejidad de la problemática y del fenómeno de la inseguridad, es que el gobierno decide crear un viceministerio de seguridad ciudadana.

Entonces, seis años después se promulga la ley 264 y decía hay elementos innovadores. Uno de los elementos de la actual ley, es que se garantiza la asignación de presupuesto para la seguridad ciudadana, no solamente del Gobierno Central que lo hacía parte de sus responsabilidades, sino también de las entidades territoriales autónomas. Bolivia desde el 2009, después de la aprobación de la nueva constitución, se ha definido como un estado con autonomías, un estado unitario con autonomías que es una suerte de posición equidistante entre las formas de estado unitario, y las formas de estado federales, como es el caso de Brasil que es un estado federal, nosotros hemos adoptado una situación un poco intermedia. Mantenemos el carácter

de estado unitario pero hemos reconocido autonomías tanto departamentales como municipales. Las municipales ya existían pero no con las competencias que hoy actualmente existen y las departamentales son reconocidas a partir del 2009. Estas las autonomías, tanto departamentales como municipales, no asignaban recursos para seguridad ciudadana... porque entenderían que esto era una tarea o una responsabilidad exclusiva del gobierno central.

P: Por medio de la Policía Nacional...

R: Por medio de la Policía Nacional, de la Policía, hoy, denominada Policía Boliviana.

P: Policía Boliviana, sí.

R: Pero claro, el concepto de seguridad ciudadana no se restringe únicamente a la variable Policía Boliviana. Son otros elementos, más que hay que contemplar en la ecuación de seguridad ciudadana, por supuesto la policía es el principal elemento, pero después hay otros... que claro se iban desatendiendo de forma progresiva porque los gobiernos municipales y departamentales no asignaban recurso alguno salvo que alguna vez un vehículo o algún tipo de equipamiento, con la ley 264, ya se establece la obligatoriedad de que cada entidad asigne un mínimo del 10% para poblaciones superiores a 50 mil habitantes del IDH... El IDH es el impuesto de los hidrocarburos. Bolivia es un país que fundamentalmente su principal fuente de ingreso es la exportación de gas. Brasil es uno de los (...) y la Argentina son los dos principales mercados a los que exportamos gas, en importantes volúmenes y eso nos genera un importante ingreso, como son varios los departamentos que producen el gas. Los principales son Cocha... Tarija y Santa Cruz. Pero para que no sean para establecer alguna suerte de equilibrio hace algunos años atrás se estableció un impuesto al gas, y eso se distribuye entre todas las entidades territoriales autónomas y que son montos importantes por la cantidad de gas que se exporta. De esos recursos que se les asigna a cada una de las entidades territoriales autónomas la ley establece que deben asignar como mínimo el 10%. De ese modo ya está garantizada el poder contar con recursos económicos. Esto se ha implementado a partir del 2013, o sea que estamos a dos años de aplicación de esta norma...

Donde por supuesto se ha advertido los resultados de ese significativo incremento en la asignación de presupuestos para seguridad ciudadana. Ese es un elemento, el otro elemento producto del diagnóstico que se realizó tanto en la primera como segunda

cumbre, es que Bolivia, o el sistema de seguridad ciudadana, adolecía de escasa infraestructura. No se había hecho una inversión continua en una dotación de infraestructura tanto a la policía boliviana como a otras instancias, ameritan y requieren una mejora de infraestructura. Una de ellas es por ejemplo, migraciones...

Migraciones todavía tiene condiciones de infraestructura deficientes, particularmente en las fronteras, lo que hace que sea más difícil o en todo caso menos eficiente el control migratorio... la ley establece para modificar esa realidad franciscana de la infraestructura que debe invertirse y las entidades territoriales autónomas también deben tener responsabilidad en ello, y deben contemplar en su presupuesto, dotar de infraestructura. Un tercer elemento de la ley, es la incorporación de tecnología preventiva. Hasta antes de la ley no se concebía la posibilidad de utilizar tecnología preventiva, esto es particularmente el uso de cámaras, video-vigilancia, la introducción de GPS y otros instrumentos o dispositivos tecnológicos. Entonces la ley también ya plantea la necesidad de utilizar tecnología preventiva. Esto contempla también la implementación del servicio aéreo de seguridad ciudadana. Empezó en Santa Cruz con dos helicópteros que prestan servicio a la ciudad capital, servicio aéreo de seguridad ciudadana, y... se va incrementando progresivamente... dentro de lo que son la dotación de infraestructura, la ley establece la necesidad de construir estaciones policiales integrales. Esto con dos propósitos: uno, desconcentrar los servicios policiales, particularmente en las ciudades de gran densidad poblacional que son Santa Cruz, El Alto, La Paz y Cochabamba, que son las cuatro ciudades que concentran aproximadamente un 70%, 68, 67% de la población urbana. Y, por tanto, se han extendido y son ciudades bastantes grandes, y es necesario entonces, desconcentrar los servicios policiales y para ello la necesidad de la construcción de las estaciones policiales integrales. Y el propósito es que haya coordinación con otras instancias, el Ministerio Público, juzgados, y la existencia de fiscales, particularmente en estas estaciones policiales integrales, de modo que sea mucho más efectivo el trabajo, porque no es solo policía si no también indispensable en algunas circunstancias, fiscales y presencia de ministerio público.

Esos son los elementos innovadores y se complementan con la adopción de la filosofía de la policía comunitaria. Una de las grandes debilidades que se tiene es que la población no tiene la suficiente confianza en la policía. Es un problema generalizado en América Latina...

P: Sí.

R: Con distintos factores han llevado a que la institución policial hay deteriorado los niveles de confianza por la población, es más... hay una investigación, que realizó una universidad... fue publicada el año pasado sobre el nivel de corrupción que habría en la policía. (...) La Unifranz, la Universidad Franz Tamayo hizo una investigación en el año pasado, y la institución con más observación por comportamiento extorsivo, es la policía boliviana. De 10 mil personas que habían sido encuestadas, 6 mil, más del 50%, (...) afirmaba haber sido objeto de algún acto de corrupción, y de esos las denuncias correspondían un 40% a la policía. Es decir 3850 personas de esas 10000 afirmaron haber sido víctima de corrupción por efectivos policiales...

(...) Después hay algunas otras, recientemente la Ministra de lucha contra la corrupción y transparencia, Nardi Suxo también hizo un informe donde también la policía estaría en el ojo de la tormenta...

Entonces eso hay que modificar. Eso entendemos que hay que modificar porque si no esto va a ser un proceso de deterioro progresivo y va a ser difícil alcanzar indicadores positivos de seguridad ciudadana. Por eso que se introduce la filosofía de la policía comunitaria, para ir recuperando los niveles de confianza entre la población y la policía. Esto en alguna medida se desarrolló pero no con intensidad, porque es una suerte de aporte de la policía inglesa. Es un concepto que los ingleses lo desarrollaron, y que tenía mucho éxito en su implementación. Queremos nosotros llegar a esos niveles de mejora en la percepción de la policía y complementarlo con ya en términos operativos, con lo que también ha sido exitoso tanto en Colombia como en Chile, que es la organización mediante cuadrantes. De modo que eso sea, se pueda maximizar las capacidades institucionales de la policía. Eso es digamos lo que la ley en sus elementos más relevantes plantea... y por supuesto que la ley pues contar con una arquitectura normativa que ataque cada uno de los factores de riesgo que constituyen una amenaza de la seguridad ciudadana. Por ejemplo, se ha aprobado el mismo año la ley de control y consumo al expendio de bebidas alcohólicas. En Bolivia, lamentablemente es un problema cultural, el consumo en exceso de bebidas alcohólicas. Esto ha provocado un incremento de las violencias, donde las víctimas generalmente son mujeres, o gente joven, y ahí involucrados son víctimas y victimarios...

La violencia intrafamiliar también, la mayoría de los casos se ha detonado porque uno o los dos cónyuges estaban en estado de ebriedad, y lamentablemente en esa condición o en ese estado es casi difícil o imposible de controlar estados emocionales que a veces se desencadenan en hechos de violencia. Entonces se ha aprobado una ley para ir mejorando de forma progresiva. La ley de control al expendio de bebidas alcohólicas, la ley de bomberos, la ley de tenencia de armas... con respecto a esto ley, por ejemplo, también, no con la misma gravedad como donde el Brasil, donde prácticamente población civil tenía cantidad significativa de armas, y donde se ha comenzado un proceso de intercambio de desarme civil, Bolivia también si la población en un porcentaje mucho menor tiene armas. Y se está regulando una ley que se aprobado para regular la tenencia de armas en población civil.

La idea es desarmar digamos la población civil y que no tengan, no sean portadores de armas. Estamos trabajando en la elaboración y promulgación de distintas leyes que vayan atacando estos factores de riesgo. También se aprobó la ley de Lucha contra la trata y tráfico de personas... que es un problema que nos preocupa aunque los indicadores no son muy altos. Pero tenemos referencias o información de que hay este tipo de delito que además es un delito ya transnacional. Teniendo una estructura normativa que se va a ir complementando y además las ETAS tienen que hacer sus normas de acuerdo a sus competencias, particularmente la 259, porque Bolivia es un país que tiene todo tipo de celebraciones particularmente religiosas y culturales. Cada municipio tiene su santo, su virgen, y sus fiestas patronales, son en esos eventos en los que se consumen bebidas alcohólicas. Corresponde al gobierno municipal regular aquello. Una estructura normativa que nos permita ir atacando esos factores de riesgo, infraestructura, financiamiento, por supuesto un fortalecimiento de la policía, tanto en equipamiento como en su formación, con la filosofía de la policía comunitaria son los ejes fundamentales que guían la ley 264.

La ley ha establecido que la seguridad ciudadana es una prioridad nacional, por lo tanto no debe escatimarse esfuerzo y recurso como para ir mejorando y finalmente se ha estructurado un sistema institucional de seguridad ciudadana. En cada ciudad o municipio, hay un concejo municipal de seguridad ciudadana. El responsable o el presidente de ese consejo es el alcalde, y participan representantes del Consejo Municipal, la Policía Boliviana y lo más importante para nosotros, participan de este consejo, representantes de las organizaciones sociales, juntas vecinales o lo que son

organizaciones de la sociedad civil. Esto nos va a permitir que la ejecución o la inversión de sus recursos que están establecidos por ley, sean en función de las necesidades que haya. Y además haya mayor nivel de legitimidad en los programas y planes que se lleven a cabo. Y hay un mejor control de los destinos que se den a esos recursos, que ya por ley están establecidos. Estamos dos años y un poco más, con la implementación de esta ley, y el Plan Nacional de Seguridad Ciudadana. Esta ley es un Plan Nacional de Seguridad Ciudadana.

P: Por lo que vi...

R: La ley establece también la creación de un observatorio nacional de seguridad ciudadana y voy a proporcionar dos...

(...)

R: Estamos convencidos de que debemos ser capaces de medir los resultados de la implementación del plan y de los indicadores de los distintos tipos de delitos, para que esos, esa medición nos permita mejorar nuestras políticas públicas, entonces está de ese modo, así... muy sintéticamente formulada la ley y la política pública de seguridad ciudadana.

P: Y en algún momento Uds. han percibido, porque en la ley no hay una separación para regiones de frontera, pero ¿hay algún plan especial o específico? O Ud. trabaja en la articulación con la ADEMAF con los...

R: Claro, sí, se trabaja en coordinación con otras instituciones. Migraciones, ADEMAF, que tiene la responsabilidad de las fronteras y las macro regiones, y las FFAA por supuesto. Algunos temas muy particulares trabajamos como es el tema de trata y tráfico. Ahí tenemos responsabilidad y se han desplegado algunos esfuerzos particularmente en el sur de Bolivia se ha junto con la cooperación internacional, particularmente de BENIBE (inint), se ha reforzado se ha equipado los controles que se llevan a cabo en las tres poblaciones fronterizas que son Bermejo, Yacuiba y Villazón.

Porque una de la áreas más débiles de control y donde lamentablemente está ocurriendo quizás la trata y tráfico de personas es en la zona sur. Es por eso que hemos, el año pasado, desarrollado un esfuerzo adicional, equipando, mejorando los niveles de control en esas zonas, para evitar de que siga proliferando o incrementándose el delito de trata y tráfico. Y en coordinación con la Dirección General

de Migración, trabajamos en todas las fronteras para tener un mejor control de flujo migratorio.

P: ¿Y cuál es la relación en ese sentido en las zonas fronterizas? Y si Ud. sabe algo específicamente con respecto al Brasil, con las fuerzas que trabajan seguridad ciudadana al otro lado. ¿Cuál es el nivel de frontera?

R: Sí, hay, se reúnen con alguna regularidad, estos comités de frontera, particularmente, si mal no recuerdo en Santa Cruz se llevan a cabo... se han establecido algunas acciones conjuntas, y donde no solamente participa el Viceministerio de Seguridad Ciudadana si no están otras instancias: Migración, también el tema de la Viceministerio de Defensa Social y ... Control de Sustancias Controladas... hay en el caso nuestro de seguridad ciudadana, con el consulado del Brasil en Santa Cruz, hemos intentado mejorar tanto lo que es el servicio y la atención en el tema migratorio y preservar la seguridad de los importante cantidad de estudiantes brasileros que hay en Santa Cruz, hay en Santa Cruz prácticamente tres universidades privadas buen porcentaje de su población estudiantil son estudiantes brasileros. Estamos hablando de UDABOL, UCEBOL y... la Universidad Nacional Ecológica. Son los que tienen gran cantidad, es más, hay algunas ascensiones donde la población estudiantil de origen brasileros es importante. Alguno de ellos han sido objetos de atracos, etc., hemos conocido denuncias, entonces estamos intentando mejorar algunos organismos de control. Y fundamentalmente orientar a los estudiantes con algunas medidas preventivas y evitar que sean extorsionados con los falsos policías...

P: ¿Y en términos de cooperación internacional con el Brasil, eso se ha incrementado después de la salida de la DEA de Bolivia? Ud. tiene alguna...

R: No tengo datos exactos pero sí ha habido una, un mayor relacionamiento, fundamentalmente estaba por concretarse, no sé si habrá concretado esto no es de mi intendencia, pero sí tengo información que se tenía previsto poder contar con los, utilizar, o tener información de los radares que tiene el Brasil en la frontera, pues, en los pueblos de, aeronaves clandestinas, que transitan por espacio aéreo boliviano, requieren tener mayor control, porque se utilizan a veces, se utilizan pistas clandestinas, entonces, se... el Ministerio de Gobierno, el Ministro de Gobierno, Sr. Don Carlos Romero había conversado y había, algunos avances substanciales, para que el Brasil nos permita utilizar o tener información de los radares que ellos cuentan

próximo las fronteras. Esto para combatir el narcotráfico y en otras áreas también se ha advertido una predisposición, de parte del gobierno del Brasil, para ir mejorando, el nivel de coordinación tanto de lucha contra el narcotráfico y delitos anexos, como también para mejorar los niveles de control migratorio y trabajar de forma coordinada también de chapas policías.

Esto naturalmente es progresivo. A medida de que se vayan dando los resultados también se irán mejorando los niveles de coordinación. Con la salida de la DEA, naturalmente Bolivia ha necesitado incrementar sus esfuerzos como estado en materia de recursos económicos, y también fortalecer los lazos de cooperación con los países vecinos. Bolivia tiene como a vecinos a cinco, y dos de ellos son de alguna medida, fronteras donde hay mayor nivel de vulnerabilidad. El primero de ellos con el Brasil que se tiene una frontera bastante extensa, es el país que con más fronteras se tiene, va desde el Norte hasta el Sur casi, y el otro país con el que también tenemos un grado de vulnerabilidad de fronteras es el Paraguay, en el Chaco. El Chaco es una zona, hay poca presencia y control de parte de ambos países, de parte de Paraguay y de Bolivia. Y es por donde muy probablemente se están cometiendo algunos delitos. Ya con los otros tres países, que es con Perú, Chile y la Argentina, el nivel de vulnerabilidad es mucho menor. Con el Perú, prácticamente es el Lago Titicaca, tenemos que hacer un nivel mejor de nuestros niveles de control porque presumimos que el ingreso de la droga que a veces es incautada acá en Brasil, digo... Bolivia, pero que tiene como destino Brasil a veces, proviene del Perú y lo ingresan a Bolivia, usando las aguas del Lago Titicaca.

Pero bueno, la salida de la DEA ha exigido y ha requerido fortalecer más aún, los mecanismos de integración. Particularmente porque al ser vecinos, es mucho más exigente la posibilidad de tener mejores niveles de coordinación y efectividades de control.

P: ¿Hay índices de los tipos y cantidad de delitos en zonas de fronteras, y fronteras por país? ¿Quiénes los sacaría acá? ¿Dónde podría yo ubicar estos datos?

R: Migración tiene los datos sobre ciudadanos que han sido expulsados por delitos... y el Viceministerio de Defensa Social es... también regula una de los delitos vinculados al narcotráfico...

P: Con respecto a temas de seguridad ciudadana, la policía es la que hace el registro pero no se hace una desagregación por nacionalidad. La desagregación es por tipo de delito, puede ser extranjero o nacional, homicidio es homicidio y no importa quien lo haya hecho...

R: Entonces, no se hace la desagregación. Sin embargo, los ciudadanos generalmente han sido objeto de alguna sanción o han sido aprehendidos, son de nacionalidad colombiana, digamos en porcentaje mayor, probablemente después dependiendo de que lugar. Si hablamos de la ciudad de La Paz o sea de esta ciudad de La Paz y el Alto, extranjeros que hayan incurrido en algún delito son de nacionalidad peruana. Si hablamos de la zona de oriente boliviano, Santa Cruz, están entre colombianos y brasileros. Los delitos también son distintos, dependiendo de la gravedad, entre colombianos y brasileros son los que han incurrido en delitos de violencia. Particularmente en Santa Cruz, hasta ahí inclusive algunos percibo a ciudadanos brasileros y colombianos víctimas. En el caso de La Paz y el Alto, la violencia generalmente es por peruanos. Si tuviesen regulación general de extranjeros... de todos los extranjeros que cometen delitos, los que más frecuentemente incurren en ellos son de nacionalidad peruana. Lo mismo y en oriente los que más incurren en hechos de violencia, colombianos y brasileros. Por supuesto hay también de otras nacionalidades. Eso es lo que en alguna medida podemos nosotros deducir de la información que la policía genera. Pero claro, lo sustancial no es determinar de qué nacionalidad hacen sino identificar el tipo de delito. Si es homicidio, robo o hurto o delito contra la comunidad o delito contra la integridad de la persona... es lo que nos interesa a nosotros en el registro más exacto.

P: El debate sobre seguridad ciudadana y la intención de intervenir en la política si hay organizaciones específicas que trabajan con el tema, como el gobierno, también lo plantea a la sociedad el debate. ¿Cómo funciona?

R: La ley establece que la seguridad ciudadana se basa en tres debates. Uno es la corresponsabilidad institucional en tres niveles de gobierno. Es el primer pilar, y los otros dos pilares se vinculan a la sociedad civil. Segundo es que se requiere una participación ciudadana.

P: ¿Y ahí es el gobierno quien les convoca?

R: Si, y el control social, son los tres pilares que contempla la ley. Entonces es por eso que los consejos tienen participación de la organización o de la sociedad civil. Porque sin ellos, probablemente no se podrá lograr mejores resultados, y fundamentalmente la seguridad ciudadana es una progresiva modificación de conductas y de comportamientos. Y eso no se hace simplemente con que la policía este recorriendo y haciendo patrullaje. Eso no cambia conductas ni comportamientos. Lo que cambia conductas y comportamientos es una sistemática educación ciudadana. Y ahí, los que tienen que ser participes tanto como en calidad de receptores, digamos, pero también de protagonismo y protagonistas, es la población civil. Por eso creemos que es importante la participación ciudadana, aún todavía es algo escéptica, porque hay que tener en cuenta que la seguridad ciudadana hoy, las características conceptuales que tiene el concepto de seguridad ciudadana no lo era en el pasado.

En el pasado la seguridad ciudadana estaba directamente asociada a la seguridad del Estado. Es más, durante los períodos de dictadura que han sido una parte del siglo pasado. Es decir de la década de los 70 hasta el 80, la seguridad ciudadana estaba asociada a temas de la seguridad nacional. Y, por tanto, a veces, o no a veces, si no con un nivel de frecuencia se vulneraban los derechos humanos. Y las instituciones, policía y FFAA, y en este caso policía, tenían como función básicamente ello. Han sido formadas durante mucho tiempo, en las academias de formación policial, con un concepto de represión. Y la policía en la mayoría de los casos siempre ha tenido un comportamiento represivo. Eso, después de recuperar a la democracia en América Latina y en Bolivia, se tenía que modificar y se modificó en principio incorporando algunos contenidos vinculados al respeto a los derechos humanos en la formación de los policías. Pero en la población todavía persiste que para que haya seguridad ciudadana es la policía la que tiene que garantizar la seguridad ciudadana. Entonces estamos trabajando en que no la seguridad ciudadana no es solamente que hay policías, porque no podemos tener un policía en cada domicilio para evitar que haya violencia doméstica.

Para que no haya violencia doméstica los responsables son los que habitan ahí adentro de ese hogar, y tienen que formar sus valores, y tiene que haber un progresivo, digamos asimilación de lo que es la tolerancia, el respeto, etc. Y ahí los consejos son fundamentales, porque ahí están sus representantes, y esos recursos, no únicamente se van a destinar a construir la infraestructura.

Comprar vehículos, dotar de equipamiento a la policía. Si no, también garantizar un sostenido, formación en educación ciudadana, y los mismos ciudadanos tienen que convertirse en los facilitadores, con la guía y orientación de tanto de la policía como de otras autoridades. Y ahí está radicada nuestra expectativa, el éxito que podría tener esta estructura institucional en los consejos de seguridad ciudadana. Hay algunas organizaciones no gubernamentales, que coadyuvan en esta tarea, trabajan, ven en temas muy específicos. Por ejemplo, acá en la ciudad de La Paz hubo una que yo podría mencionar que hablan de violencia de la mujer, es el CACEM...

Que inclusive hemos trabajado en algunas iniciativas. Hay otras también, hay una muy importante con la que también hemos trabajado que es UNIR, cuya filosofía es esencialmente la de la paz, y nosotros creemos que eso es fundamental, después hay algunas otras ONGs que están preocupadas por la seguridad vial, es otro problema que también genera muertes, heridos, destrucción material. La sociedad civil tiene algunas organizaciones que trabajan en temas puntuales, uno es violencia de género, otras trabajan el tema de violencia contra niños, algunas trabajan en temas de bebidas alcohólicas, en la fundación de UNIR en todo caso en la eliminación de factores que puedan producir violencia de todo tipo. Pero, todavía sigue siendo insuficiente... por otro lado es muy disperso el trabajo que realizan, por eso es que a veces no se puede ver con bastante nitidez los resultados de cambios, de modificación... Porque lamentablemente el estilo de trabajo de las ONGs es un poco disperso. Entonces hace depende de....

P: Ya más puntuales...

R: Su incidencia geográfica, algún trabajito. Eso es parte de la dinámica de trabajo que ellos cuentan.

P: Muy bien. Aquí por lo que yo había notado que necesitaba de información, su explicación está completa. Si recuerda algo más o que yo no haya preguntado...

(...)

R: Y en seguridad ciudadana no se puede obtener rédito político a corto plazo, los resultados se van a ver de acá a unos diez años probablemente, si acaso se hace bien las tareas. De acá a diez años si un político dice eso no, yo necesito que haya resultado de aquí al próximo porque para mi reelección es necesario esto. Tropezamos con esa dificultad, una visión demasiado inmediatista de parte de quienes

son alcaldes, quienes son presidentes de los consejos, entonces se invierte en lo que se ve. Y lo que se ve es vehículos, porque eso se compra y se muestra. O construyendo una infraestructura. Pero no se invierte en educación porque claro eso no se ve...

Solamente se puede quizás sentir los efectos del viento pero la prioridad política de las autoridades particularmente es tener resultados a muy corto plazo y por eso es porque compran y compran. Hay por ejemplo, hay un municipio que ha comprado tantos vehículos que ya no hay quién los maneje. Es demasiada la cantidad de vehículos que están ahí guardados los vehículos, motos. No existe personal suficiente, policial como para que se pueda asignar esa cantidad de vehículos. Porque el crecimiento vegetativo de la policía boliviana no ha sido suficientemente acorde al crecimiento vegetativo de la población. Pero sí hemos mejorado. Le decía desde 1988, cuando en el 2005 se inicia este gobierno, en todo caso este ciclo de Evo Morales, teníamos veinticinco mil policías para una población de unos ocho millones de habitantes

Hoy tenemos unos 34 mil policías para una población de 10 millones, ha mejorado la cantidad de policías pero todavía sigue siendo insuficiente... es mucha más la cantidad de policías que se motivan o que dejan la institución policial, que los que ingresan a la carrera profesional de sin ser policía. Por eso también queremos mejorar, incrementar la cantidad de academias, porque hasta hace muy poco tiempo atrás, había una sola academia y era en La Paz. Y todo el que quería ser policía en Bolivia tenía que venir a La Paz...

P: Tenía que venir...

R: Claro, era difícil que puedan venir de Tarija de Santa Cruz, por la distancia y los costos que implican trasladarse a un joven a una ciudad. Hoy ya tenemos la academia en Santa Cruz, vamos a tener una academia en Oruro, entonces ya va a ser mucho más fácil para que cualquier joven que pretenda estudiar y ser policía, pueda hacerlo en su lugar donde vive, o en todo caso, nació... y eso nos va a permitir mejorar los niveles de población para efectivos policiales y alcanzar lo que las NNUU consideran como la relación más o menos ideal que es un policía por cada 260 habitantes. Nosotros estamos por los 220 promedio, digamos. Pero un buen porcentaje de nuestros policías está en la ciudad de La Paz, como sede de gobierno, como ocurre probablemente en muchos países. En la capital del país es donde hay mayor cantidad

de policías. Pero claro, los distintos departamentos reclaman una mayor cantidad de policías... el caso de Santa Cruz, por ejemplo. Una ciudad, un departamento que todavía tiene un proporcionalmente no una cantidad razonable de policías. Es el departamento con mayor actividad económica, con mayor crecimiento económico pero también con mayor cantidad de hechos delincuenciales.

Es ahí donde ocurren a diario, tres a cuatro hechos preocupantes, no es un robo, es un crimen. Y no tenemos una cantidad suficiente de policías. Este gobierno o es el actual ministro de Gobierno ha decidido, por ejemplo, designar a oficiales de policías allá en Santa Cruz para quizás tener un mayor nivel de presencia de autoridad. Porque antes no designaban oficiales de alto rango, sino se designaban oficiales de menor rango. Están siendo designados tenientes coroneles en lugares donde habitualmente había apenas un capitán si acaso... un capitán designado como principal autoridad.

P: Si... y eso hace parte de lo que están llamando reforma policial.

R: Si, eso es. Y después también queremos o la idea es optimizar el personal policial y particularmente aquel que desarrolla tareas administrativas. Y también reducir el nivel de personal policial que ha sido designado a ministerios o a oficinas públicas.

P: O sea desvíos de función.

R: Claro que hay a veces yo particularmente que en un estado democrático y un estado de derecho donde mas o menos se han alcanzado ya un nivel de madurez y de ejercicio de los derechos y de las libertades democráticas. La excesiva presencia de policías en instituciones del estado, para preservar la seguridad de esas instituciones, ya resulta ser un poco anacrónico. Necesitamos tener tantos policías en un ministerio de educación, según uno tiene quien ingresa y quien sale, y nada más. Con eso se hace con dos policías y listo, y no tener 10 ahí, ¿para qué? Esos 8 vayan a hacer patrullaje.

P: Van a la calle.

R: Entonces estamos en esa tarea de reingeniería de personal policial y transferir la mayor cantidad de policías que están desarrollando tareas administrativas o de control de instituciones públicas a la calle, para tener mayor cantidad de policías y por supuesto que vayan realizando la labor, que les corresponde, y luego está vinculado a la filosofía de la policía comunitaria y la organización por cuadrantes. Para tener un mejor control de áreas urbanas principalmente. Y que quien sea responsable de ese

cuadrante, efectivamente haga todo un trabajo de control, seguimiento, sistematización y relacionamiento con la comunidad. Una dificultad que tenemos es que hay demasiada rotación en personal policial. Entonces ni bien ha sido asignado a un lugar, este ya es cambiado, no logra construir los niveles de confianza...

P: Vínculos.

R: Y también de conocimiento del lugar al que ha sido asignado. Eso es.

(...)

((fim da transcrição))

APÊNDICE T
ENTREVISTA COM DIRETOR-GERAL DE ZONAS DE SEGURANÇA
FRONTEIRIÇA DO MINISTÉRIO DA DEFESA DA BOLÍVIA

PARTICIPANTES

P: Perguntas (Heloisa Marques Gimenez)

R: Respondente (Juan Carlos Millares)

LEGENDA

... → micropausa ou interrupção ou alongamento vocálico.

(...) → demonstração de corte em trechos não relevantes.

(inint) → palavra ou trecho que não conseguimos entender.

(palavra 1 / palavra 2) → incerteza da palavra / hipótese alternativa.

((palavra)) → comentários da transcrição ou onomatopeias.

((início))

P: Bueno, Ud. me hablaba del plan Condor...

R: Claro

P: Y del cambio hace...

R: Si, podemos decir de que el surgimiento del nuevo estado plurinacional a partir del 2009 ha cambiado practicamente toda la estructura toda la visión de un país. Antes podemos decir que en la época del ochenta cuando Ud. me pregunta si ha cambiado hasta esta época, porque en el anterior periodo en la época del ochenta vivíamos una república practicamente subyugada dependiente de otros estados de potencias mundiales, o sea no teníamos mucha decisión, hasta nuestra economía dependía de otros estados. Ni que hablar de la seguridad, ni que hablar de las políticas internas de seguridad que teníamos, las fuerzas armadas que teníamos, el mismo, la misma policía nacional, la seguridad interna como externa estaba totalmente digitalizada y dirigida. Entonces a partir de 2009 hay un cambio, porque hay una nueva constitución, se crea un nuevo estado. Hay una... se cambia la forma de gobernar un estado, y de ahí es que surge esto, los temas de seguridad de nuestro país. Entonces sale un nuevo pensamiento, sale una nueva concepción más real, más creíble, más propia, más nuestra. Entonces es por eso que va a encontrar en nuestra doctrina que hablamos desde Tihuanaco, desde el inicio mismo de lo que ha sido nuestro estado, lo que era el Alto Perú, de lo que ha sido la independencia de Bolivia, y posteriormente la nueva independencia del Estado Plurinacional. Por eso es que Ud. va a poder encontrar en esta doctrina muchas cosas, como vemos la ubicación misma de nuestro estado, la forma que hemos optado para nuestro gobierno, como manejamos nuestra economía, como ha cambiado nuestra economía, como ha disminuido hasta la deuda externa. Como hemos ido dando pasos gigantescos en el tiempo y ahora en tan pocos

años del gobierno ya podemos decir que tenemos resultados, que hemos dado grandes resultados, no solamente dentro del país, si no fuera también. La imagen de Bolivia Ud. como una súbdita brasilera ya ha debido entender que ha cambiado, ha cambiado la imagen de Bolivia en el exterior. Ya no somos como nos hacían ver antes. Antes Bolivia geopolítica era un estado tapón. ¿Qué era un estado tapón? Un estado que estaba en el centro de Sudamérica que estaba obstaculizando el desarrollo de los otros estados. Nosotros para muchos estados deberíamos desaparecer, porque no colaboramos al desarrollo de la región ni a las políticas de la región, y que éramos un país que entorpecía, además que era un país postergado, pobre y que nada.

Y todo eso ha cambiado después. Y, ¿por qué?, porque antes pareciera que nos hicieran ver como si Bolivia era simplemente un depósito de recursos naturales para el futuro. Que no es cierto. Mejor que no exista para que cuando nosotros lo necesitemos ahí va a estar. Porque si Bolivia crecía, si Bolivia desarrollaba, no era bueno para nosotros los demás. Y sin embargo, nos hemos dado cuenta de que no es así, de que nosotros como bolivianos tenemos igual, tenemos aspiraciones, tenemos sueños, hay gente muy capaz, gente muy preparada, que ama demasiado nuestra patria y que está dispuesta a luchar, a luchar por salir adelante para dejar algo mejor a nuestros hijos, a los que vendrán. Para no dejarles el mismo país que quizás hemos heredado. Entonces eso ha cambiado, nuestro departamento está siendo, yo pienso que brillantemente dirigido por el Presidente Evo Morales, el actual presidente. Esperemos de que a futuro esta conciencia nacional que ha despertado el estado plurinacional de Bolivia no cambie, que no sea solamente un proceso.

P: Sí...

R: Y que esto parece, a mi entender, ya no tiene vuelta atrás, esto va sin, ojalá que siga en buenas manos y que a futuro logremos lo que queremos ser. Por lo menos un estado con dignidad, un estado con soberanía, alejándonos un poco de la pobreza y de la postergación. Y de dejar y de que todos nuestros vecinos, dejen el concepto de que somos un estado tapón, de que no servimos para nada y de que solamente somos recursos y reservas para el futuro... Así es.

P: Y antes de este documento, ¿cuáles eran los parametros del Ministerio de Defensa y de las Fuerzas Armadas para la defensa nacional?

R: Bueno... Nosotros aunque... todos son papeles, siempre ha habido las políticas de defensa, siempre han estado, aunque no han sido muy creíbles. Nuestros institutos militares, las escuelas de postgrado que nosotros tenemos, como la Escuela del Estado Mayor, la Escuela de los Altos Estudios Nacionales, nosotros hacíamos juegos de guerra con cuadros. O sea podía ser un comandante de una división blindada que tenía 8 mil blindados, y eso no era real. Evidentemente la gente está preparada, para enfrentar un conflicto, y está preparada académicamente. Sin embargo, en la realidad, cuando iba a la unidad, solo tenía 100 blindados. En la realidad, de los 8 mil a los cien había una enormidad. Entonces, ¿qué hace ese comandante cuando quiere dirigir un teatro de operaciones, cuando quiere dirigir un conflicto? O asume esa responsabilidad, ¿qué haces si no tiene los medios? Eso era antes, nosotros soñábamos mucho: hablabamos hasta de brigadas aéreas, con armamentos sofisticados y así eran los juegos de guerra. Yo tenía grupos aéreos, con aviones caza de la mejor calidad, todo eso, donde en la realidad no lo teníamos. El antes era así. Antes era así porque nosotros heredamos una escuela norteamericana básicamente, donde se traía la doctrina de Estados Unidos y nosotros asumíamos eso en nuestros institutos, y en base a eso empezamos a...

P: Por medio del Plan Cóndor, por medio de estos...

R: Claro o sea la idea o la concepción anterior era que siempre íbamos a tener un apoyo. Y que llegado el momento del conflicto, nos iban a dar los medios y que nosotros teníamos que estar preparados para manejar esa cantidad de medios, esa cantidad de logística. Pero si vemos en realidad, no va a ser así. Nosotros tenemos que hacer nuestra fiesta con nuestra plata. Invitar a nuestros invitados y darles lo que nosotros tenemos. Y yo pienso que nuestra realidad estaba muy lejos de nuestra doctrina, de lo que teníamos... De ahí nace la doctrina plural, en que... se está manejando ahora en los institutos, ya como una, un sistema de guerra al estilo republiquetas, muy interesante que son novedosas, eso se hecho porque se está manejando la realidad de lo que tenemos, el pueblo armado. Ya no vamos solamente a los cuarteles, ya no son los que van a ir a la guerra solamente los que están en los cuarteles, van a ir hombres, mujeres, y niños. ¿Con qué? Con lo que tenemos. (...) ¿Cómo vamos a soportar una guerra prolongada, por decirte, una guerra que nos dure cien años? Hasta que la ganemos, como hacen otros países en el mundo. Ya dejamos de soñar, estamos todavía creyendo que podíamos potenciarnos una vez que se

mejore la economía. Vamos a mejorar el sistema y de defensa en general, porque ya está dando los primeros pasos el presidente Evo, estamos creciendo como fuerzas armadas, las fuerzas aereas, bueno el ejército que son los puntales practicamente de todo lo que representa la seguridad del estado como...

P: Y por lo que vi un poco en la memoria historica en el sitio del ministerio, el ministerio de Guerra antes era Ministerio de Guerra y Colonización. O sea que el ejército siempre tuvo este rol de integrar el país...

R: Exacto. Eso está, eso permanece ahora con las políticas cabalmente de esta Dirección, entre las políticas de la Dirección General de Zonas de Seguridad Fronteriza, está esa: activar polos de desarrollo y recomendar y crear polos de desarrollo. Es un poco complicado, porque donde nosotros necesitamos presencia del Estado, en muchos casos son lugares que son inhóspitos, no se pueden ocupar. No se puede ocupar porque no hay además ninguna fuente de vida, no hay comercio, no hay agronomía, no hay ganadería, no hay minería, ¿qué va a hacer esa gente ahí? Va a estar ahí... Es complicado el asunto. Lo que sí estamos haciendo es fomentar y hacer crecer los polos que ya tenemos.

Eso de la colonización era, bueno antes, con esa forma misión eterna del ejército. ¿Cómo hace el ejército? A través de los puestos militares adelantaba. Hacemos presencia del estado creando un puesto militar donde va un oficial con sus soldados y tropa. Y hisan la bandera y están ahí, hacen soberanía con la presencia, eso tenemos en todo este estado. No hay problema pero lo que nos falta son los polos de desarrollo, como país como estado, para que la presencia misma de la ciudadanía sean órganos interinstitucionales que participe la Aduana, que participe la Policía, que participe Migración, hacer este nódulos de la presencia de la presencia del estado...

P: Zona integral.

R: No solamente el puesto militar del ejército, nada más.

P: ¿Ya es experiencias de integración en estos puestos?

R: Si, sí. Han habido muchos casos, tenemos varios casos donde ahora cabalmente estamos trabajando con ADEMAF para crear esto que es que vayan a hacer itinerantes en la frontera con el Perú, por ejemplo, tenemos problemas de

contrabando, tenemos problemas de... narcotráfico, tenemos problemas de trata de blanca... donde el estado a veces no puede controlar. Son tan grandes las fronteras que tenemos, la frontera con el Perú es increíblemente grande. Es donde vamos a utilizar estos nodulos itinerantes de la presencia del estado, donde van, están un tiempo, unos seis meses, y despues se mueven. Y van a estar cambiando, mutando, para poder cumplir con su labor. Ese es nuestro trabajo complicado, requiere muchos recursos, mucho esfuerzo del Estado, pero la idea es clara. La idea es clara y tenemos que hacerlo. Tenemos que lograrlo.

P: Y ahí en el campo, en el territorio de frontera, ¿Cómo se da el contacto con las fuerzas de la policia o del ejercito brasilero?, ¿Qué tipo de contacto tienen?

R: Eso está normado. Hay una normativa. El Protocolo Internacional que lo manejan a través de la Cancillería. Tenemos ciertas normas que nosotros debemos respetar, por ejemplo, si me permite un ratito, le voy a hacer una exposición de una, de lo que fue la COMBIFRON. ¿Ud. sabe qué fue la COMBIFRON?

P: Ah, escuché.

R: Está ahí. Comisión Binacional Fronteriza. Tuvimos la segunda reunión con Bolivia y Perú, de ahí nace unos entendimientos, nosotros ponemos claramente lo que queremos y lo que esperamos de ellos. Y ahí entra también la relación que tienen, cuando qué pasa cuando una patrulla militar se encuentra con otra patrulla militar peruana, qué pasa cuando una patrulla peruana se encuentra con unos contrabandistas bolivianos, toda esa normativa está muy ((enfatisa)) clara. Nosotros estamos trabajando mucho en la cuestión de la... queremos hacer COMBIFRON no solamente con el Perú, queremos hacer COMBIFRON con la Argentina para analizar estos casos, por ejemplo, los desastres naturales que tenemos en la frontera común, la degradación del medio ambiente, narcotráfico, armamentismo, terrorismo, la pobreza. Los peligros al sistema democrático, la intervención que hay con las fuerzas armadas extranjeras, y algunas otras amenazas como por ejemplo, la degradación del medio ambiente, ¿a qué está referido? La pérdida de la cobertura vegetal, la erosión todo los problemas que puedan tener la contaminacion, la contaminación del aire, la contaminación del suelo, la contaminación del agua, bueno el efecto invernadero que esto produce, los gases en cuanto a estos programas que son técnicos más que otra cosa. El incremento de la temperatura en la superficie del planeta. Cuando tenemos nuestra ley de la Madre Tierra... hemos juntado seminarios varios acerca de la Madre

Tierra que es lo que más lleva el impulso el gobierno boliviano. Lo ha transmitido inclusive a las Naciones Unidas.

Podemos ver el... varias las FFAA en la gestión del uso de componentes en la Madre Tierra, esos son basicamente la situación ambiental, medio ambiental. Los parques que tenemos, el Manuripi, el Madidi, cómo se los debe conservar. El corredor, las denuncias en la tala de árbol, por ejemplo, los peruanos entran a nuestro territorio, sacan árboles, se los llevan al Perú y no hay control. Ese es un árbol por ejemplo que está copiando castaña, es un camión que tiene que ir con militar, no es de uso civil.

Explotación de almendras, denuncias de la tala ilegal. Aquí hay problemas en el lago Suche, por ejemplo. El lago Suche es, si Ud. me deja ver acá, es este Lago Suche. Por medio del lago pasa el límite fronterizo. Toda esta zona es una zona aurífera, tenemos mucho oro en ese lugar. ¿Qué pasa? Se han creado empresas, se han creado más de 22 cooperativas. Ud. va y ve una ciudad de explotan oro, están lavando el oro. Al lavar el oro están contaminando el agua. Y sin agua ya no hay vida.

Para que el oro se asiente utilizan químicos. Y nada sería eso, si no que el oro, se va al Perú. Y cuando está yendo al Perú, lo asaltan, lo roban, lo vuelven a traer para Bolivia. Así es una cosa muy complicada. Es un problema social. Es un problema de soberanía. Es un problema de...

P: de control...

R: Es un problema de ilícitos que se dan en la frontera. Todo eso lo estamos tratando de manejar a través de la Comisión.

P: ¿Y hay planes para que exista una con Brasil?

R: Estamos en eso porque me parece que ya el Perú tiene una con el Brasil. Entonces vamos a imitarla esa para poder este, no tengo la exposición, dónde está...

P: El Ministerio de Defensa como tal, ¿desde cuándo existe?

R: El Ministerio de Defensa practicamente desde se crea la institución, el ejercito ha nacido con la patria misma, al día siguiente que se funda la patria, se funda las FFAA.

P: Ya. ¿Y el Ministerio de Guerra?

R: Paralelamente.

P: Pero desde cuando se puede, porque ya han tenido ministros civiles, ¿no?

R: Sí, y han habido muchos.

P: ¿Y eso siempre fue posible, o es algo reciente?

R: No, ha habido ministros que han sido generales. Que han sido comandantes de comandantes de las FFAA y que después parecía un camino, después de comandante podía ser ministro. Pero después de que entramos en periodos de democracia. Desde el 82 que empieza la democracia. En Bolivia ya entraban ministros militares, militares jubilados, pero después ya empezaron a entrar ministros civiles.

P: Sí, eso ví en una memoria del ministerio del 1999 o 2000.

R: Claro. Y hay más civiles que militares, hay un convenio, está entre una de las cláusulas de UNASUR, es como un protocolo que no recomiendan que sea un militar el ministro de defensa. Ahora por eso es que ahora me parece que a partir de ahora ya no vamos a tener más militares ministros.

P: ¿Y la relación jerárquica entre FFAA y Ministerio de Defensa, cómo funciona?

R: El superior de todas las FFAA es el Ministro de Defensa. Después del Ministro de Defensa, tiene rango de Ministro el Comandante en Jefe de las FFAA y los tres comandantes de la fuerza del ejército, la de la fuerza aérea, y la de la armada, tienen rango de ministro, no son ministros, pero tienen rango de ministro. Sin embargo, el superior de todos, la cabeza del sector defensa es el ministro de Defensa. Después del Ministro están sus directores, después de sus directores vienen las fuerzas armadas. Por ejemplo, se ha propuesto se hace una agenda, se hacen planes, como se llega a lograr todo lo que fue la COMBIFRON. Aquí está un poco de la historia, se aprueban los reglamentos, hay un reglamento para la COMBIFRON muy interesante que se lo voy a mostrar también, que pretenden erradicar por ejemplo el contrabando organizado, de productos agropecuarios, erradicar el contrabando de acuerdos tomados en la reunión referidos a todo lo que es contrabando, lavado de activos...

Temas de evaluar cursos de acción urgente para combatir la contaminación, lucha contra las drogas, desarrollo alternativo. ¿Cómo se puede cambiar, como le puedes cambiar a esta persona que ha estado viviendo toda la vida del contrabando? Dándole otro trabajo, ayudarlo a que tenga una pequeña empresa, una tienda, o un micro mercado, o enseñarle agronomía, o enseñarle agricultura, o enseñarle ganadería, cría de alguna cosa, para que pueda dejar, ese es el desarrollo alternativo. Que es muy complicado también, se trató de hacer eso en el Chapare, en la zona de la coca de

Bolivia... Los norteamericanos pagaban para que erradiquen. Ellos erradicaban. Ellos iban y median y les pagaban. Después se dieron cuenta de que con esa misma plata compraban otros terrenos más y estaban haciendo más grande su producción. No funcionó, entonces vieron el desarrollo alternativo. Al que siempre donde está su cato de coca para que siembre banano, nosotros vamos a dar la plata para que... le vamos a comprar su producción más encima y no funcionó. ¿Por qué? Porque el banano no cuesta lo mismo que la coca.

La relación de precios era absurda, entonces, siempre decían, que aparte que hay que estar cuidando, que hay que estar fumigando, que hay que estar en una dedicación extrema. El otro trabajo era más sencillo, más simple, más fácil de hacer y... más lucrativo. Estas son las cosas que se ven en actividades de inteligencia, por ejemplo aca entre los ejércitos de Perú y Bolivia, intercambio de información para ver las actividades ilegales que hay en la zona de frontera. Hay que, seguridad y defensa, amenazas a los cometidos nacionales, se hace análisis de las actividades de narcotráfico, se analiza la delincuencia organizada, se analiza el tema de terrorismo, por el contrabando, todos sus niveles, amenazas que hay en las diferentes jurisdicciones de las unidades, y así es bastante grande el trabajo que...

P: Hay un sitio web de la COMBIFRON?

R: No, porque son organismos internos de defensa, pero son multisectoriales. Ahí participan la Aduana, participa Migraciones, las FFAA, los dos Ministerios de Defensa, la Cancillería, la Policía Nacional. Es el único organismo donde nos juntamos con los policías, generalmente nosotros tenemos unos trabajos muy distintos, muy separados, autónomos absolutamente, pero es el único lugar donde intercambiamos información y participación. (...) Como siempre, hay varias amenazas, tengo varias presentaciones acá de la COMBIFRON pero a lo que me quiero ir más es a la doctrina y a la seguridad del escenario, de las amenazas que tenemos... Hay algunos, Ud. va a ver algunas cosas así como estas. Le estoy dando el primer borrador. No se preocupe que no ha cambiado mucho (...). Ud. me preguntaba qué cosas había exactamente con el Brasil específicamente. Yo estaba viendo algunos documentos acá, y que están por ejemplo, hasta en portugués lo tengo a ver, el acta de reunión del comité de integración... ¿Habla del sistema también de seguridad y defensa del Estado Plurinacional? Todo lo que es el sistema, y la defensa, para que Ud. lo entienda es más fácil que yo se lo esté explicando. Características de nuestro sistema, quienes la conforman, quienes

conforman todo el sistema de seguridad (...) En realidad el comandante que es el capitán general de las FFAA es el presidente. Después viene el Ministro de Defensa, dentro del componente político. El Ministro de Gobierno. El Consejo de Seguridad (...) y la Dirección de Inteligencia del Estado. Por eso tiene la Asamblea, el Consejo de Seguridad, componente operativo, ahí viene el comando en jefe recién de las FFAA, además el componente administrativo, el componente social, quienes lo conforman. Nos advierten de las acciones donde se trabajan. El sistema de defensa del estado, los recursos y medios, pluralidad, seguridad, defensa, desarrollo. La orientación y la formulación de las políticas de seguridad del Estado.

P: Perfecto. No, eso era exactamente.

(...)

R: (...) Desarrollo de las zonas fronterizas, desarrollo... Ahora voy a mostrarle algo que tenemos acá. Es el otro libro, es la parte 2 de la doctrina donde habla ya de la seguridad y defensa integral. Que es una función primaria dividida en, que está un poco más la concepción jurídica, el génesis de la sociedad, bueno, la concepción, el estado, el territorio. Después está el diccionario político, diccionario estatal, las amenazas presentes, previstas, entonces si hablamos de seguridad, es necesario hablar siempre.

P: Vários tipos de...

R: Desequilibrios, (...) Aquí está la doctrina, la seguridad del estado plurinacional, la integralidad, la coordinación, el estado en torno al bienestar, el estado, objetivos estatales, vulnerabilidades, diferentes dimensiones, ahí va a encontrar temas de seguridad, diferentes tipos de seguridad, prensa. Esto está más interesante, habla sobre la seguridad y defensa también del Estado, sobre el sistema de seguridad y defensa que nos toca ahorita. (...) Ud. ya lo va a ir leyendo este informe, está del Comando de la Policía, del Comando de la Armada, el sistema de defensa, todo lo que es, como nosotros concebimos y la orientación para la formulación de las políticas de doctrinas. (inint) Orientación de las políticas, la dimensión política, la dimensión económica, la dimensión social, la dimensión militar, la dimensión tecnológica, plural, jurídica, cultural, bueno. Ahí va a poder ver el concepto estratégico del Estado Plurinacional de Bolivia. (...) Ud. ya tiene el diccionario político estratégico del estado, ya no en el contexto global ni regional, lo que es el Estado Ud. somos nosotros,

nuestras bases filosóficas como bolivianos, cómo ha cambiado, cómo interpretamos ahora. Ud. me decía, cómo era antes, cómo es ahora. Ha cambiado... La doctrina del estado pluriinacional, es lo que estamos viendo hace un rato, la visión y la seguridad de la defensa integral, políticas de seguridad, órdenes del estado, para la seguridad, estructura de la seguridad, tenemos sociales, las FFAA, la estructura económica de la defensa, FFAA, Cortes Internacionales (...)

(...)

R: Este reglamento disciplina el funcionamiento de los comités de integración, en adelante denominados comités: Corumbá-Pto. Suarez, abajo; Guajará-Mirín y Guayaramerín de Bolivia; Brasilea Epitaciolandia con Cobija... Y, Cáceres con San Matías. Esto era anteriormente, eran comites establecidos en los términos y se ha hecho un nuevo reglamento. Esto era hasta el 11 de marzo del 97. Entonces el gobierno del Estado Plurinacional, antes Boliva y la República Federativa del Brasil. Es un reglamento, en el artículo según los comités, los objetivos, apuntana a aprobar el poder de la integración política, económica y cultural de las poblaciones y las regiones y la frontera.

(...)

Reglamento de Comité Fronterizo y aqui esta todo lo que tiene el reglamento. Articulos Incisos, de que se trata la vigencia. Este reglamento tendrá vigencia... Marcel Biatto... Aqui esta el Acta. En la ciudad de Guayaramerin se celebros el Acta del 18 al 19 del 2005. Con la participación de Bolivia, ahí está el alcalde, quienes participaron, los que hicieron los trabajos, lo que se hizo para agilizar el trámite burocrático de desaduanización, revisión del acta de area de control integral, intercambio de datos, información de potencialidad, tránsito de bienes, capitales, migración, temas de salud, ahi tiene otro comunicación, reestructura de integración, turismo, seguridad, medio ambiente, hay montón de cosas. Esto es lo de Guajará-Guayaramerín, y la reunión de San Matías Cáceres, esto es lo que tiene ahí.

((fim da transcrição))